

Tempo da Ciência

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE

REITOR

Paulo Sérgio Wolff

VICE-REITOR

Carlos Alberto Piacenti

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvio César Sampáio

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

José Dilson Silva de Oliveira

DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO

Rosalvo Schutz

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Osmir Dombrowski

TEMPO DA CIÊNCIA

Revista do Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unioeste

EDITOR CIENTÍFICO

Marco Antonio Arantes

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Allan de Paula Oliveira, Dr. Eric Gustavo Cardin, Dr. Erneldo Schallenberger, Dr. Geraldo Magella Neres, Dr. Gustavo Biasoli Alves, Dr. Marco Antonio Arantes, Dr. Miguel Angelo Lazzaretti, Dr. Osmir Dombrowski, Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias, Dr. Paulo Roberto Azevedo, Dra. Andréia Vicente da Silva, Dra. Rosana Kátia Nazzari, Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva, Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

CONSELHO CONSULTIVO

Dra. Ana Cleide Chiarotti Cesário- UEL, Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida-UEM, Dr. Celso Antonio Fávero- UNEB, Dra. Emilce Beatriz Cammarata- Universidade Nacional de Misiones/Argentina, Dr. Eric Sabourin - CIRAD, França, Dr. Evaldo Mendes da Silva- UFAL, Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva- UEL, Dr. João Virgílio Tagliavini- UFSCar, Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque- UNIFESP, Dr. Juan Carlos Arriaga-Rodríguez- Universidad de Quintana Roo- México, Dra. María Lois - Universidad Complutense de Madrid, Dra. Maria Salette Souza de Amorim - UFBA, Dr. Oscar Calavia Sáez-UFSC, Dr. Otávio Velho - UFRJ, Dr. René E. Gertz - PUCRS e UFRGS, Dr. Ricardo Cid Fernandes - UFPR, Dr. Wagner Pralon Mancuso-USP.

SECRETARIA DOS CONSELHOS

Daniele Borges da Silva

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná-
UNIOESTE
CCHS – Centro de Ciências Humanas e
Sociais Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Ciências Sociais
Campus de Toledo**

Tempo da Ciência

Volume 21 Número 42
2º semestre de 2014

**EDUNIOESTE
CASCAVEL
2014**

©2014, EDUNIOESTE

Capa

Albrecht Dürer - *Melancholia I* – 1514

Diagramação

Deise Ellen Piatti
Marco Antonio Arantes

Revisão Técnica

Marco Antonio Arantes

Revisão Ortográfica

Deise Ellen Piatti

Ficha Catalográfica

Marilene de Fátima Donadel – CBR 9/924

Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo – v. 1, n. 1(1994) -, -- Toledo : Ed. Toledo, 1994.

Semestral.

v.2, n.3 – 1º semestre de 1995

v.2, n.4 – 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

ISSN: 1414-3089

Indexadores:

Latindex: <http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficRev.html?opcion=1&folio=16989>

Sumários.org: <http://www.sumarios.org>

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo II. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

Impressão e Acabamento

Gráfica Universitária
Rua Universitária, 1619
e-mail: editora@unioeste.br
Fone (45) 3220-3085
Cep. 85819-110 – Cascavel/PR
Caixa Postal 701

Revista Tempo da Ciência

Revista do Programa de Pós-Graduação

***Stricto Sensu* em Ciências Sociais**

Estamos disponibilizando o volume 21 número 42 - 2º Semestre de 2014 da Revista Tempo da Ciência, revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE – Campus de Toledo. O lançamento deste fascículo dá continuidade ao projeto editorial de disponibilizar um conjunto de artigos selecionados com base no mérito acadêmico e científico.

Ao longo dos anos, a revista Tempo da Ciência tem se caracterizado como um espaço de discussão de diferentes perspectivas de conhecimento científico relacionados à área de Ciências Sociais. Com este número da revista Tempo da Ciência, publica-se um conjunto de textos que representam contribuições relevantes e instigantes sobre diferentes temas das Ciências Sociais.

Criada em 1994, a revista Tempo da Ciência é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da UNIOESTE/Campus de Toledo/PR.

Tempo da Ciência tem como objetivo fomentar o debate acadêmico de temas relevantes das Ciências Sociais.

Publica dossiês temáticos, com prazos definidos para o envio das submissões, além de uma seção livre de artigos e uma de resenhas, ambas com fluxo contínuo.

As contribuições à revista Tempo da Ciência devem ser inéditas e podem ser apresentadas em **Português e Espanhol**.

As avaliações são realizadas por pelo menos dois pareceristas ad hoc, especialistas no tema.

Missão: A Revista Tempo da Ciência tem por missão estimular e difundir a produção científica nas temáticas pertinentes às Ciências Sociais.

Critério de Publicidade: A revista Tempo da Ciência não é comercializada e oferece acesso livre e integral ao seu conteúdo. Sua política segue o princípio de levar gratuitamente o conhecimento científico ao público, democratizando o acesso ao saber.

Distribuição: A revista Tempo da Ciência, em seu formato impresso, é distribuída como permuta aos Programas de Pós-Graduação da área, bibliotecas e instituições de ensino superior em geral. Em seu formato digital, pode ser acessada livremente através do endereço eletrônico: www.unioeste.br/pos/cienciassociais.

Endereço para Correspondência

Revista Tempo da Ciência
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Núcleo de Documentação,
Informação e Pesquisa – NDP.
Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle
85.903-000 / Toledo – Paraná .
E-mail: revistatempodaciencia@yahoo.com.br

Endereço para Permuta

Biblioteca Universitária
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle
85.903-000 / Toledo – Paraná
E-mail: bibtoledo@unioeste.br

SUMÁRIO

Artigos

Lágrimas no país do carnaval: melancolia e música popular no Brasil

Allan de Paula Oliveira

7

Cuestiones colectivas. Jóvenes latinoamericanos y movimientos sociales

Analía Otero

21

Migrações e mudanças no mundo dos trabalhadores a partir das trajetórias ocupacionais de trabalhadores em Guará-Pr entre 1970 e 2010

Cíntia Fiorotti Lima

33

Políticas públicas, Fronteiras e Integração Sul-americana

Guillermo Alfredo Johnson

Andressa Cristina Luchetti Lapere

45

A Sustentabilidade na Agricultura Familiar e as Formas de Organização Produtivas em contextos locais

Jaime Antonio Stoffel

Silvio Antonio Colognese

Roselaine Navarro Barrinha da Silva

53

Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da tv e da internet na construção da cultura política no Brasil

Marcello Baquero

Jennifer Moraes

69

Juventude e gênero: educação, trabalho e renda na microrregião de Toledo-Pr.

Luciana Vargas Netto Oliveira

Silvio Antônio Colognese

85

Bento Espinosa (1632-1677) e a Teoria das Formas de Governo

Vania Sandeleia Vaz da Silva

Juliane Cristina Helanski Cardoso

95

Resenha

Navegar é preciso: uma resenha sobre A História de Mora

Gustavo Biasoli Alves

109

Padrões Editoriais

113

LÁGRIMAS NO PAÍS DO CARNAVAL: MELANCOLIA E MÚSICA POPULAR NO BRASIL¹

Allan de Paula Oliveira²

Resumo: Este ensaio explora algumas indicações oferecidas pelo repertório de música popular brasileira para refletir sobre o lugar da melancolia na cultura brasileira. Se uma determinada construção histórica, relativa ao modernismo, consagrou o “humor” como característica central na identidade brasileira, algumas canções nos ajudam a pensar sobre a forma como o oposto, a melancolia, é imaginada. Além disso, é possível também refletir sobre o lugar dessa melancolia em outra poderosa construção do modernismo brasileiro, a qual vê a cultura brasileira marcada pela “cordialidade”.

Palavras-Chave: Música popular; Modernismo; Humor; Melancolia.

Abstract: This essay explores some ideas offered by the Brazilian popular music repertoire to analyze about the place of the melancholy in the Brazilian culture. If a specific historical thinking, related to Modernism, established the humor as the central characteristic of Brazilian identity, some songs help us to think about the way as the opposite, the melancholy, is imagined. Furthermore, it's also possible to think about the place of this melancholy in other powerful representation of Brazilian Modernism: that sees the Brazilian culture as a space of “cordiality”.

Keywords: Popular music; Modernism; Humor; Melancholy.

Introdução

De todos os meios usados para representar o Brasil, a música popular é um dos mais recorrentes na construção de uma imagem considerada positiva pelos brasileiros. Juntamente com o futebol, a música popular brasileira é relacionada a uma série de valores através dos quais os brasileiros procuram se representar. Para além do futebol, no entanto, a música popular é um campo propício para a expressão consciente de valores relativos à sociedade brasileira: para uma geração de brasileiros (entre os anos de 1930 e 1970), foi através da música popular que o país se fez presente, visível³. A música popular é, portanto, um meio privilegiado para observarmos como os brasileiros se pensam, como questionam as relações sociais nas quais estão inseridos, bem como quais as imagens que procuram apresentar de si próprios. Em suma, constitui uma importante fonte para o estudo das ideologias – no sentido dumontiano do termo, ou seja, como um “conjunto mais ou menos social de ideias e valores (DUMONT, 2008, p. 51) – que coexistem na sociedade brasileira, as quais organizam muito das relações sociais⁴.

Das imagens veiculadas pela música popular, aquelas relacionadas a um *ethos* e a uma visão de mundo – entendidos, conforme Geertz (1989, p. 93), como os aspectos morais, estéticos, e os aspectos cognitivos e existenciais de uma cultura – centrados no humor, no riso e na alegria, são as mais

¹ Uma primeira versão desse texto foi apresentada oralmente no Grupo de Trabalho “Antropologia das Emoções”, na VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada em Porto Alegre, em julho de 2007. Durante muito tempo, ele circulou “à boca pequena” entre colegas que contribuíram com críticas e sugestões. A versão que se apresenta aqui é basicamente a mesma de 2007, com mínimas inserções textuais e alterações estilísticas.

² Professor de Antropologia do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

³ Ver, por exemplo, os comentários de Caetano Veloso (2001) sobre sua opção pela atividade de músico, em detrimento da de cineasta. Segundo ele, nos anos 60, a forma artística que mais trazia reflexões sobre o Brasil e o mundo era a música popular.

⁴ Prefiro pensar em diferentes conjuntos de valores, daí ideologias, o que coaduna com as clivagens observáveis em qualquer sociedade. Sobre isto e para um uso de ideologia no singular, cf. Dumont (1997).

consagradas pela sociedade brasileira, a tal ponto que serviram de base para uma ideologia oficial, que prega o Brasil como o país do riso e da “alegria”. Esta é uma imagem poderosa e que muito orientou práticas e discursos ao longo do século XX, seja dos grupos que compõem a sociedade, seja do Estado.

Se o brasileiro se apresenta como um povo alegre, receptivo; se ele cultiva esta imagem de si próprio; e se a música popular tem um papel importante na expressão e no estabelecimento desta imagem, vale atentarmos para o outro lado da questão: que valor é dado ao lado triste, melancólico, do brasileiro? Ou ainda, como é vivido tal lado? Esta face melancólica, também expressa (e muito) na música popular, não representa a imagem oficial do povo brasileiro, não sendo, assim, a forma pela qual ele se apresenta no exterior. Porém, isto não quer dizer que tais valores – a tristeza e a melancolia – não estejam presentes e não sejam cultivados na cultura brasileira em diversas das suas manifestações.

Sant’Anna (1972), ao estudar a obra do poeta Carlos Drummond de Andrade, chama a atenção para uma polaridade que ele observa na cultura brasileira. Tal polaridade pode ser expressa na oposição entre duas figuras teatrais: o arlequim e o pierrot. O primeiro corresponderia ao lado “solar”, alegre, diurno, extrovertido, da cultura brasileira, sendo representado pelo lado mais conhecido do carnaval (o do desfile), pelo humor do carioca, pela poesia de Manuel Bandeira, pelo sabor do texto de Gilberto Freyre. O segundo seria aquele relativo ao lado taciturno, noturno, triste, introvertido do brasileiro, sendo representado pelo silêncio do mineiro do interior, pela poesia de Drummond, pelo texto de Paulo Prado (“numa terra vadiosa vive um povo triste”⁵). Obviamente, esta oposição não deve ser tomada em termos absolutos, e ambos os lados coexistem a todo instante. Interessa -me pensar que a oposição proposta por Sant’Anna nos convida a lembrar que as manifestações da cultura brasileira podem ser vistas por um ângulo diferente, não usual. Não se trata, portanto, de opor alegria e tristeza, mas de perceber como elas coexistem no dia a dia do brasileiro, embora um dos polos apareça como hegemônico.

Este texto tem por objetivo observar como este “lado pierrot” é retratado na música popular brasileira e o lugar, que é possível deduzir daí, da tristeza na cultura brasileira. Vale observar que este é, para os estrangeiros, o lado menos conhecido da música produzida no país e o menos apresentado pelos próprios brasileiros a quem vem de fora. A partir deste lado triste expresso pela música popular, em contraste com o aspecto mais festivo, é possível inferir algumas questões sobre as representações que os brasileiros fazem de si próprios e deste modo de estar no mundo, que é a melancolia.

Como fonte de análise, tomarei algumas canções que permitem inferir representações da alegria, da tristeza e da melancolia. Assim, trabalharei, aqui, de forma análoga ao modo como historiadores influenciados pela antropologia lidaram com práticas e discursos, tratando-os como representações do social⁶. No texto, procuro objetivar estas representações, atentando menos, aqui, para a sua forma. Assim, tomarei das canções apenas as suas letras, vistas como discursos sobre o social. Estou ciente, no entanto, de que esta metodologia procede por uma “redução discursiva”, ao reduzir a expressão musical ao nível da letra, como se a canção se resumisse nesta. Trabalhos recentes na área da antropologia da música e etnomusicologia – Menezes Bastos (1996), Monson (1996), Tagg (1982) – têm chamado a atenção para os perigos desta redução, exigindo análises que deem conta dos diversos planos de expressão contidos em manifestações musicais. Posteriormente, pretendo aprofundar a análise a partir de transcrições das melodias e dos arranjos destas canções. Por hora, ocupo-me das letras, tomando-as, conforme aponte, como discursos ou representações sobre o social, ou ainda, como plano de expressão das categorias sociais.

Por fim, o texto que se segue opera sobre um mito: o do Brasil. Tomo por dado esta entidade chamada “sociedade nacional”, a partir do pressuposto de que diversas práticas e discursos sociais são circunscritos por ela. Assim como no tópico apontado acima, tenho ciência dos problemas teóricos e dos debates aí envolvidos⁷. No entanto, por entender que a música popular foi um dos principais meios

⁵ Primeira frase de “Retrato do Brasil”, obra publicada em 1924.

⁶ Quando me refiro a uma historiografia centrada no conceito de representação – caro ao pensamento de Durkheim e Mauss – penso em trabalhos como os de Lucien Febvre ou, mais recentemente, Philippe Ariès ou George Duby – a despeito de importantes diferenças teóricas entre esses autores. Para um balanço desta historiografia, cf. Burke (1997).

⁷ De um modo geral, é possível agrupar as críticas à ideia de sociedade nacional em dois grandes grupos, que abarcam trabalhos díspares. O primeiro agrupa análises que têm por objeto as margens da sociedade nacional, ou ainda, grupos

de construção deste mito, e por tê-la como centro da análise aqui proposta, insisto neste recorte de âmbito nacional, lembrando que ele é o centro de uma importante tradição da antropologia brasileira.

1 O humor do carioca e o espírito da Nação

Em 1948, num texto intitulado “Temperamento Carioca”, o poeta Alberto Lamego escreveu que “a irradiação cultural do Rio de Janeiro sobre os destinos do Brasil enfeixa-se numa poderosa projeção de contínua alegria que o transforma, e dirige aos poucos para uma hilaridade irresistível o romântico espírito brasileiro” (SALIBA, 1998, p. 362-363). Esta frase expressa muito bem um processo já descrito por estudos nas ciências humanas, qual seja: aquilo que Vianna (1997) chamou de “colonização do Brasil pelo Rio de Janeiro”, colonização que se deu em diversos planos conjugados, tais como o político e o cultural⁸. No primeiro, houve uma tendência à centralização política, que procurou minimizar o peso dos regionalismos na direção da política nacional; no segundo, houve uma transformação da relação do Estado com a cultura popular, a partir da qual diversas manifestações passaram a ser sancionadas como símbolos da Nação. E, como o projeto modernizador advindo com a Revolução de 30 via na urbanização um sintoma do progresso, as manifestações da cultura popular valorizadas pelo Estado e utilizadas como elementos de construção nacional eram aquelas da cultura popular urbana, marcadamente a do Rio de Janeiro. Enfim, esta cultura popular urbana do Rio de Janeiro passou, a partir dos anos 30, à condição de elemento central na definição de uma cultura nacional⁹.

Esta “colonização” do Brasil a partir do Rio, a que se refere Hermano Vianna (1997), ancorou-se em dois outros processos que já vinham ocorrendo anteriormente:

- a) as intensas transformações da própria cultura popular urbana carioca que se observava desde o último quartel do século XIX. Devido ao fato do Rio ser a capital do Império e da República, ali se constituiu um dos espaços mais intensos de trânsito musical em todo Atlântico, uma espécie de porta de entrada para as músicas estrangeiras e de ponte de contato entre o Brasil e o resto do mundo¹⁰. Estas transformações ganharam vulto ainda maior com a introdução de processos industriais de gravação e reprodução sonora, fato ainda mais amplificado pelo rádio, introduzido no país em 1922 e aberto à exploração comercial a partir de 1928¹¹.
- b) as mudanças semânticas do termo popular. Isto se relaciona com a emergência de uma geração de intelectuais, a partir dos anos 20, que manteve o ideário romântico em torno da cultura popular, mas acrescentou a isto uma valorização de um traço considerado específico da sociedade brasileira: a mestiçagem. A ideia de que “somos uma nação racialmente híbrida”, tida como negativa por pensadores do final do século XIX, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha ou Lima Barreto, foi substituída pela fórmula positiva de “somos uma nação culturalmente híbrida”¹².

sociais postos em suspenso na sua construção. Ao retomar estes grupos, ou ainda, ao tomá-los como agentes da própria história, a ideia de sociedade nacional é relativizada. É o caso de trabalhos recentes (últimos trinta anos) sobre as sociedades das Terras Baixas da América do Sul. Para um resumo destes trabalhos, cf. Viveiros de Castro (2002). O segundo grupo relativiza a ideia de sociedade nacional ao tomar como objeto de análise práticas que vão além das fronteiras nacionais. Aqui, o nacional se dilui diante de identidades regionais ou transnacionais. Cf., como exemplos deste tipo de abordagem, Clifford (1997) e Atkins (2003).

⁸ Cf. também Wisnik e Squeef (1982), Saliba (1998) e Oliven (1992); para uma análise do aspecto político deste processo de centralização, cf. Fausto (1988).

⁹ Afirmar a existência deste projeto colonizador não significa dizer que ele foi totalmente bem-sucedido. A equação Brasil = Rio de Janeiro jamais foi uma questão simples na história brasileira do século XX, e um dos eixos centrais na dinâmica da cultura brasileira é a relação entre nacional e regional.

¹⁰ Outra ponte de entrada era Salvador. Porém, desde a segunda metade do século XVIII, o lugar de Salvador na cultura popular do restante do país diminuiu progressivamente, acompanhando o declínio político e econômico do Recôncavo Baiano. Isto só seria interrompido a partir da década de 1980, quando Salvador tornou-se o centro do *axé music*.

¹¹ Cf. Sevcenko (1998, p. 584-596).

¹² Para esse pessimismo em relação à mestiçagem, cf. Schwartz (1996) e Sevcenko (1985). Para o valor do popular no Romantismo e no Modernismo, cf. Travassos (1997).

A partir destes processos, a cultura popular urbana do Rio de Janeiro passou a servir de matriz para a ideia de “nacional” que, naquele momento, anos 30, constituía uma questão central para os novos quadros que estavam no poder. É nesse sentido que deve ser entendida a frase de Alberto Lamego: a hilaridade, o humor, a jocosidade do carioca, aos poucos, transformariam o espírito brasileiro, dominando-o. Convém observar o sentido da expressão “romântico espírito brasileiro”, denotado como algo oposto à hilaridade carioca, ou seja, melancólico. A frase de Lamego, portanto, sintetiza esta construção da identidade nacional a partir de um traço regional: o humor carioca transformado em espírito de uma nação, em detrimento do espírito romântico, melancólico, triste, macambúzio.

A associação do Brasil com o humor ou com a jocosidade não era nova. Tinhorão (2004), ao descrever a biografia de Domingos Caldas Barbosa, chama a atenção para a recepção que suas modinhas tiveram em Portugal no final do século XVIII. As modinhas brasileiras eram tidas como mais picantes, bem-humoradas e diretas no trato das relações amorosas. Portanto, já havia na Europa, desde o final do século XVIII, uma imagem do brasileiro como um povo dado à informalidade nas relações sociais e à jocosidade. A novidade, representada aqui pela afirmação de Lamego, foi a transformação, pelo modernismo, enquanto movimento intelectual, dessa jocosidade e desse humor em “valor hegemônico”¹³

Esse humor, transformado em espírito nacional entre os anos 30 e 40, foi sintetizado em um tipo humano e em uma festa popular. O tipo humano é a figura do malandro, construção arquetípica da cultura popular urbana carioca e que, nos anos 30, se torna símbolo da vida urbana entre os estratos populares no Rio de Janeiro. Schwarcz (1995, p. 58 -59) vê a figura do malandro como uma atualização do discurso que ela considera como uma espécie de “estrutura profunda” da cultura brasileira – a mestiçagem. Tal discurso recebeu, desde o século XIX, diferentes atualizações, sendo que a valorização do malandro foi uma delas. A autora aponta, ainda, que tal valorização levou a duas representações do malandro: uma negativa, vendo o malandro como uma recusa do mundo do trabalho; outra positiva, tomando desta figura seu bom humor, sua capacidade de improvisação diante do mundo. Se tomarmos esta ideia do malandro como uma atualização do discurso da mestiçagem, ou ainda, da “fábula das três raças”, não é difícil descobrir de onde viria o humor, a alegria, inerente ao malandro. Gilberto Freyre, figura central no debate sobre mestiçagem nos anos 30 e 40, nos dá a resposta em seu “Casa-Grande e Senzala”, ao fazer alusões à “vivacidade”, à “alegria exuberante”, do negro (FREYRE, 2002, p. 460). Assim, o humor carioca e, a partir dos anos 30, brasileiro, encontrou no malandro uma de suas representações, sendo que este traço humorístico e alegre é remetido à influência do negro¹⁴.

A outra representação, sem dúvida, recaiu sobre o carnaval. Vale observar o “salto” que o carnaval carioca – cujos elementos (ranchos, cordões e sociedades carnavalescas) já vinham crescendo desde o último quartel do século XIX – deu nas três primeiras décadas do século XX, quando ganhou vulto e se transformou num evento que mobilizava toda a cidade do Rio de Janeiro¹⁵. Em 1936 a própria prefeitura do Rio de Janeiro encampou a festa e passou a organizar o desfile de blocos, ranchos

¹³Essa expressão – “valor hegemônico” – não está aqui por acaso. Ela reflete minha leitura dos estudos sobre hierarquia, realizados pelo antropólogo francês Louis Dumont. Partindo de seus estudos sobre o sistema de castas indiano, descrito pelo autor como tendo a hierarquia como princípio social básico, Dumont estende sua análise mostrando onde a hierarquia opera em nossa sociedade, historicamente estabelecida em torno do princípio oposto, o da igualdade. Roberto DaMatta, por exemplo, toma estes estudos como uma das chaves para observar o Brasil e revelar os momentos hierárquicos da sociedade brasileira. “Hierarquia”, nos textos de Louis Dumont, opera por um princípio de “oposição complementar”, o que significa que dois elementos são opostos, mas não se excluem. Pelo contrário: entre eles ocorre uma complementaridade. Isto não significa que entre eles não se estabeleça relações de poder. Mesmo que isso ocorra, o elemento hegemônico se “opõe de forma complementar” ao elemento não hegemônico.

Quando afirmo que o discurso do modernismo dos anos 20 transformou o humor num valor hegemônico da cultura brasileira, isto não significa que o oposto, a tristeza e a melancolia, estejam excluídos. De forma hierárquica, estes sentimentos estão incluídos no conjunto da cultura, de forma complementar e não hegemônica com relação ao humor.

¹⁴Por sua vez, Freyre aponta o índio como a fonte do lado “macambúzio” do brasileiro. Desta forma, percebe -se como alegria e tristeza foram relacionadas ao “mito das três raças”.

¹⁵Sobre os elementos do carnaval carioca no século XIX, cf. Francheschi (2004). Para o referido “salto”, cf. Sevcenko (1998) e Vianna (1997).

e as nascentes escolas de samba. O que me interessa aqui é que o carnaval foi apropriado pelo Estado como o símbolo máximo da cultura popular urbana carioca naquele momento e transformado num ritual da alegria do povo brasileiro. Como um ritual popular, ele era (e ainda é) visto como síntese do *ethos* e a visão de mundo presentes na cultura popular brasileira. Assim, essa passou a ser vista pelos signos da inversão, da paródia, da galhofa, do jocoso, do humor, enfim, da alegria presente no carnaval. Tais signos, a partir daí, passaram a ser denotativos da própria ideia de Brasil.

“Ideia de Brasil”. Esta expressão exige um comentário: ela não pode ser naturalizada, sob o risco de perdemos de vista que tal ideia é uma construção discursiva, historicamente localizada, e que atende a uma série de interesses. A afirmação de si, para o Brasil, exigia um “outro” diante do qual o país se definiria. Durante a segunda metade dos anos 30 e, sobretudo, nos anos 40, este “outro” passou a ser representado pelos EUA, seja na aproximação política entre os dois países, seja na entrada maciça da cultura americana no Brasil, marcadamente pelo cinema¹⁶. Duas canções, uma dos anos 40 e a outra do final da década seguinte, dão um pouco da medida dessa construção de si diante dos EUA. Em ambas, a referência ao “Tio Sam” como uma espécie de “espelho” diante do qual o Brasil se define. Tais canções são: “Brasil Pandeiro”, samba de Assis Valente, gravado em 1942, pelo grupo vocal Anjos do Inferno:

O Tio Sam está querendo conhecer a nossa batucada
Anda dizendo que o molho da baiana melhorou seu prato
Vai entrar no cuzcuz, acarajé e abará
Na Casa Branca já dançou a batucada como Ioiô e Iaiá...

e “Chiclete com Banana”, canção gravada em 1959 por Jackson do Pandeiro:

Eu só ponho bebop no meu samba
Quando o Tio Sam pegar no tamborim...

Diante dos norte-americanos, sacamos a imagem positiva do malandro como cartão de visitas e, nesse sentido, como bem mostra Schwarcz (1995), a produção do personagem Zé Carioca, em 1942, é bastante significativa. É nesse momento, portanto, que a imagem do brasileiro como um povo alegre, jocoso, festivo, se consagra, tornando-se um estereótipo que regula tanto o modo como se vê o Brasil no exterior, quanto o modo como os brasileiros se apresentam para os estrangeiros.

Há várias canções que trabalham sobre este mito, trazendo em suas letras a representação do país como ligado ao humor e à alegria. Neste texto, uma em especial servirá de índice, por trazer esta representação desdobrada em diversos níveis. “Alegria” é um samba de Assis Valente e Durval Maia, gravado por Orlando Silva e os Diabos do Céu para o carnaval de 1937:

(coro) Alegria
Pra cantar a batucada As
morenas vão sambar
Quem samba tem alegria
Minha gente era triste, amargurada
Inventou a batucada pra deixar de
padecer Salve o prazer, salve o prazer

(canto solo) Da tristeza não quero
saber A tristeza me faz padecer
Vou deixar a cruel nostalgia
Vou fazer a batucada
De noite e de dia, vou cantar

¹⁶ Para uma análise da aproximação do Brasil com os EUA, cf: sobre aspectos institucionais, Pinski (1988) e Odália (1988); para aspectos culturais: Moura (1995).

(coro) Alegria...

(canto solo) Esperando a felicidade
Para ver se eu vou melhorar
Vou cantando, fingindo alegria
Para a humanidade não me ver chorar

Aqui a equação samba = alegria é explícita. O samba: música que, naquele momento, era transformado em símbolo nacional, em música brasileira por excelência. E não se tratava de qualquer samba, pois a referência à batucada nos remete à variante do samba que, nos anos 30, se tornaria hegemônica, o samba do Estácio, fortemente marcado pelo uso de instrumentos de percussão e ligado ao carnaval¹⁷. A “batucada” – nome genérico para uma roda de samba marcada pela percussão – aparece como o momento máximo da alegria da “gente” brasileira, momento que aponta para um elogio ao hedonismo: “salve o prazer!”.

A força desta representação é sentida ainda nos dias de hoje. Em 2005, por exemplo, ocorreu na França o chamado “Ano do Brasil” – uma grande exposição, financiada em parte pelo governo brasileiro, sobre a cultura brasileira. Alguns intelectuais franceses, como Serge Gruzinski e Michel Maffessoli, queixaram-se de uma excessiva folclorização do Brasil na exposição, com a apresentação enfática de eventos ligados ao carnaval. Para Maffessoli, as “pessoas pensam que a França conhece bem o Brasil, mas para os franceses o país se resume ao carnaval do Rio”¹⁸. A mesma relação entre Brasil, carnaval, alegria, dança, movimento, humor, aparece no documentário *Saravah*, dirigido pelo francês Pierre Barouh em 1969, relançado em 2004. O documentário inicia com imagens do desfile da Mangueira em 1969, ao som de “Samba da Benção”, de Baden Powell e Vinícius de Moraes: “É melhor ser alegre que ser triste/alegria é a melhor coisa que existe/é assim como a luz no coração”.

2 “Pra tudo se acabar na quarta-feira”: a melancolia

Procurei descrever até agora a força da representação do Brasil como “país da alegria”. Porém, como estabeleci no início do texto, minha reflexão surge de um interesse no sentimento oposto: e a melancolia? Um ponto de partida para uma reflexão do lugar da melancolia na música e na cultura brasileiras pode ser o próprio ritual onde a imagem da alegria é encenada: o carnaval.

A análise do carnaval como uma das principais dramatizações da vida social brasileira já se tornou clássica na antropologia. Desde o trabalho de DaMatta (1973; 1997), tornou-se consenso observar a festa do carnaval como um ritual de inversão das regras sociais, onde por três dias estas regras são suspensas e invertidas. Um ponto a ser observado é que a análise de DaMatta tem um componente temporal, onde o ritual é visto em suas diversas fases, sucessivas no tempo. A análise distende o ritual no tempo, procurando ver os aspectos relativos a cada momento e tendo, assim, um início e um fim marcados¹⁹. DaMatta descreve o carnaval como um ritual que, partindo das regras da estrutura, as inverte para, depois, retomá-las novamente, criando, desta forma, um momento extraordinário dentro da vida ordinária da estrutura. No caso do carnaval, especificamente, este extraordinário corresponde a um momento de inversão das regras e das posições sociais²⁰.

O que seria este “extraordinário” no carnaval? Justamente o comportamento jocoso, alegre, bem-humorado, que toma o homem por mulher, e vice-versa; que faz com que uma mulher apareça vestida de padre, ou que o machão pinte as unhas de vermelho e a mulher use bigodes. O humor aqui, portanto, não aparece como regra, mas sim, como exceção, como modo de estar no mundo que foge às

¹⁷Cf. Sandroni (2000).

¹⁸Cf. FOLHA DE SÃO PAULO, 20/03/2005.

¹⁹Tal peso do eixo temporal na análise advém do próprio modelo teórico utilizado por DaMatta: as análises de rituais levadas a cabo por Victor Turner.

²⁰Seria inexato afirmar que DaMatta toma o carnaval como o rito da vida social brasileira. Em *Carnavais, malandros e beróis* (1997), a análise do carnaval é combinada com dois outros momentos rituais: as paradas militares e as procissões. Se o carnaval é um rito de inversão, as paradas são de reforço, conquanto as procissões são de suspensão das regras sociais.

imposições do cotidiano. Ou seja, quando se estende esta análise de Roberto DaMatta sobre o carnaval, pode-se chegar à pergunta: mas será a tristeza o sentimento “normal” do brasileiro? Será esta tristeza colocada de lado nos três dias de carnaval, de modo que a inversão, ou seja, o humor, reine durante o ritual? Volto às canções em busca de algumas pistas.

“Sonho de um Carnaval”. Chico Buarque, 1966:

Carnaval, desengano
Deixei a dor em casa me esperando
E brinquei, e gritei e fui
Vestido de Rei
Quarta-feira sempre desce o pano

O compositor de “A Banda” oferece à análise uma possível vereda: “deixei a dor em casa me esperando”. Deixou a dor, sentimento comum, cotidiano, e foi para o carnaval, onde cantou, dançou e apareceu como rei. Aqui percebe-se a inversão descrita por DaMatta: a brincadeira, o grito, a fantasia de Rei como eventos extraordinários dentro de uma rotina preenchida pela dor. A alegria dura apenas três dias, nos quais a ordem, o ordinário, representados pela dor, são deixados em casa. Ao comentar a letra de “Sonho de um Carnaval”, DaMatta (1973, p. 131) enfatizou que um dos elementos estruturais que se pode deduzir da letra é, justamente, a oposição entre alegria e dor – a alegria do carnaval e a dor do cotidiano.

“Sonho de um Carnaval” também explicita o caráter de drama – no sentido de encenação – do carnaval, ao lembrar que “quarta-feira sempre desce o pano” e o indivíduo é remetido novamente à ordem, à dor. Há, portanto, o momento da dor e o momento da alegria. O primeiro relaciona-se ao cotidiano, o segundo ao extraordinário. Fica claro que a alegria é encenada, um teatro num momento suspenso da vida. A mesma ideia aparece na canção de Assis Valente, citada acima: “vou cantando, fingindo alegria”.

Fingimento, encenação, teatro: tais elementos compõem, segundo as letras dessas canções, quando tomadas como comentários sobre a vida social, o estatuto da alegria do brasileiro. Os primeiros cinco anos da carreira de Chico Buarque, inclusive, são pontilhados de canções nas quais este tema é recorrente: o brasileiro é um povo triste, amargurado, como Pedro, o pedreiro da canção homônima de 1965, que passa a vida “esperando, esperando, esperando a sorte, esperando a morte, esperando o norte, esperando o dia de esperar ninguém...”; como a Carolina (1967), cujos “olhos fundos guardam tanta dor, a dor de todo este mundo”; ou ainda como a “gente sofrida”, que se despede da dor para ver a banda passar (“A Banda”, 1965). Porém, é um povo triste que tem no carnaval seu momento de redenção e de alegria²¹. Assim, a alegria do brasileiro – transformada em espírito nacional e em *ethos* a ser exibido diante de estrangeiros – de acordo com estas canções, é uma alegria fingida, que dura apenas o “tempo da folia”, os três dias da festa. Na quarta-feira de cinzas, desce o pano, acaba o teatro e, como cantou o próprio Chico Buarque, “e para o meu desengano, o que era doce acabou, tudo tomou seu lugar, depois que a Banda passou, em cada qual no seu canto, em cada canto uma dor, depois que a Banda passar, tocando coisas de amor”.

O fato dessa tristeza, de acordo com estas canções, estar oculta, não significa que ela não tenha seus espaços de expressão, sendo que a música, neste ponto, ocupa uma posição central. É o caso, por exemplo, da tradição dos sambas-canções, os quais se popularizaram a partir do início dos anos 30, paralelamente à institucionalização do carnaval²². Tal tradição corresponde, também, a uma

²¹ O primeiro verso de “Sonho de um Carnaval” merece um comentário a parte. “Carnaval, desengano”: apesar de ver no carnaval um interregno de três dias na dor e no sofrimento do povo, Chico Buarque inverte a ideia de que, no ritual, cria-se somente um mundo de fantasia. É de fantasia, sim, mas tal fantasia é redentora e se torna mais real do que a própria experiência cotidiana. O carnaval, assim, preenche um espaço de utopia capaz de aliviar as tensões do cotidiano e, no limite, tornar a própria vida possível. Assim, o carnaval não nos engana. Pelo contrário, desengana. O engano está fora da festa, na experiência dos dias comuns. Sobre esta dimensão utópica do carnaval na obra de Chico Buarque, cf. Vieira César (2007). Vale lembrar também da ontologia do mundo do ritual em relação ao domínio do cotidiano, segundo a análise de Bahktin (2002). Ele não cria **um** mundo à parte, mas **o** mundo.

²² Cf. Menezes Bastos (2005a), Borges (1982).

continuidade da tradição lírica das modinhas, observada desde o século XVIII. Com o advento do carnaval, nos termos que conhecemos hoje, e com sua transformação em principal ritual da cultura popular no Brasil, houve, uma vez mais, uma organização do tempo: havia os sambas carnavalescos, destinados à folia, e os “sambas de meio de ano”, destinados, sobretudo, aos temas amorosos. Um samba para a dança, outro para a dor de cotovelo. Nos primeiros, o humor; nos segundos, a melancolia. Dessa tradição dos sambas-canções sairia a maior parte dos grandes nomes da própria história do samba. Alguns transitaram entre estes dois polos, como Noel Rosa, Assis Valente, Ataulfo Alves, Monsueto Menezes; outros ficaram marcados pelo culto ao sofrimento amoroso: Custódio Mesquita, Orestes Barbosa, Lupicínio Rodrigues e Adelino Moreira.

Ao tomar estas canções como comentários sobre o social, ou ainda, como articulações de planos de expressão das categorias sociais²³ – um tratamento similar àquele utilizado por Lévi-Strauss (2004) com relação aos mitos americanos – torna-se visível uma relação peculiar entre alegria e melancolia, onde a alegria aparece como fingimento, como uma máscara, como um modo de estar no mundo ligado a um ritual onde o cotidiano é suspenso. Neste, a regra é a dor, a tristeza, vivenciadas durante todo o ano em sambas tristes, de andamentos lentos, e de letras onde são descritas relações amorosas frustradas, abandonos, traições. Durante três dias, porém, tal melancolia é interrompida, e os brasileiros assumem a subversão e o riso como forma de existência. Até que “quarta-feira sempre desce o pano”, o ritual termina, e “tudo tomou seu lugar depois que a banda passou”. Se no citado documentário *Saravah*, a canção “Samba da Benção”, que abre o filme, diz “é melhor ser alegre que ser triste, alegria é a melhor coisa que existe”, a continuação da letra revela o lado oculto: “mas pra fazer um samba com beleza, é preciso um bocado de tristeza, é preciso um bocado de tristeza, senão não se faz uma samba não”.

Mas se o brasileiro se descreve, para si próprio, como um povo triste, como pensar o salto desta descrição para um estereótipo de alegria e riso? Aqui, talvez, vale lembrar o caráter de **bricolage** inerente às operações de construção de identidades – DaMatta (1973, p. 153). Este autor comenta como estas operações operam por metáforas, construindo um todo a partir de elementos descontínuos. Assim, pode-se compreender a lógica da operação de “colonização do Brasil pelo Rio” e a construção de uma cultura brasileira a partir de uma bricolage que reúne uma série de elementos, sendo que alguns eram oriundos da cultura urbana do Rio de Janeiro. Toma-se algumas partes e constrói-se um todo. O que dura três dias e é descrito como extraordinário é transformado em traço cotidiano, em símbolo nacional, em cartão de visitas diante da alteridade. Pode-se, daí, dizer que a alegria do carnaval tornou-se a metáfora que define o Brasil e os brasileiros, tendo, no entanto, uma relação descontínua com o cotidiano da sociedade brasileira. Neste, ainda segundo as canções, opera outro tipo de sentimento.

Um povo triste que se representa por uma alegria encenada. Eis o estatuto do brasileiro a partir destas canções. É possível, ainda, seguindo os indícios destes jogos com as categorias sociais, que são as canções, perceber como esta ontologia se relaciona com outros planos da vida social no Brasil. Uma vez mais, recorro a Roberto DaMatta e sua clássica análise sobre a oposição entre casa e rua (1985; 1997), na qual estas são descritas como dois domínios sociais, caracterizados (idealmente) por relações que seguem dinâmicas distintas – a casa sendo um domínio das relações personalizadas e hierárquicas, conquanto a rua preenchendo o espaço das relações impessoais e igualitárias. Pois “Sonho de um Carnaval” traz o lugar da tristeza e da alegria, da regra e do teatro. “Deixei a dor em casa me esperando”: a casa não é só domínio da personalização. É também o espaço onde se pode tirar a máscara de arlequim, com aquele seu sorriso, e deixar aflorar o lado pierrot, a tristeza e a melancolia. Percebe-se que a tristeza, deste modo, não deve ser vivida publicamente, à vista de todos. Nestas canções, não há reflexo daquele modo da sociabilidade burguesa de viver a melancolia. A imagem do *flâneur* solitário, sentado num café no *Boulevard St. Germain* ou em Almagro, à vista de todos, não combina com a tristeza descrita nestas canções. A tristeza, aqui, é de outro tipo. Ela é íntima, privada,

²³ Por “articulação de planos expressivos” quero denotar o fato de uma canção ter diversos elementos, como letra, melodia, ritmo, timbres, dentre outros. Cada um destes elementos expressa categorias sociais. Aqui, neste texto, limito-me ao plano das letras das canções; porém, uma análise bastante produtiva poderia ser feita através dos arranjos, por exemplo. Neste caso, outras categorias e outros tipos de operação poderiam ser observados.

vista por poucos.

A ideia que a tristeza é um sentimento para ser deixado em casa transparece também na forma como os boleros e sambas-canções dos anos 40 e 50 – nos quais a tristeza é cantada de forma explícita – foram criticados pela geração de músicos que produziu a Bossa Nova. Para Menescal, Bôscoli e outros, estes boleros eram “bregas” exatamente por serem explícitos demais. Não que a Bossa Nova não cultivasse a melancolia como tema, mas isto era feito dentro de uma estética que não explicita o sentimento, mas o retrata de forma mais impressionista. A tristeza, neste caso, era sugerida. A questão, portanto, é a explicitação extrema do sentimento, algo a ser evitado, porque de mau-gosto. A própria definição do termo “brega” aponta para isto: algo excessivo, *kitsch*. Inclusive, numa enciclopédia sobre música brasileira (Enciclopédia da Música Brasileira, 1998, s/p.), “música brega” é definida como “música mais banal, óbvia, direta, sentimental e rotineira possível”. Além disto, sua origem é remontada, dentre outros, ao samba-canção abolido dos anos 50²⁴. Enfim, esta ideia do brega como “sentimental demais” talvez seja um índice desta forma do brasileiro viver a melancolia: como algo a ser mantido em casa, escondido das relações públicas.

3 O sorriso como máscara ou a cordialidade distante

As implicações sociológicas das proposições feitas acima, nas quais procurei inverter o estereótipo do brasileiro como um povo alegre e, partindo de algumas canções, refletir sobre o caráter privado da forma como ele vive a melancolia e a tristeza, também podem me fornecer subsídios para pensar a própria forma como a antropologia trata do humor. A análise mais corrente é ver na alegria e no humor um modo de horizontalização das relações sociais, de neutralização (e, às vezes, de inversão) das regras e posições estruturais²⁵. Enfim, de instituição da *communitas*, nos termos descritos por Victor Turner (1974). Tal análise aparece, sob diferentes matizes, em diversos autores – DaMatta (1973; 1997), Douglas (1975), Turner (1982) – além de estar implícita no trabalho de Bahktin (2002).

É inegável esta componente “antiestrutural” do humor e da alegria. De fato, o riso, de um ponto de vista, dilui hierarquias, cria zonas de convívio menos marcadas por formalismos e impessoalidades. Porém, há outra dimensão do riso que não me parece estar relacionada com a diluição das hierarquias, mas com o seu estabelecimento. Trata-se de uma dimensão do riso ligada seja ao rebaixamento do outro, seja a uma negação em colocar este outro numa posição de interlocução. O riso, assim, apresenta uma dupla condição: pode aproximar, como pode afastar. Ri-se para criar uma proximidade. Mas não nos esqueçamos que se pode rir para se manter uma distância. Ou seja, o riso nem sempre é uma forma de personalizar a relação. Ele pode, também, ser uma forma de torná-la impessoal. É o caso, por exemplo, do riso polido da corte em Versalhes, tal como descrita por Elias (2001), onde o riso é um meio de manutenção das posições sociais. Um rir-se para se pôr cada qual em seu lugar.

²⁴ Este é outro ponto que merece uma reflexão mais acurada: a ideia do “brega” como uma categoria que aponta para um modo de estar no mundo que foge à forma como a sociabilidade burguesa constrói sua noção de pessoa. Aqui, tenho uma hipótese sobre a qual ainda pretendo me debruçar: a de que a noção de pessoa, no mundo burguês, é pautada, sobretudo, pela ideia de equilíbrio. Foge-se do ascetismo extremo, bem como da libertinagem absoluta. Em outros termos, nem a busca de santidade de um Spinoza, nem a dissolução do Marquês de Sade. O burguês busca o meio: aproveitar a vida, mas dentro de um limite. A “expressão obrigatória dos sentimentos”, para usar uma agenda temática cara à antropologia, no mundo burguês, seria pautada por esta ideia de equilíbrio, central para a construção da ideia de pessoa. Amor, ódio, tristeza, alegria, melancolia, euforia, todos estes estados devem ser vividos de forma equilibrada. Devem ser expressos – caso contrário, se é condenado à pecha de insensível e, no limite, de monstro (lembramos de Marsault, o personagem de Camus que não chora a morte da própria mãe) – mas, sem exageros – caso contrário, se é tachado de sentimental, como o jovem Werther, de Goethe.

A partir daí, pergunto se o “brega” no terreno da arte não seria exatamente algo que sai desta expressão equilibrada dos sentimentos. Algo “sentimental” demais, exposto sem equilíbrio, sem matiz alguma. Enfim, uma pergunta que exige reflexão. E tal reflexão pode ser a partir de um estudo que dialogue com a literatura sobre a música brega, como Araújo (1987), e com a literatura sobre sociabilidade burguesa. Em relação a este ponto, os trabalhos de Norbert Elias sobre o processo civilizatório e os trabalhos reunidos por Philippe Ariés sobre o “modo de vida burguês” na coleção História da Vida Privada podem servir de referência teórica.

²⁵ Para um balanço do modo como a antropologia lidou com o humor, cf. Driessen (2000).

Skinner (2002), ao analisar a teoria de Hobbes sobre o riso, apresenta um retrospecto da forma como o riso foi abordado na Grécia e no Renascimento, para aí chegar às colocações do pensador inglês. Skinner comenta que, na tradição grega, iniciada com Aristóteles, o riso é visto, antes de tudo, como um meio de zombaria, um modo de rebaixar o outro. O humanismo do Renascimento, por outro lado, aponta para o lado civilizado do riso, uma forma interessante de relação social. Aqui fica claro o aspecto ambíguo do riso: enquanto os gregos se preocupam com seu caráter disjuntivo, os pensadores da Renascença apontam seu caráter conjuntivo. As análises sobre o carnaval e as metáforas que tomam o brasileiro como um povo alegre tendem a enfatizar somente o aspecto aproximativo, qual seja: do riso como forma de estabelecimento de conjunção social.

Quando sugiro que o modo como se vive no Brasil a alegria e a melancolia apresenta uma homologia com relação entre casa e rua, na forma descrita por Roberto DaMatta, proponho que pode ser interessante atentarmos para uma dimensão impessoal do riso e para um personalismo inerente à melancolia. Parece interessante pensar na ideia de que a alegria que o brasileiro exibe como estereótipo seja também uma forma de evitar a proximidade, fugir ao contato, manter distância do outro. A própria homologia citada aponta para isto: o espaço da alegria é a rua, o espaço das relações impessoais. A melancolia, por sua vez, seria um modo personalista de relação social, uma forma de exigir a proximidade do outro. Assim, neste ponto de vista, o momento de maior intimidade entre pessoas pode não estar no riso, mas nas lágrimas. Porém, esta proximidade é, muitas vezes, evitada, sob a ótica do “excessivo demais”, do brega, citado acima. Ao invés de revelar sua tristeza publicamente, o brasileiro a deixa em casa e, como na letra de “Alegria”, vai “cantando, fingindo alegria, pra humanidade não me ver chorar”.

Ao desenvolver a ideia do “homem cordial”, Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 146-151) sugere que a cordialidade – entendida como um horror ao formalismo social e à distância – seria oposta à polidez, esta sim com conotações de frieza e falta de proximidade. A ideia de cordialidade, tal como é descrita por este autor, de certa forma, sintetiza esta visão clássica sobre o brasileiro como um povo que tende a se relacionar por proximidade. A alegria, aí, seria um meio disto. Não procurei, neste texto, negar a cordialidade, mas jogar luz sobre o “lado escuro da nossa lua”, mostrando que a polidez, o formalismo e a distância nas interações também estão presentes, e muito, na dinâmica da sociedade brasileira. A forma como se vive a tristeza, como algo escondido das relações públicas, talvez seja um indício disto, desta cordialidade do brasileiro que sabe muito bem que, em público, é preciso usar uma máscara e se colocar cada qual em seu lugar. Chamo atenção, portanto, para o fato de que, se somos cordiais, esta cordialidade pode ser distante.

Um povo triste a encenar alegria. Lembro-me da primeira vez, há alguns anos, que li *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, e me assustei com seu anátema do brasileiro como um povo triste. “Triste? Onde? Quando?”, me indaguei. Lembro-me de uma noite em Buenos Aires, entre dois amigos, ouvindo num *boliche*, em silêncio, velhos tangos. Por um instante, como bom turista, pensei que, no Brasil, aquela forma de viver a tristeza não era possível. Mas, felizmente, logo me veio à lembrança de alguém cantando “Ronda”, de Paulo Vanzolini, e percebi como os brasileiros, a todo instante, dão mostra da sua melancolia. Uma melancolia, porém, velada sob a máscara de um sorriso. E se este texto pretende ser justo às fontes que utilizou, nada expressa melhor a ideia geral desenvolvida aqui do que os versos de um samba – triste, por sinal – do carioca Candeia: “deixe-me ir, preciso andar, vou por aí a procurar, sorrir pra não chorar”.

Referências

ARAÚJO, Samuel. **Brega** : music and conflict in Urban Brazil. M.M. Thesis. University of Illinois at Urbana-Champaign. 1987.

_____. “The Politics of Passion: the impact of Bolero on Brazilian Musical Expression”. In: **1999 Yearbook for Traditional Music**. Edited by Dieter Christensen. ICTM, p. 42-56. 1999.

- ATKINS, E. Taylor. **Planet Jazz**. Jackson: University Press of Mississippi, 2003.
- BAHKITIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- BORGES, Beatriz. **Samba-Canção: Fratura e Paixão**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. London: Harvard University Press, 1997.
- DaMATTÁ, Roberto. “O carnaval como rito de passagem”. In: **Ensaio de Antropologia Estrutural**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 121-168.
- _____. **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOUGLAS, Mary. “Jokes” In: **Implicit Meanings: selected essays in anthropology**. London: Routledge, 1975.
- DRIESSEN, Henk. “Humor, riso e o campo: reflexões na antropologia”. In: BREMER, Jan; ROODENBURG, Herman. **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251-276.
- DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas indiano e suas implicações**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FAUSTO, Boris. “A Revolução de 30” In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 227-255.
- FOLHA DE SÃO PAULO**. “Franceses questionam as atrações do Ano do Brasil”, caderno Ilustrada, 20/03/2005, p. E5.
- FRANCESCHI, Humberto M. **A Casa Edison e seu tempo**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino/Sarapuí/Petrobrás, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Série Intérpretes do Brasil, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 105-645.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio: LTC, 1973.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Mitológicas I. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

MAUSS, Marcel. “A Expressão Obrigatória dos Sentimentos”. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). **Mauss**. Série Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979. p. 147-153.

MENEZES BASTOS, Rafael José de. “A ‘origem do samba’ como invenção do Brasil (Por que as canções têm música?)”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 31, ano 11, junho, p. 11-48. 1996.

_____. “Brazil”. In: **Continuum Encyclopedia of Popular Music of the World**. Edited by John Sheperd, David Horn and Dave Laing. V. III: Caribbean and Latin America. London: Continuum, 2005a. p. 212-247.

_____. “Les Batutas in Paris 1922: an anthropology of (in)discreet brightness” In: *Antropologia em Primeira Mão* nº 66. Florianópolis, PPGAS/UFSC. 2005b.

MONSON, Ingrid. **Saying Something**: jazz improvisation and interaction. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

MOURA, Gerson. **O Tio Sam chega ao Brasil** – a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ODÁLIA, Nilo. “O Brasil nas relações internacionais (1945-1964)” In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **O Brasil em Perspectiva**. Rio: Bertrand Brasil, 1988. p. 350-367.

OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PINSKI, Jaime. “O Brasil nas relações internacionais (1930-1945)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **O Brasil em Perspectiva**. Rio: Bertrand Brasil, 1988. p. 337-349.

SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na república” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História de Vida Privada no Brasil** v. 3: Da Belle Epoque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 289-365.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço Decente**: transformações no samba do Rio de Janeiro 1917-1933. Rio: Jorge Zahar, 2000.

SANT’ANNA, Afonso Romano de. **Drummond**: gauche no tempo. Rio: Record, 1972.

SCHWARCZ, Lílían Moritz. “Complexo do Zé Carioca: notas sobre a identidade mestiça e malandra” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, nº 29, p. 49-63. Caxambu, 1995.

_____. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura Como Missão**: tensões culturais e criação literária na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

_____. “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio” In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História de Vida Privada no Brasil** v. 3: Da Belle Epoque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a Teoria Clássica do Riso**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 18

2002.

TAGG, Philipp. “Analising Popular Music” In: **Popular Music**, nº 2, London, 1982. p. 37-65.

TINHORÃO, José Ramos. **Domingos Caldas Barbosa: o poeta da viola, da modinha e do lundu (1740-1800)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. **From Ritual to Theatre: the human seriousness of play**. New York: PAJ, 1982.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Os mandarins milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Jorge Zahar, 1997.

VASCONCELLOS, Gilberto; SUZUKI Jr, Matinas. “A malandragem e a formação da música popular brasileira” In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. v. 3: Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1997. p. 503-523.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIANA, Hermano. **O mistério do samba**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1997.

VIEIRA CESAR, Ligia. **Poesia e política nas canções de Bob Dylan e Chico Buarque**. São Paulo: Novera, 2007.

WISNIK, José Miguel; SQUEEF, Ênio. **Música**. Série O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUESTIONES COLECTIVAS. JÓVENES LATINOAMERICANOS Y MOVIMIENTOS SOCIALES

*Analía Otero*¹

Resumen: Actualmente, la participación social y política de las y los jóvenes en la esfera pública es una problemática que ha cobrado una gran importancia, especialmente cuando se trata de manifestaciones de protesta social y acciones que cuestionan al orden establecido. Este artículo se centrará en la relación entre condición juvenil y acción colectiva y retomará algunas discusiones sobre el activismo de las y los jóvenes y su participación como integrantes de movimientos sociales. A lo largo del texto, se profundizará en tres ejes que se consideran centrales para generar un acercamiento a la cuestión: uno primero que tiene que ver con las lecturas a cerca de la conformación de movimientos sociales como actores políticos, mediadores del conflicto social, y ámbitos de socialización política. Un segundo eje estará destinado a abordar las caracterizaciones sobre los modos de participación política, y propuestas teóricas que contribuyen a identificar elementos sobre pautas de acción e intervención de los jóvenes en lo político y social. Y, finalmente un tercer eje comprenderá el análisis sobre los procesos de vinculación de los y las jóvenes en el marco de la acción colectiva. De esta forma, se pretende aportar herramientas teóricas para reflexionar acerca de la intervención y aporte de las y los jóvenes en movimientos sociales contemporáneos.

Palabras clave: Jóvenes; Participación social y política; Movimientos sociales.

Abstract: Youth protagonism and social participation have become a topic of academic interest recently. Their role in demonstrations and public actions have been considered substantially important for our society. This article mainly focuses on the relationship between youth subjectivity and collective actions. It also describes the different perspectives that study youngsters activism and their participation in social movements.

The first part talks about the process that makes social movements as political actors, social conflicts mediators and places of political action and socialization. The second part shows the different ways of participate in the society and briefly explains some theories that identifies some common points in youth protagonism. The last part goes deeply into the bonding relationships between youngsters inside the movements. Hopefully, this document will be an input to think about youth movements with new theoretical tools.

Keywords: Youth; Social participation politics; Social movements.

Introducción

La emergencia de las movilizaciones y protestas del siglo XXI plantean un escenario de tensiones latentes en las democracias contemporáneas. En este escenario, la participación juvenil en movimientos sociales es una temática que ha cobrado particular atención en nuestros días debido a que, sin poder dar cuenta de datos certeros en cantidad ni inferir generalizaciones, se ha señalado que una característica de los movimientos sociales actuales es, justamente, la presencia de un alto componente juvenil en su seno. A menudo la supuesta falta de precisión de objetivos o de escasas propuestas de acción tienden a ser motivos por los cuales las protestas y los movimientos juveniles resultan

¹ Lic. en Sociología (UBA); Magíster en Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales (FLACSO). Dra. Ciencias Sociales (FLACSO). Investigadora CONICET/FLACSO, Sede Académica Argentina. Dir: Ayacucho 551, CP: 1026 Capital Federal, Buenos. Aires. Argentina. E-mail: aotero14@gmail.com, aotero@flacso.org.ar

deslegitimados e incluso considerados meramente expresiones folclóricas de la cultura joven. Una de las críticas frecuentes es la transitoriedad y la constante amenaza de la disolución de los movimientos ante la falta de un compromiso sostenido de los militantes. Sin embargo, la mayoría de las veces el debate gira en torno a el parámetro de la eficacia de los resultados, esperando una intervención que dé cuenta no sólo de demandas sino que contribuya a promover acciones efectivas de cambio.

Algunos autores sostienen que en estos últimos años no se han generado movimientos sociales de marcado carácter generacional ni que apelen a dicho clivaje para establecer sus demandas (DOMÍNGUEZ, 2006). Pero tampoco es posible negar que las y los jóvenes constituyen una porción relevante dentro de la mayoría de los movimientos sociales contemporáneos.

En este sentido, la relevancia de la temática de este artículo está vinculada a la necesidad de un mayor conocimiento sobre las problemáticas político-sociales que enfrentan las y los jóvenes en la actualidad. Abordar el protagonismo de los y las jóvenes contemporáneos en acciones colectivas plantea una serie de nudos problemáticos. En principio, sugiere un interrogante profundo acerca de, si la hay, cuál es y cómo influye la particularidad de sus modos de participación política y social, es decir, preguntarnos por su papel como actores en el escenario de los conflictos sociales.

Por otro lado, la heterogeneidad, multiplicidad y constantes variaciones de las manifestaciones colectivas protagonizadas por jóvenes llevan a cuestionar la idea misma de rasgos en común. La heterogeneidad de las situaciones que atraviesan las y los jóvenes de cada país y lugar de la región, está en la base del planteo pues incide en los intereses y demandas que persiguen las protestas y movimientos. A ello se le suman cambios de época que modifican los contextos de sociabilidad.

Así las cosas, el interés por el protagonismo juvenil se acompaña con estudios sobre la multiplicidad de formas de intervención social y política en los espacios públicos. La diversidad de protestas sociales (marchas, acampes, escraches, etc.) contienen formas de expresar el descontento. Ello habla de maneras de moverse en la sociedad y en definitiva de modos y estilos de experimentar los problemas que los atañen.

Las culturas juveniles y los movimientos sociales pueden constituir objetos de estudios diferenciados, pero en la realidad se confunden y se superponen. No obstante, el desafío que conlleva situarnos en los espacios intersticiales entre dos campos temáticos prolíficos: jóvenes (condición juvenil) y movimientos sociales (acción colectiva), obliga a refinar la búsqueda de aportes que contribuyan a la riqueza del trabajo analítico, permitiendo comprender la emergencia y dinámica de su participación política y social.

Con el objetivo de hacer un aporte en materia de las particularidades y los modos de participación de los y las jóvenes, este artículo se organiza del siguiente modo: en primer lugar, se presentan las vertientes teóricas y las perspectivas que históricamente orientan los análisis acerca de la conformación de movimientos sociales como actores políticos, mediadores del conflicto social y ámbitos de socialización política. En segundo lugar, se abordan caracterizaciones de los modos de participación de los y las jóvenes, prestando particular atención a sus transformaciones en el contexto histórico, considerando sus variaciones desde fines del siglo anterior. En tercer y último lugar, se versa sobre los procesos de vinculación de los y las jóvenes en el marco de una acción colectiva. En este último apartado, se enfocarán dimensiones tanto nodales como actuales, que admiten nuevos interrogantes. Asimismo, se expondrán algunos casos ejemplificadores de jóvenes en movimientos sociales surgidos recientemente en la región Latinoamericana y en el plano internacional.

1 Una revisión de los principales aportes en torno a los Movimientos Sociales

Si se quisiera hacer una historiografía de los estudios sobre movimientos sociales, deberíamos remontarnos a la sociología clásica y tradicional. En los inicios de esta ciencia social, se puede encontrar, más implícita que explícitamente, una preocupación por la acción colectiva. Desde los autores denominados clásicos, como Durkheim, Marx y Weber², hasta la actualidad han desarrollado

² Cabe mencionar aquí la contraposición y crítica de la sociología clásica, a diferencia del pensamiento marxista Weber sostiene que las bases materiales de las relaciones de producción y el antagonismo de las clases sociales no son los elementos

estudios sobre movimientos sociales y han ido complejizándose, profesionalizándose e institucionalizándose a lo largo del tiempo. Desde la praxis social también se ha ido construyendo una intención de definir la acción social que a su vez contiene parte de la misma. Hoy, contamos con un campo prolífico de investigaciones que hacen su aporte y problematizan la cuestión, generando debates y nuevos conocimientos.

A grandes rasgos, hasta mediados del siglo anterior, el estudio sobre el fenómeno de la acción colectiva y los movimientos sociales fue abordado por las corrientes teóricas clásicas como la teoría marxista y la estructural-funcionalista. El primer enfoque considera la acción colectiva como expresión del conflicto de clases, mientras que la segunda perspectiva la define como un acto irracional o un desvío del orden social.

Por un lado, el enfoque estructural-funcionalista y los enfoques de la sociedad-masa conciben a la acción colectiva y las movilizaciones como efectos de la “multitud”, caracterizados como actos irracionales, espontáneos y vinculados a desajustes derivados de las acciones normativas.

En cambio, la perspectiva marxista reivindica a los movimientos sociales – particularmente obreros y sindicales- otorgándoles un lugar clave en la escena de la conflicto social. Teniendo en cuenta el contexto histórico en el que se ubicaban estos análisis – el desarrollo de la sociedad industrial en los siglos XIX y XX- , podemos decir que han puesto el foco en el peso de la estructura económica sobre la determinación, desarrollo y conformación de actores sociales y colectivos donde se dirimían las relaciones de poder y los procesos de lucha. Más adelante, autores como Gramsci, Hobsbawm (1959) y Thompson (1963), profundizarían y complejizarían el tema asignándole a la cultura un rol fundamental en la lucha de clases.

Sin embargo, más allá de estos aportes teóricos fundamentales, el interés concreto por la problemática de los movimientos sociales tomó un verdadero impulso recién en la década de los años '60. A partir de esto, se han elaborado modelos teóricos para su análisis y marcos de lectura que han dejado de lado la noción de los movimientos sociales como actos irracionales. En este sentido, se renueva la perspectiva, se aborda el cómo y el por qué de estos fenómenos y se los reivindica como formas de acción colectiva que hacen un aporte sustancial a la construcción política y social.

Asimismo, en ese período, movimientos vinculados a la defensa de derechos civiles emergieron fundamentalmente en Estados Unidos, tales como ciertos grupos vinculados a cuestiones de género y demandas ambientales. Ya hacia fines de la década del '80, Offe (1988), ponía en evidencia la aparición de movimientos nuevos, relacionados con transformaciones sociales, culturales y políticas. Este autor definiría a una nueva esfera política en la cual estaban presentes no sólo las organizaciones políticas tradicionales, sino también demandas con bases sociales. A estos fenómenos, Offe los llamó “nuevos movimientos sociales”, acuñando así el término utilizado actualmente. Se refería a estos fenómenos como acciones colectivas de carácter reivindicativo que quedaban fuera o no podrían explicarse bajo los esquemas marxistas o estructural-funcionalistas. Con el desplazamiento de la lucha obrera del centro de la escena social y política, comienza a desvanecerse la noción que concibe a la pertenencia de clase como clave estructural para la conformación de movimientos organizados que luchan por el cambio social. El acento estaría puesto ahora en los “nuevos movimientos sociales” de las sociedades postindustriales otorgándoles un protagonismo central dentro de la escena social.

Actualmente, se pueden encontrar dos perspectivas teóricas que abordan los movimientos sociales.

Por un lado, la ciencia norteamericana se centra en los recursos que los colectivos sociales tienen a su alcance, las acciones instrumentales que realizan y los marcos de oportunidad que ofrecen determinados contextos socio-políticos. Se hace énfasis en las estructuras de oportunidades, la movilización de los recursos y el repertorio de acción de los movimientos sociales para comprenderlos y analizarlos. (TILLY, 1978; MCADAM, MCCARTH Y ZALD, 1999; JEKINS, 1994).

En cambio, otra perspectiva teórica (principalmente de autores europeos) prioriza el análisis de los complejos procesos identitario que atraviesan los actores individuales y los colectivos sociales. En

simbólicos unívocos ni únicos para generar creencias comunes y otorgar sentidos a la acción colectiva vinculada a la movilización y la lucha.

este línea, Melucci sostiene que los movimientos sociales son en sí mismos un sistema de códigos simbólicos que operan como un desafío al orden hegemónico. Este autor definió los movimientos sociales como formas de acción colectiva que hacen explícito un conflicto social, apelan a la solidaridad y operan como signos desafiantes-reveladores de la irracionalidad y parcialidad del sistema de códigos culturales dominantes. (MELUCCI, 1994). Es decir, que considera a la acción colectiva como una pluralidad de relaciones, elementos y significados; que emerge desde una identidad social construida y dinámica. Los movimientos sociales no pueden explicarse simplemente como resultado de precondiciones estructurales o simple expresión de creencias, sino como individuos en constante interacción, negociación y tensión, procesos que operan entre sí y su entorno.

Ahora bien, para poder introducir la cuestión juvenil en los movimientos sociales, debemos hablar de los aportes que José Ortega y Gasset (1930) y Karl Mannheim (1958)³ hicieron desde su perspectiva generacional⁴. Estos autores entienden a la juventud como un actor social fundamental en los movimientos sociales ya que son impulsores del cambio social, especialmente en el proceso de transición entre generaciones.

A lo largo de todo el siglo XX, los movimientos estudiantiles han sido el paradigma de la participación y protagonismo juvenil por sus intervenciones rupturistas y vanguardistas dentro de los procesos sociales. Dentro de los “nuevos movimientos sociales” los jóvenes tendrán un papel significativo, ya que su presencia no se restringe sólo en movimientos y organizaciones estudiantiles, sino que conforman gran parte de otros movimientos políticos, de género y ecologistas.

Es cierto que América Latina, particularmente, es una región caracterizada por presentar una estructura social con profundas desigualdades, donde como señala Calderón: “no existen movimientos sociales puros o claramente definidos, dada la multidimensionalidad no sólo de las relaciones sociales, sino también de los mismos sentidos de la acción colectiva; por ejemplo, un movimiento de orientación clasista probablemente este acompañado por sentidos étnicos y de género que lo diferencian y asimilan a otros movimientos de orientación culturalista con contenidos clasistas. Así, los movimientos sociales se ven nutridos por múltiples energías que incluyen en su constitución desde formas orgánicas de acción social por el control del sistema político y cultural, hasta modos de transformación y participación cotidiana de auto reproducción societal” (CALDERÓN, 1986, p. 332). A esta multidimensionalidad y diversidad característica de la región latinoamericana, se agregan movimientos vinculados con la cuestión agraria, indígena y sindical, con algunos casos que alcanzan una gran difusión como el movimiento Zapatista mexicano que inicia en 1994.

Hacia fin de siglo, aún con matices entre los distintos países de América Latina, el contexto regional se vio inmerso en una profunda crisis económica junto a un proceso de fragmentación social y una transición democrática que intensificó las desigualdades sociales existentes y provocó un fuerte proceso de exclusión social. La situación marginal de los y las jóvenes se agudizaría, viéndose impactado el mercado laboral específicamente. El desempleo y la precarización, flexibilización y la informalidad laboral marcaron la situación laboral juvenil. En respuesta a esta situación, las acciones de colectivos juveniles tendieron a cuestionar y atacar el neoliberalismo, la globalización y las consecuencias derivadas de ambos procesos. Asimismo, comenzó a gestarse y manifestarse un fuerte cuestionamiento a las instituciones clásicas de socialización tales como la escuela, la familia y los

³ La Primera Guerra Mundial y la Revolución Soviética son dos acontecimientos de peso en el contexto de elaboración de los escritos de Ortega y Gasset y Mannheim. Ambos resaltaban el hecho de que hubiera grupos que compartían la experiencia de haber nacido en una determinada época, destacando el proceso de relevo generacional e interpelando el papel de las nuevas generaciones en función de las posibilidades de cambio social. Para Ortega y Gasset, las generaciones van a cobrar prioridad en tanto sujeto que encarna un cambio histórico reflejo de profundas alteraciones culturales. Hay allí implícita una particular relación entre las generaciones y la cultura, pues, las generaciones son vehículo de transmisión cultural, con sus formas de ser y pensar propias, e incluso contrapuestas a las de sus antecedentes. Por su parte, Mannheim profundiza sobre la formación de la dirigencia política de las nuevas generaciones en la democracia de masas. Para este autor, el lazo sociológico unificador entre los intelectuales era la educación que constituía la herencia formativa común, es decir, la educación moderna y la política aparecen como ciencias en sus formas más elevadas, “las ciencias políticas”. Esos serían dos elementos imprescindibles para desarrollar un poder entre las nuevas generaciones que derivaría en la construcción de un nuevo orden social, o sea, un poder transformador del gobierno aristocrático. (MANNHEIM, 1958, p. 186).

⁴ En esta línea algunos desarrollos actuales son los trabajos de (GALLAND, 1991).

partidos políticos. Tanto en la academia como en la sociedad civil se vivía un clima época signado por el descreimiento de las experiencias básicas de la vida social y, en consecuencia, crecía un sentimiento de incertidumbre en relación al futuro. En materia académica, se destacarían los análisis sobre los procesos de transformación de la condición juvenil, específicamente vinculados a la situación laboral, cada vez más exigente en materia de desempeño académico pero incierta y poco prometedora para el acceso a buenas condiciones de empleo. Además, han proliferado estudios sobre las inquietudes, comportamientos, expresiones culturales, subjetividades y formas de participación juveniles. Muchos autores, además, indagaron en el vínculo entre las y los jóvenes y la política y sus manifestaciones en el espacio público-privado. Esta perspectiva presenta un punto de inflexión, ya que se funda en proponer analogías para reflexionar en torno a los movimientos juveniles. Retomaremos y explicaremos este punto en el próximo apartado señalando tópicos y temas recurrentes.

2 Paradigmas en la región latinoamericana⁵

En América Latina, las últimas décadas del siglo XX estuvieron marcadas por modelos políticos económicos neoliberales que profundizaron el endeudamiento externo del país y los procesos de exclusión social. Cuando esta situación se volvió extrema, el cuestionamiento a las instituciones convencionales relacionadas a los canales tradicionales de participación político-partidaria y sindical se intensificó y la crisis de representación se consolidó en la conciencia social. En respuesta a este clima de época incierto, signado por la ausencia de canales de representación que fueran considerados legítimos por la ciudadanía, irrumpieron en el escenario social nuevos modos de participación juvenil -poco asimilables a la militancia tradicional⁶ – configurando, así, otras subjetividades y comportamientos sociales.

A partir de la emergencia de estos fenómenos sociales, se profundizó el interés académico en estudiarlos, analizarlos y comprenderlos, entendiéndolos como espacios y modos alternativos de socialización y participación. (MAFFESOLI, 1990; REGUILLO, 2000; GARCÍA CANCLINI, 1997; MARTÍN BARBERO, 1998).

En los años noventa, dos corrientes de pensamiento abordan a las juventudes desde dos enfoques totalmente diferentes. Por un lado, una define a las y los jóvenes como apáticos y desinteresados en la participación política por su alejamiento a los canales tradicionales, mientras que la otra propone un nuevo paradigma de participación juvenil haciendo hincapié en nuevos modos de participación, comportamientos y subjetividades juveniles, concibiéndolos como actores sociales con mucho potencial en la intervención en el espacio público. Siguiendo esta línea, Lesli Serna (1998) retoma el esquema para analizar movimientos sociales de Offe y propone un análisis comparativo entre las “nuevas” y “viejas” formas de participación juvenil.

En primer lugar, sostiene que si bien en el pasado las identidades colectivas se construían a partir de códigos socio-económicos e ideológico-políticos, ahora lo hacen a partir de espacios de acción y mundo de vida.

En segundo lugar, afirma que las viejas demandas estaban relacionadas con la mejora de las condiciones sociales y económicas, mientras que las nuevas formas se centran en la reivindicación de derechos previamente vulnerados.

En tercer lugar, vincula la vieja idea de cambio social con el cuestionamiento a la estructura social y la necesidad de modificación de la misma con el objetivo de cambiar las subjetividades individuales. En cambio, el nuevo clima de época está signado por la autonomía y la identidad, el cambio es en el aquí y ahora y predominan las actitudes individuales en lugar en las colectivas.

⁵Para la construcción de este apartado se ha retomado Otero (2003; 2006).

⁶En el análisis sobre jóvenes y política, incluso aquellas prácticas relacionadas a la acción colectiva ha primado una mirada enfática sobre los modos típicos de participación formal, por ejemplo sus acciones en partidos políticos, como parte del electorado el momento del voto, etc. Por su parte las expresiones más informales y transitorias, fueron escamante estimadas como proyectos políticos. En el nuevo escenario se va a hablar del surgimiento de nuevos sujetos y prácticas sociales de movilización y acción emancipadora; a diferencia de lo que sucedía en el paradigma anterior, la clase obrera no se piensa unívocamente como el sujeto de la lucha sino que emergen múltiples formas de lucha anti-sistema.

Por último, para el autor, el involucramiento ciudadano antes estaba ligado a los canales institucionales, mientras que ahora se reivindica la acción individual en redes informales y flexibles, bajo modalidades horizontales, rechazando así la burocratización y la vieja noción de participación.

En suma, las y los jóvenes están en busca de un cambio social a través de nuevos modos de lucha y participación muy heterogéneos y diversos. A diferencia de las viejas formas de participación, la lucha se centra en la transformación de lo cotidiano y el ahora. En este sentido, el eje temporal por el cual están atravesadas estas nuevas expresiones juveniles es una de las características definitorias y diferenciales entre el pasado y la actualidad. A partir de esto, surgen actores sociales y fenómenos múltiples que dejan de lado la primacía de la lucha clasista del movimiento obrero tradicional.

En relación a los modos de organización de los movimientos sociales, prima la estructura y organización horizontal, acompañada de una informalidad, flexibilidad y transitoriedad de la acción. Se pone énfasis en la individualidad de los sujetos, en la experiencia personal y no es necesaria la anulación de singularidades en pos de una victoria o causa colectiva. Asimismo, las demandas y las luchas están vinculadas no tanto a cambios trascendentes sino a cuestiones de tipo ético-existenciales.

Este paradigma fue ampliamente retomado para analizar fenómenos y movimientos juveniles en el campo académico y en la investigación en América Latina.

Bolívar Franco (2000, p. 117) puso de relieve la importancia del contexto sociohistórico determinado de cada país para analizar la presencia juvenil en los movimientos sociales, entendidos como un producto del sistema social. En esta línea, el autor sostiene que “no existen indicios de un movimiento juvenil que luchara como tal, por los intereses de los jóvenes”. Al mismo tiempo, rescata y reivindica la presencia de jóvenes en organizaciones e instituciones y afirma que la apatía en relación a la política está vinculada a un rechazo a los canales tradicionales de participación, y no a un desinterés concreto por participar.

Por su parte, Raúl Zibechi (1997) realizó un estudio de seguimiento del movimiento juvenil-estudiantil uruguayo durante los años noventa, desde la creación de la Coordinadora Anti Razias hasta las ocupaciones de los liceos estudiantiles en Agosto de 1996. En oposición a los entonces estudios de la CEPAL que caracterizaban a la juventud como apática y desinteresada, Zibechi observaba cómo las y los jóvenes aún cuestionaban al status quo a través de expresiones culturales. Su trabajo también se destacó por darle relevancia a la influencia del grupo familiar en los comportamientos sociales de las nuevas generaciones y por afirmar que la rebelión juvenil de la década del sesenta era retomada, con su propio estilo, por la nueva juventud.

Asimismo, Zibechi propuso dos rasgos distintivos para caracterizar a la participación juvenil. Por un lado, sostuvo que la lucha juvenil por derribar el sistema de dominación va de la mano con modificar el modo de vida en el presente en pos de una afirmación de identidad y; por otro, que los espacios juveniles estaban caracterizados por un modo de organización horizontal, rotativa y democrática. En relación a esto, Zibechi también agrega que hay un profundo rechazo a las estructuras verticalistas pero no hay un estrategia planificada en el modo de proceder de la organización. Son rechazos vivenciales a una autoridad concebida como opresora que se relacionan con profundos cambios culturales y sociales. Además, le otorga un papel central a las y los jóvenes en la conformación de colectivos autónomos en su análisis de la “revuelta Argentina de los ‘90”. Los profundos cambios culturales que sufrió nuestro país han impactado en un recambio generacional y se produce un quiebre en la cultura juvenil precedente que hace que emerjan nuevos estilos y formas de vida anticipatorios que van en búsqueda de cambios políticos y sociales más amplios. En esta línea, su obra condensa las diversas manifestaciones de expresión cultural, especialmente la emergencia de un estilo musical denominado “rock chabón” vinculado a los sectores populares, como símbolo de una generación rebelde, liberadora del cuerpo y que no se resigna a ser invisibilizada.

Desde otra perspectiva, Morales Gil la Torre realiza otro aporte teórico sobre los movimientos juveniles retomando ejes conceptuales de Melucci. Considera a la acción colectiva como un producto social y un conjunto de relaciones que favorecen la creación de significados identitarios. De esta concepción, vincula la acción colectiva con los procesos de movilización y la experiencia de la vida cotidiana. Según el autor, los actores colectivos son el resultado de un sistema de relaciones de

solidaridad, organización y cultura compartidas en los cuales la participación de los jóvenes debe ser reconocida por su eficacia simbólica.

Asimismo, propone un enfoque analítico sincrónico y diacrónico de estos procesos. La perspectiva sincrónica identifica las condiciones que permiten la emergencia de una movilización colectiva, es decir, las estructuras conceptuales y motivacionales que hacen de base para establecer determinadas relaciones sociales que, a su vez, conforman redes, modos de organización y estrategias de acción e identidades. Desde una perspectiva diacrónica, en cambio, se pueden observar los períodos fragmentados en los cuales transcurre una misma acción colectiva a partir de categorías analíticas que distinguen momentos de mayor visibilidad o latencia, memoria e identidad o institución e innovación.

Morales Gil la Torre aplica este modelo sincrónico-diacrónico a un trabajo con cinco redes de organizaciones juveniles mexicanas en las cuales observa una serie de puntos en común a pesar de sus singularidades, multiplicidades y diversas formas de autogobierno.

En primer lugar, observa un punto de tensión entre los aún presentes lineamientos originarios del movimiento con las actuales líneas de acción. Este dilema de “mandato originario” da cuenta de la dependencia política, económica y cultural a los organismos que iniciaron el movimiento y las luchas de poder al interior de los espacios de acción entre militantes de mayor y menor trayectoria. Esta relación aún vigente con las viejas estructuras no dejan construir una nueva autonomía.

En segundo lugar, observa otro dilema que se expresa como “la posibilidad de conservar espacios que permitan la movilidad afectividad y expresividad dentro de los procesos organizativos. Es decir cómo garantizar la visibilidad del proceso de movilización contando con elementos institucionales que lo regulen” (MORALES GIL LA TORRE, 2001, p. 28). Ésto se puede ver como un desafío para vincularlo con algunas particularidades del ser joven tales como el desarrollo de compromisos y el sostenimiento de espacios de manera sistemática.

Por último, encontramos el aporte de Luis Caputo, quién analiza y describe los problemas, expectativas y demandas de un caso de participación juvenil en un movimiento rural formoseño. El autor afirma que las motivaciones psicosociales de los jóvenes vinculadas hacia la participación y el involucramiento social se ven sofocadas por las carencias materiales y afectivas dentro de un contexto de desestructuración productiva y la desintegración rural. Es por eso que la prioridad se centra en las demandas de tipo económico productivas y no son tan frecuentes las reivindicaciones sociopolíticas.

A partir de este análisis situacional Caputo enfatiza en la importancia de políticas públicas que estimulen a los jóvenes a través de iniciativas que impulsen la participación que “no necesariamente es sinónimo de militancia clásica”. De esta forma, la intervención estatal es primordial para el desarrollo de capacidades en los jóvenes rurales tales como la imaginación, la toma de decisiones y la socialización.

3 Nuevas propuestas teóricas para el análisis de Movimientos Juveniles

Si bien el siglo XX tuvo avances teóricos en materia de movimientos sociales en general y modalidades de participación juvenil en particular, en el siglo XXI surgirán nuevos interrogantes sobre el protagonismo juvenil y su rol en el escenario político y social.

A pesar de la ausencia de un corpus académico prolífico que estudie los fenómenos juveniles recientes, podemos encontrar aportes teóricos interesantes que dan cuenta de ciertas particularidades del comportamiento juvenil. Existen aproximaciones teóricas que exploran el clima de época y el contexto socio-político, entendiéndolas como condiciones fundamentales para la emergencia de acciones colectivas. A su vez, se le otorga relevancia al contexto de socialización de las nuevas generaciones, teniendo en cuenta la enorme influencia que tienen las redes sociales y las nuevas tecnologías en él. En este sentido, se pueden construir dos ejes analíticos clave que nos ayudan a analizar y caracterizar los movimientos juveniles: la variable temporal y las nuevas formas de sociabilidad.

Melucci (1997) pone en el centro del debate la variable temporal de los movimientos sociales juveniles, entendiéndola como una experiencia vital tanto para los individuos que componen un colectivo como para los movimientos sociales en su totalidad. Su argumento gira en torno a dos dimensiones temporales centrales: por un lado, una que concibe al tiempo como una categoría de 27

organización del ciclo vital y de las biografías de las personas y, por otro, un eje que lo concibe como un producto cultural de la estructura y el orden social. El autor plantea que el tiempo como categoría básica de la experiencia vital es una construcción que ya no está vinculada con la idea de linealidad y progreso, sino que el tiempo está sujeto a lo múltiple y lo discontinuo y es un tiempo sin historia o “de muchas historias relativamente independientes” (MELUCCI, 1997, p. 8). Actualmente, la noción del tiempo está vinculado a una versión fragmentada y a una experiencia más abierta, aleatoria y flexible, que no implica el mismo disciplinamiento de antaño.

Asimismo, Melucci piensa a los modelos de acción juvenil como experiencias comunicativas, es decir que todas ellas están vinculadas a la transmisión e intercambio de mensajes y códigos simbólicos que subvierten el orden hegemónico. De esta forma, las movilizaciones juveniles no sólo difunden un mensaje rupturista y de demanda social sino que poseen un poder simbólico sustantivo con el que luchan en contra de la lógica dominante.

A esta dimensión temporal y dimensión comunicativa, se le suma la fuerte presencia de dispositivos tecnológicos que impactan, según algunos científicos sociales, en la construcción de las relaciones inter e intra generacionales, muy distintas a las de antaño en este escenario nuevo signado por lo virtual. Hay miradas teóricas que destacan el modo distintivo en el cual los jóvenes participan en la sociedad en tanto son generaciones nacidas en el mundo de la red y avances tecnológicos continuos.

En esta misma línea, existen interrogantes sobre la influencia de las redes sociales no sólo a nivel individual, sino a nivel colectivo. En estos últimos años han existido manifestaciones masivas convocadas a través de redes sociales que han tenido un fuerte impacto en nuestra sociedad.

En este sentido, las y los jóvenes proponen nuevas formas de politicidad por la relación con un tiempo presente menos sujeto a linealidades (la dimensión temporal); por las nuevas formas de relacionarse (el contexto de socialización) y; por los códigos simbólicos que manejan (la dimensión comunicacional). Es allí donde residen las particularidades distintivas del accionar joven, es decir, en su actitud desafiante a la “dilatación del tiempo subjetivo” (MELUCCI, 1997, p. 8).

Por su parte, Fernando Calderón hace foco en las características culturales que presentan los movimientos de participación juvenil. Su tesis gira en torno a una “nueva politicidad”, en la cual las y los jóvenes tienen un lugar destacado y está compuesta por una mixtura de demandas básicas al mismo tiempo que propone nuevas expresiones y manifestaciones culturales. Los movimientos sociales latinoamericanos se han distinguido por ser multidimensionales, es decir, estar caracterizados por yuxtaposiciones y entrecruzamientos de reivindicaciones vinculadas a la exclusión social, a demandas básicas, a derechos humanos vulnerados, como también cuestiones étnicas, culturales y clasistas.

Asimismo, el autor rescata la importancia que se le otorga a la libertad personal y a la autonomía personal a través de múltiples demandas colectivas. En ese sentido, Calderón afirma que “[...] las orientaciones colectivas de los actores, principalmente las de los jóvenes, empiezan a valorar la construcción de la autonomía personal como un bien colectivo, y viceversa: las orientaciones y valores colectivos también empiezan a valorar la autonomía de los actores individuales” (CALDERÓN, 2011, p. 79). Señala que actualmente prevalece el debilitamiento de los proyectos colectivos en detrimento de la autodeterminación personal. Sin embargo, este patrón presenta fisuras ya que aparece notablemente en los jóvenes incluidos, mientras que entre los excluidos prepondera una lógica aún colectiva.

Siguiendo la sintonía con estas recientes perspectivas teóricas, esta generación ha sido denominada la generación de la tecnosociabilidad, debido al impacto que han tenido los nuevos medios de comunicación en los modos de relacionarse. Los grandes flujos de información combinados con la aceleración del ritmo de vida y el cambio constante parecen producir un efecto doble: por un lado, la utilización de las nuevas tecnologías aumenta la conectividad entre jóvenes pero, por otro lado, el mismo uso los separa del resto de la sociedad. Sin embargo, hay que aclarar que ya no puede pensarse el proceso de formación de identidades y subjetividades sin las nuevas tecnologías, los nuevos modos de interacción que proponen y la exaltación de la autonomía personal. Como argumenta Calderón (2001, p. 88-89), “...quizás el rasgo más distintivo sea que existe una menor influencia de los patrones clásicos de socialización (familia, escuela, barrio, etc.), vacío que hoy es llenado en buena medida por los medios de comunicación, generándose así una cultura que está transformando las formas de conocer, sentir y aprehender, y que también modifica la vida cotidiana”. Como conclusión este autor

agrega una reflexión interesante sobre la sociedad toda “cómo puede la necesidad de autodeterminación personal articularse con la necesidad de construir una comunidad compartida?” (CALDERÓN, 2001, p. 88-89).

4 Protestas recientes

En lo que va del siglo XXI, es destacable la multiplicidad de experiencias colectivas en general y la diversidad de movimientos sociales juveniles en particular que han acontecido en los últimos años.

Más allá de los puntos en común o diferencias que podamos encontrar en las distintas movidas tanto a nivel regional como internacional, los jóvenes sin duda han adquirido una gran visibilidad y se han posicionado en la esfera pública como actores sociales relevantes. En el apartado siguiente, se describen dos casos de protagonismo juvenil en América Latina y uno que trasciende la frontera regional – España – que han tenido una gran repercusión mundial.

4.1 El caso chileno: Los Pingüinos

En el año 2011, estudiantes universitarios chilenos encabezaron una serie de movilizaciones que ponían en cuestionamiento el sistema educativo chileno.

De la misma forma que en 2006, cuando estudiantes de nivel medio se agruparon, organizaron y movilizaron, dando lugar a la conocida “revolución de los pingüinos”, las demandas universitarias giraban en torno a la necesidad de una educación pública, gratuita y de calidad.

En este marco de lucha, si bien las movilizaciones no consiguieron hacer un cambio estructural y radical en el sistema educativo chileno, uno de los saldos más significativos fue la posibilidad de exponer las profundas inequidades y desigualdades sociales que el sistema educativo reproduce persistentemente.

Además, se han abierto diversos espacios de diálogo entre los representantes estudiantiles y el gobierno nacional, otorgando así una visibilidad no sólo regional sino también mundial, lo cual habla de un reconocimiento legítimo a las demandas juveniles. Por otra parte, otros grupos de estudiantes han conformado una plataforma política de cara a las elecciones presidenciales posteriores a las movilizaciones y paulatinamente se van haciendo lugar en los canales políticos tradicionales. Uno de los exponentes de mayor visibilidad fue Camila Vallejos, Presidenta, en ese entonces, de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile, hoy diputada distrital por el Partido Comunista.

4.2 El caso mexicano: yo soy 132

Durante el mes de Mayo de 2012, un grupo de estudiantes universitarios tuvo un debate polémico con uno de los candidatos presidenciales (Peña Nieto del PRI) sobre una de las cadenas de medios de comunicación más poderosas e importantes de México. A partir de esto, en algunos canales mediáticos aparecía cuestionada la pertenencia de los estudiantes a la casa de altos estudios por lo que, como respuesta, los jóvenes -131- publicaron sus identificaciones universitarias desmintiendo la acusación. Luego, diversas formas de apoyo y adhesión en defensa de los jóvenes se enarbolaron bajo el lema “Yo soy 132”.

Este movimiento de base estudiantil se caracteriza por ser pacifista, ya que rechazan todo tipo de violencia; autónomo y apartidista, pues se postulan fuera de cualquier partido político; incluyente y plural, debido a que busca integrar a todas las personas en territorio mexicano y expresa una solidaridad con otros movimientos de lucha; y comprometido, horizontal y de carácter político y social, dado que sus acciones tienden a crear espacios de diálogo como parte de una construcción de una sociedad democrática y una conciencia ciudadana, con el objetivo último de la transformación de la sociedad. Asimismo, los activistas se oponen a los medios de comunicación masiva y cuestionan fuertemente su rol en las campañas políticas.

Si bien México no se distingue por haber tenido una historia política y social marcada por movimientos estudiantiles masivos, “Yo soy 132” se expandió rápidamente a través de las redes sociales, adquirió una notoriedad significativa y amplió en forma sustantiva su base de manifestantes.

4.3 El caso español: 15-M, Los Indignados

El Movimiento 15-M surge en España el marco de una crisis económica, política y social que azotó a la Comunidad Europea en los últimos años. Si bien este caso se ubica fuera de la región latinoamericana, vale la pena hacer mención del mismo debido a sus características particulares y a su repercusión mundial.

En este movimiento se pone en evidencia el claro descontento del clima de época y denuncian concretamente las consecuencias que tuvo el ajuste económico, el poder del capital financiero, la exclusión social y el desempleo que sufren los españoles. Asimismo, hace una crítica intensa al sistema político en general.

El nombre del movimiento refiere a una de las manifestaciones más concurridas fechada el 15 de Mayo de 2011. Durante ese evento, los manifestantes, en su mayoría jóvenes, ocuparon la Puerta del Sol, uno de los sitios emblemáticos de la ciudad de Madrid. Esto también dio pie a que se ocuparan otros lugares principales en otras ciudades del país, expandiendo rápidamente las demandas a lo largo y ancho del territorio español. De esta forma, se observa nuevamente el protagonismo juvenil en medio de la escena pública, haciendo escuchar sus protestas populares.

Conclusión

A lo largo de este artículo se ha realizado un breve recorrido de los diversos enfoques teóricos que argumentan sobre la intervención y protagonismo juvenil en espacios de acción colectiva. De la misma forma, se hace especial énfasis en los interrogantes y desafíos que despiertan estas lecturas sobre las formas de participación social y política, en un contexto de globalización y sociedades complejas.

En este sentido, más allá de los avances y los valiosos aportes académicos que han trabajado en pos de comprender los modos actuales de participación juvenil, resulta sumamente necesario profundizar en nuevas nociones que nutran el campo de análisis y permitan construir herramientas teóricas adecuadas para reflexionar sobre sus acciones individuales y propuestas colectivas.

Las demandas sociales canalizadas por los sectores juveniles no sólo son de sumo interés para los manifestantes sino también para el conjunto social, ya que hablan de un tipo de sociedad y mundo en que vivimos. Esperamos que el esquema aquí planteado sea un aporte para incentivar la construcción de nuevos y más prolíficos planteos sobre las temáticas abordadas.

Bibliografía

BOLIVAR, F. Centroamérica y Panamá: movimientos sociales juveniles y proyecciones hacia el nuevo siglo. Elementos para el debate. In: BALARDINI, S. (compilador). **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: Colección grupos de trabajo CLACSO, 2000.

CALDERÓN, F. **Los movimientos sociales ante la crisis**. Buenos Aires: CLACSO, 1986.

CALDERÓN, F. Movimientos culturales y la emergencia de una nueva politicidad. **Comunicación & Sociedad**, v. 10, n. 18, p.75-95. 2011.

CAPUTO, L. Jóvenes rurales formoseños y los obstáculos a las prácticas participativas. In: BALARDINI, S. (compilador). **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte**

del nuevo siglo. Buenos Aires: Colección grupos de trabajo CLACSO, 2000.

DOMÍNGUEZ, M. Los movimientos sociales y la acción juvenil: apuntes para un debate. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 67-83, jan./abr. 2006.

GALLAND, O. **Sociología de la Juventud: L'entree dans a vie** (Colección U) Francia: A. Colin, 1991.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas.** Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2005.

HOBBSBAWM, E. **Primitive rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19 th and 20 th centuries.** London: Manchester University Press, 1959.

JENKINS, C. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. **Revista Zona Abierta**, n. 69, Madrid, p. 5-48. 1994.

MARTÍN BARBERO, J. Jóvenes: comunicación e identidad. En Pensar Iberoamérica, **Revista de Cultura**, n. 0, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI. 2002.

MANNHEIN, K. **Ideología y Utopía. Introducción a la sociología del conocimiento.** Madrid: Aguilar, 1958.

MCADAM, D., MCCARTH J.D. Y ZALD MAYER N. **Movimientos sociales.** Perspectivas comparadas. Oportunidades políticas de movilización y marcos interpretativos culturales. España: Istmo, 1999.

MELUCCI, A. ¿Qué hay de nuevo en los movimientos sociales?. In: LARAÑA, E.; GUSFIERL, J. (Eds.). **Los nuevos movimientos sociales.** De la ideología a la identidad, Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 1994.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: ANPED, n. 5 e 6. 1997.

MORALES GIL DE LA TORRE, Visibilidad de la movilización juvenil. Notas para su análisis en **JOVENes**, v. 5, n. 14. México, 2001.

OFFE, C. **Partidos políticos y Nuevos Movimientos Sociales.** Editorial Sistemas: Madrid.1988.

OTERO, A. Representaciones y participación juvenil: el caso de los jóvenes del Movimiento de Trabajadores Desocupados de Lanús. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/otero.pdf>>. Acceso en: 10 jul. 2015.

OTERO, A. Representaciones sociales sobre el trabajo: un estudio de caso con jóvenes del conurbano bonaerense participantes del Movimiento de Trabajadores Desocupados de Lanús Tesis maestría FLACSO. 2006.

ORTEGA Y GASSET, J. **La rebelión de las masas.** España: ED, 1930.

REGUILLO, R. **Emergencia de culturas juveniles.** Estrategias del desencanto. Buenos Aires: Grupo 31

Editorial Norma: 2000.

SERNA, L. Globalización y participación juvenil: En búsqueda de elementos para la reflexión”, **JÓVENES**, México, v.1, n.5. 1998.

THOMPSON, E. **The making of the English working class**. Nueva York: Randon House, 1963.

TILLY, CH. From Movilizacion to Revolution, Reading, Ma: Addison Weslwy, 1978.

LARAÑA, E. **La construcción de los movimientos sociales**. Madrid: Alianza editorial, 1999.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90'**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Editorial Norman-Comunidad, 1998.

ZIBECHI, R. **Genealogía de la revuelta**. Argentina, la sociedad en Movimiento. Buenos Aires: Letra Libre, 2003.

MIGRAÇÕES E MUDANÇAS NO MUNDO DOS TRABALHADORES A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORES EM GUAÍRA-PR ENTRE 1970 E 2010

Cíntia Fiorotti Lima¹

Resumo: Este texto discute como parte dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) atualmente em ocupações consideradas "informais" na cidade de Guaíra-Pr, vivenciaram as mudanças no mundo dos trabalhadores que envolveram a migração do campo para a cidade entre 1970 e 2010. Para tanto, analisamos trajetórias ocupacionais de catadores de recicláveis e vendedoras de produtos por catálogo por meio de entrevistas realizadas ao longo dos anos de 2006 a 2010. Assim, refletimos como a busca por trabalho vivida junto à migração não conseguem ser explicadas somente se reduzidas às mudanças econômicas do período mencionado, mas também precisam ser analisadas a partir das experiências dos sujeitos que vivenciam tal processo histórico.

Palavras-chave: Trajetórias ocupacionais; Trabalhadores; Migrações.

Abstract: This paper discusses as part of workers involved currently in occupations considered "informal" in the city of Guaira-Pr, experienced changes in the world of workers involved migration from the countryside to the city between 1970 and 2010. For this purpose, we analyze occupational trajectories of waste collectors and sellers of products by catalog in interviews over the years 2006 to 2010. Thus, we feel as the search for work lived along the migration unable to be explained only if reduced to economic changes of this period, but also need to be analyzed from the experiences of individuals who experience this historical process.

Keywords: Occupational trajectories; Workers; Migration.

Introdução

Neste texto faremos um balanço sobre alguns elementos em comum nas trajetórias ocupacionais de trabalhadores(as) entrevistados(as) ao longo de 2006² e 2010³ em Guaíra-PR. Isto, porque, entre os(as) catadores(as) de recicláveis e as vendedoras por catálogo da Avon pesquisados, identificamos um passado comum com o trabalho rural e, muitas vezes, a migração ou imigração justificada pela busca de melhores condições de vida. Isto foi identificado ao procurarmos compreender, com base em um estudo empírico, quem foram estes trabalhadores(as) e como se envolveram nas ocupações mencionadas no período de realização das entrevistas.

¹ Mestre em História pela UNIOESTE e doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com

² Estas entrevistas foram pensadas ao longo do projeto iniciado em 2003, intitulado "Trabalho precarizado no Brasil contemporâneo: um estudo comparativo do extremo oeste do Paraná", coordenado pelo professor Dr. Antônio de Pádua Bosi e composto pelos alunos do curso de História Marlice Maschio, Fernando Henrique Paz, Sônia Pelisser e Francisco Vol. Este grupo estudou a realidade vivenciada por trabalhadores ocupados em trabalhos considerados "precários" e "informais", tais como a cata de recicláveis na região oeste do Paraná, mais especificamente nas cidades de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Foz de Iguaçu e, conforme meu recorte, em Guaíra.

³ O segundo momento das entrevistas foi durante a pesquisa de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em História, também pela UNIOESTE. Neste, a compreensão sobre o processo de mudanças no mundo dos trabalhadores a partir das experiências dos trabalhadores foi resultado de um conjunto de atividades desenvolvidas no programa, onde contei com inúmeras contribuições do orientador da pesquisa e discussões organizadas pelo Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, tais como os seminários e as oficinas sobre fontes orais, História e Literatura, e História e Cinema ao longo dos anos de 2007 e 2009.

Por meio das entrevistas, buscamos entender como esses trabalhadores(as) interpretam e lidam com as mudanças no mundo dos trabalhadores⁴, que, constantemente, tenta promover transformações nas suas formas de viver e trabalhar. Na elaboração destas fontes orais, procuramos conhecer as trajetórias ocupacionais, o perfil dos(as) trabalhadores(as), a construção da identidade em torno do trabalho, cujos alguns dos resultados serão trazidos para este debate. Para tanto, houve um roteiro das entrevistas, mas não o seguimos exatamente conforme o planejamento, pois levantamos outras questões em meio às informações apresentadas por estes(as) trabalhadores(as), respeitando os momentos em que, muitos deles(as), faziam suas próprias seleções sobre o que julgavam ser importante, assim como, quando usavam o momento da entrevista para denunciar aquilo que julgavam como injusto em suas relações de trabalho anteriores e atuais. Foi durante as entrevistas que passamos a explorar e entender porque havia pontos em comum em suas falas. A experiência com a produção destas fontes orais nos permitiu reflexões que iam além das inicialmente planejadas.

Como metodologia para a realização das entrevistas, houve a seleção de entrevistados(as) seguindo alguns critérios, tais como faixa etária, tempo de “serviço” na ocupação e tempo de residência em Guaíra-Pr. Contudo, cabe ressaltar que tais critérios dependeram, em alguma medida, de uma rede informal constituída pelos próprios entrevistados, os quais indicavam outras pessoas para serem entrevistadas. Todas as entrevistas ocorreram na casa dos(as) trabalhadores(as), permitindo um contato mais descontraído e uma compreensão sobre a realidade econômica dos(as) mesmos(as). O fato de realizarmos as entrevistas em suas casas abriu possibilidades para que alguns membros da família pudessem participar da entrevista, oferecendo sua opinião sobre as questões levantadas e sobre os elementos presentes nas falas dos(as) entrevistados(as). As entrevistas foram realizadas aos domingos ou, então, no final da tarde, horários estes definidos visando a disponibilidade de tempo para falarem.

Cabe ressaltar, neste momento, a importância que teve a dedicação do tempo e controle da ansiedade do pesquisador para ouvir e respeitar a forma como o(a) trabalhador(a) interpreta e elabora sua própria história de vida e trabalho. Isto permitiu o acesso a sentimentos, angústias e expectativas que o sujeito constrói conforme vivencia uma série de problemas e mudanças comuns a outros trabalhadores. Com esta experiência de elaboração das fontes orais, os(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) contribuíram para a compreensão da experiência como algo compartilhado com outros sujeitos, e não reduzida individualmente.

Ao vivermos esta experiência de pesquisa, percebemos que elaborar fontes orais também requer o exercício de construir junto a estas pessoas parte de suas vidas. Assim, tentamos criar condições para que o(a) entrevistado(a) pudesse refletir e construir sua interpretação, buscando proporcionar a troca de experiências sobre os assuntos abordados e o “compartilhar social dos sentidos e significados que ambos atribuem à realidade social”, fazendo da entrevista um “experimento de igualdade” (POTELLI, 1997).

Contudo, procuramos fazer deste experimento de igualdade uma relação que assegurasse nosso próprio lugar na entrevista, ou, como avaliam Bosi e Varussa (2006, p. 45), “[...] só podemos compreender ‘experimento de igualdade’ de um ponto de vista social compartilhado, ou seja, de um ponto de vista da própria classe. Intelectuais, mas trabalhadores, o que significa explicitar, sempre, o lugar de onde falamos, de onde olhamos”. Assim, buscamos compreender como os sujeitos interpretam os processos históricos de mudanças ao longo de suas trajetórias, articulando os elementos identificados nas entrevistas com as realidades que eles vêm experimentando em seu cotidiano.

⁴ Ao falar sobre “mudanças no mundo dos trabalhadores”, pretendemos abordar e entender para além das mudanças objetivas vividas pelos trabalhadores no capitalismo, ou seja, buscamos compreender como eles experimentam e interpretam estas mudanças ao longo de suas vidas. Assim, cogitamos entender “história do trabalho” como “história dos trabalhadores”, e não somente das técnicas do trabalho.

1 Mudanças no mundo dos trabalhadores e trajetórias ocupacionais de catadores(as) de recicláveis e vendedoras de produtos por Catálogo

Nas entrevistas com as trabalhadoras envolvidas com a venda de produtos por catálogo⁵ e com catadores(as) de recicláveis⁶ de Guaira, muitos relataram uma experiência comum de perdas das condições de continuarem em suas ocupações anteriores no campo e, em muitos casos, em suas cidades de origem, fosse como trabalhadores(as) contratados por dia ou como pequenos(as) proprietários(as) rurais. Tais elementos nos levaram a pesquisar dados do IBGE, os quais possibilitassem relacionar a existência e a repercussão de algumas mudanças no mundo dos trabalhadores entre as décadas de 1970 e 2000 nessa parcela de trabalhadores(as) pesquisados(as) da cidade de Guaira.

De acordo com as informações apresentadas pelo IBGE⁷, houve em Guaira uma inversão entre a população ocupada no campo e na cidade entre as décadas de 1970 e 1980, com um brutal declínio de 66% no número de trabalhadores(as) envolvidos em atividades voltadas à produção agropecuária. Neste mesmo período, também observa-se mudanças no tipo de cultivo agrícola após a substituição do cultivo de hortelã, algodão e produtos de subsistência, antes produzidos em pequenas comunidades, dentro da esfera doméstica e da pequena propriedade pela monocultura de soja, trigo e milho que, cultivados em grande proporção, criaram a dependência da utilização de maquinários, tais como colheitadeiras e tratores, além do uso extensivo da terra. Dessa forma, as inovações tecnológicas também são percebidas, naquele momento, como articuladas às tentativas sistemáticas do capital de baratear as despesas com a mão de obra.

Tais dados, quando analisados junto à concentração de terras em Guaira, possibilitam compreender a relação entre a mudança de cultivo e a redução do número de trabalhadores(as) ocupados(as) no campo. Houve entre os anos de 1970 a 1985, 53% de redução no número de propriedades rurais, sendo 10% destas decorrentes da construção da barragem utilizada pela hidroelétrica de Itaipu. Isto nos leva a acreditar que essa brusca alteração das culturas produzidas na área rural entre as décadas de 1970 a 1980, junto à construção da barragem, proporcionou o desaparecimento de inúmeras pequenas propriedades e de modos de viver, sobretudo ao compará-la com a queda do número de trabalhadores(as) ocupados(as) no campo e a predominância desta população na cidade durante o mesmo período.⁸

⁵ A Avon as chama de “revendedoras”, a Natura de “consultoras”, e a ABEVD se referencia a todos os trabalhadores com este tipo de “relação de trabalho” como “vendedores diretos”, ou mesmo “revendedores”. A princípio, passei a analisá-las como “revendedoras”, porque elas compram os produtos por meio de um cadastro feito em seus nomes e, depois que estes produtos chegam as suas casas, elas os “revendem” para as pessoas que os encomendaram. Entretanto, na maioria das vezes, elas os vendem antes de comprá-los da empresa, pois os oferecem para “seus clientes” por meio dos catálogos. São poucas as trabalhadoras que têm poder aquisitivo para comprar os produtos sem algum cliente ter, de fato, comprado ou encomendado. Praticamente toda compra de produtos da Avon ou da Natura ocorre por meio de uma “revendedora” e/ou “consultora”. Compreendemos que o que estas trabalhadoras fazem é vender os produtos para estas empresas, numa relação que retira toda a responsabilidade da empresa sobre as despesas e prejuízos que o processo de venda venha a implicar, bem como de qualquer responsabilidade sobre depósito de fundo de garantia, pagamento de férias, salário mínimo, jornada definida, entre outros. A partir dessa análise, chegamos à conclusão de que, ao chamá-las de revendedoras, estaríamos caindo numa armadilha da própria forma como o capital organiza esta força de trabalho, contribuindo, por vezes, para afirmá-las como “autônomas”. Seguindo este raciocínio, entendi que estas são trabalhadoras envolvidas na venda de produtos por catálogo. Portanto as chamamos de vendedoras de produtos por catálogo e/ou pronta entrega das empresas Avon, Natura, ou outra empresa com este tipo de “relação de trabalho”.

⁶ Com os catadores de recicláveis houve projetos da Itaipu, desenvolvidos em parceria com os poderes públicos municipais, que objetivavam organizar associações em alguns municípios da Costa Oeste do Paraná. Nestes projetos, distribuíram-se roupas e carrinhos para os catadores, os quais levavam o nome de “agentes ambientais”. Um dos motivos por não fazermos o uso deste termo é porque os trabalhadores entrevistados identificavam-se como catadores. Além disso, há pesquisas que problematizam estas ações da Itaipu, por exemplo: PELISSER, Sônia. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis**: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009). Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2010.

⁷ Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)/IBGE, 2008.

⁸ In: FIOROTTI, Cíntia. **Mudanças no Mundo dos Trabalhadores**: Um Estudo Sobre as Vendedoras de Produtos por Catálogo Avon e Natura. Dissertação (Mestrado em história). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009. _____,

Estes fatores desmobilizaram uma imensa quantidade de pessoas que se dependiam do trabalho no campo, de modo que tanto trabalhadores(as) rurais “empregados(as)”, como os pequenos(as) proprietários(as) sofreram uma mudança radical em suas vidas ao perderam as condições de trabalho e dos seus modos de viver no campo.

Dentre os(as) trabalhadores(as) que, inicialmente, experimentaram sua inserção no mundo dos trabalhadores em ocupações rurais, muitos(as) seguiram suas trajetórias em diferenciados tipos de ocupações. Poucos deles(as), ao longo de suas trajetórias ocupacionais, tornaram-se vendedoras de produtos da Avon, assim como, uma parcela deles(as), encontram-se envolvidos com a cata de recicláveis, bem como com a construção civil e com o serviço doméstico. Apesar dos dados do IBGE indicarem uma realidade de fácil compreensão, eles não revelam a trajetória desses(as) trabalhadores(as) como sujeitos. Portanto, evitando homogeneizar a classe trabalhadora, pretendemos analisar as trajetórias ocupacionais para compreender porque e em que condições estes(as) trabalhadores(as) começaram a trabalhar na venda de produtos por catálogo ou na cata de recicláveis. Além disso, buscamos compreender, por meio das entrevistas, o que representou para estes(as) trabalhadores(as) a passagem de um modo de vida para outro, bem como, de uma ocupação para outra.

Os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) neste tipo de relação de trabalho, denominados, na maioria dos casos, como “autônomos”⁹, têm representado uma categoria com sensível crescimento nas últimas décadas do século XX, pois, conforme dados divulgados pelo IBGE, em 2002, essa força de trabalho chegou a constituir 58% do total da população ocupada no Brasil. Também estão incluídos nesta categoria os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) na cata de recicláveis e na venda de produtos para empresas como a Avon.

No caso da Avon, a empresa utiliza a força de trabalho dos vendedores de seus produtos sem reconhecer nenhum direito trabalhista, como carteira assinada, fixação de jornada de trabalho, definição de salário, depósito de fundo de garantia etc.¹⁰ As empresas se eximem de qualquer custo social na utilização do trabalho dos vendedores de seus produtos.¹¹ No ano de 2007, a ABEVD apresentou 380.000 mil vendedores cadastrados, o dobro da quantidade de força de trabalho envolvida e cadastrada com as empresas associadas que atuam com este tipo de “relação de trabalho” em 1998. Em Guaira, tornou-se expressiva a presença destas trabalhadoras entre o final dos anos de 1990 e 2000. Em 2007, a Avon possuía aproximadamente 180 trabalhadores(as) cadastrados(as) na venda de seus produtos. Entretanto, o número de trabalhadores(as) realizando a venda de produtos da Avon em Guaira é bem maior do que os documentos de cadastro são capazes de capturar. Há trabalhadoras que realizam a venda sem o cadastro, porque não atendem aos critérios ou ao perfil pretendido pela empresa.

Já os(as) trabalhadores(as) envolvidos na cata de recicláveis, estes despontaram durante a década de 1980 como uma força de trabalho cada vez mais presente em grandes centros urbanos no país.¹² Em

Cíntia. **Catadores de Recicláveis no município de Guaira-PR (1970 a 2006)**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, Colegiado do Curso de História. 2006.

⁹ As formas de trabalho denominadas como “autônomas” e em “serviços” podem ser analisadas à luz das tentativas do capitalismo de desconstituição da noção de relação de trabalho que, por óbvio, envolve empregado e empregador. A pessoa que exerce essa função de suposto “autônomo” é “estimulada” a se ver como um “empresário” que age autonomamente no mercado, fazendo sua própria sorte. As empresas que lucram com isto tentam construir a imagem de que trabalhadores não são pessoas que têm sua força de trabalho explorada pelo capital, mas que estão num mesmo patamar dos capitalistas proprietários “dos meios de produção”. Assim, tais práticas capitalistas contribuem na tentativa de encobrir, ou disfarçar, o antagonismo entre as classes sociais. As ações dos capitalistas no processo de reprodução tomam o sentido de acabar com a percepção que o trabalhador tem quando realiza o seu próprio trabalho, de que ele é explorado, de que ele pertence a outra classe.

¹⁰ Conforme a definição do Estatuto do Vendedor Direto: “O vendedor direto no Brasil em geral é um revendedor autônomo e independente, que adquire produtos das empresas de vendas diretas e os revende aos seus clientes, com uma margem de lucro. Portanto, os revendedores possuem natureza jurídica de comerciante.” ABEVD. Estatuto Social. Disponível em: <<http://www.abevd.org.br>>. Acesso em: 8 julh. 2007.

¹¹ Atualmente, o contingente destes trabalhadores no Brasil alcança o número de aproximadamente “1,8 milhões” de vendedores, entre os quais quase 900 mil envolvidos na venda de produtos para a Avon. Os dados são apresentados pela Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas. Cf. WFDSA. MissionStatement. Disponível em: <<http://www.wfdsa.org>>. Acesso em: 8 julh. 2007.

¹² Conforme Márcio Magera (2003), no Brasil, essa força de trabalho diretamente envolvida na cata de recicláveis é de aproximadamente trezentos mil trabalhadores, e indiretamente são um milhão de trabalhadores envolvidos com a cata. A

Guaira, estes(as) trabalhadores(as) também passam a ser expressivamente "notáveis" a partir da década de 1990, onde ocorre um aumento significativo da presença de trabalhadores(as) recolhendo materiais recicláveis, como papel, plástico e alumínio dentro do espaço urbano.

O crescimento de trabalhadores semi-ocupados e desempregados durante a década de 1970¹³ expressou para o capital, em meados de 1980, um grande contingente de força de trabalho em reserva, sendo percebidos pelo setor de reciclagem como uma força de trabalho importante para tornar a reciclagem um negócio viável. No momento em que parte desses trabalhadores em reserva são convertidos em catadores de recicláveis, seu trabalho deixa de agir como complemento à reprodução da força de trabalho e passa a beneficiar diretamente a acumulação dos setores de reciclagem¹⁴.

Observando esses(as) catadores(as) trabalhando nas ruas à procura de recicláveis, é perceptível as condições precárias de trabalho e de vida dessas pessoas, que fornecem sua força de trabalho em torno da cata de recicláveis. Ao pensar os(as) catadores(as) a partir de suas trajetórias ocupacionais, verificamos que se tratava de trabalhadores(as) desmobilizados(as) de suas habilidades de trabalho e de ocupações anteriores, deixados(as), em sua maioria, de serem percebidos(as) como interessantes para as exigências do mercado de trabalho ao qual estavam inseridos, entre alguns motivos, pela redução da necessidade do uso da força de trabalho ou por possuírem algum tipo de problema de saúde.

Dentre os catadores(as) pesquisados(as), a maioria deles(as) foram trabalhadores(as) ocupados(as) no campo e apresentaram trajetórias ocupacionais marcadas por ocupações precárias por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho urbano. Eram filhos(as) de empregados(as) rurais ou pequenos(as) proprietários(as), que foram adquirindo habilidades no trabalho ao ingressarem desde crianças junto à família no cultivo agropecuário. Já alguns dos(as) catadores(as) tiveram sua trajetória composta por ocupações urbanas que não exigiam qualificação profissional e escolaridade. Conforme foram perdendo o espaço no mercado de trabalho foram se inserindo na cata de recicláveis, sendo inicialmente, uma ocupação provisória que, ao longo do tempo, tornou-se permanente.

Neste sentido, a trajetória ocupacional de Airton da Silva Vales, 41 anos, é representativa. Nasceu em Oliveira Castro, um distrito de Guaira, no Paraná. Seus pais eram trabalhadores rurais, e seu aprendizado para o trabalho ocorreu na agricultura. Devido às condições socioeconômicas de sua família e a distância de sua moradia até as escolas com a segunda fase do ensino fundamental, só conseguiu estudar até a quarta série. Aos 39 anos, não conseguiu mais se manter no sítio e foi morar na área urbana junto com seu irmão, sua esposa e três filhos para tentar alcançar o necessário ao sustento da família. Procurou trabalho na cidade, mas teve dificuldades por não possuir habilidades em trabalhos urbanos e, logo, ingressou no trabalho de servente de pedreiro, atuando durante dois meses. Há aproximadamente um ano recebeu ajuda de seu vizinho para começar a catar reciclável e, devido às

expansão deste setor possui relações com o expressivo aumento de trabalhadores sem ocupação fixa, sendo integrados ao funcionamento do capitalismo. Portanto, este contingente de trabalhadores desocupados, convertidos em catadores, possibilitou a ampliação do setor industrial de reciclagem. O trabalho ocupado na cata representou um negócio lucrativo para os setores envolvidos na reciclagem por expressar uma mão de obra a baixo custo, isenta de salário fixo e jornada de trabalho sistemática, que possibilitasse a produção de vasilhames e embalagens com preços baixos o suficiente para competir com o já existente mercado produtor de derivados das matérias primas encontradas na cata. Entretanto, a exploração dessa força de trabalho leva a perceber a necessidade do capitalismo conservar parte dos trabalhadores sem uma atividade que lhe dê estabilidade financeira para garantir sua sobrevivência, bem como qualquer tipo de contrato ou legalidade trabalhista a fim de manter uma reserva de força de trabalho, indispensável ao circuito de reprodução do sistema capitalista (MAGERA, 2003).

¹³ No Brasil, em meados da década de 1970, os trabalhadores considerados desempregados, ocupados parcialmente ou completamente em atividades tidas como informais, eram denominados como "trabalhadores por conta própria". Ao analisar trabalhadores, Reginaldo Prandi (1978) questionou a noção do trabalho por conta própria como uma oportunidade de conseguir aumentar sua renda. Segundo esse autor, esta "escolha" ou "opção" escondia a expulsão gerada pelos baixos salários, ou pela intensa exploração da força de trabalho. Estes trabalhadores, os quais não conseguiam retornar ao mercado de trabalho formal, foram inseridos em ocupações voltadas a produzir somente "se o trabalho específico fosse socialmente útil" ¹³, ou seja, eram trabalhadores que reparavam bens de consumo e prestavam serviços para a classe trabalhadora empregada, agindo no sentido de baratear o custo da reprodução da força de trabalho e, logo, promover indiretamente o aumento da extração de mais-valia, pois "A lógica geral está no barateamento de mercadorias que contribuem para o barateamento da força de trabalho" (PRANDI, 1978).

¹⁴ Cf. BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis.

Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 23. n. 67, 2008.

necessidades que a família vinha passando sua esposa também ingressou na cata. Assim ele descreve sua trajetória ocupacional:

[...] Eu trabalhava na roça, plantava lá, sempre trabalhei lidando com a roça. E, antes de cata, eu trabalhei poucos dias, uns 60 dias como servente. [...] Olha, a gente trabalha porque não tem outro jeito mesmo, não tem outro serviço, mas é só esperar aparecer outro serviço que eu paro e a mulher continua [...]. (informação verbal)¹⁵.

A trajetória de Airton é bem emblemática para representar as dificuldades encontradas pelo(a) trabalhador(a) que perdeu a condição de se manter no campo e passou a procurar trabalho na área urbana. Este possuía habilidades para uma ocupação que, aos poucos, foi perdendo o espaço no mercado de trabalho no campo. Ao ser expropriado desta atividade, passou a procurar alternativas de ocupação na cidade. Porém, devido à baixa escolaridade e a falta de qualificação para exercer trabalhos urbanos, que forneçam melhores condições de vida, o entrevistado não teve outra opção de trabalho que não fosse a de auxiliar de pedreiro. Este trabalhador ainda expressou em sua entrevista a necessidade de procurar outro trabalho para conseguir suprir as necessidades de renda da família. Mesmo com o ingresso da esposa no trabalho da cata, esta ocupação ainda tem se mostrado insuficiente.

Embora a cata tem se mostrado como uma atividade de baixa remuneração para sua família, ela tem sido avaliada como uma atividade que garante minimamente esta renda. Tendo em vista estas condições, o entrevistado não indicou o reconhecimento da cata como sendo um trabalho com o qual ele se identifica, mesmo não tendo conseguido se fixar em outra ocupação urbana e estando há mais de um ano nesta atividade.

Quando alguns dos(as) catadores(as) entrevistados(as) descrevem o ingresso na cata de recicláveis, eles se referiam à cata como se fosse um trabalho provisório, mesmo quando já haviam perdido a condição de se manter no trabalho anterior. Contudo, estes trabalhadores revelam exercer o trabalho da cata entre aproximadamente 1 a 5 anos. O não reconhecimento de uma ocupação que se demonstra, aparentemente, permanente permite supor que a cata não os ofereceu melhores condições de vida e trabalho. Outro fator pode estar vinculado à identidade que o sujeito carrega sobre a ocupação a qual ele domina alguma habilidade e perdeu a condição de continuar exercendo, mas ainda leva consigo essa identidade.

Ao observar esta entrevista e dos(as) demais catadores(as) pesquisados(as), é possível perceber que grande parte deles tiveram seu aprendizado para o trabalho voltado à produção agropecuária, implicando no despreparo para ocupações urbanas. Quando ocorreram alterações na estruturação do trabalho entre 1970 a 2000 em Guaíra e na região Oeste do Paraná, sofridas tanto pela intervenção de capital estrangeiro como pelo auxílio de uma política nacional que incentivou por meio de financiamentos e da criação de diversas facilidades a implementação de uma forma de produção, as oportunidades de trabalho no campo reduziram brutalmente, enquanto as ocupações urbanas aumentaram.

A cata de recicláveis passou a ser exercida como uma das poucas formas possível de obter uma renda necessária à sobrevivência destes trabalhadores entrevistados, os quais perderam as condições de trabalho no campo. Isto pode ser exemplificado com a trajetória ocupacional do catador Alberto Nehring, 62 anos, que foi pequeno proprietário rural e alegou que, por motivos de doença na família, precisou vender suas terras. Conseguiu comprar um pedaço de terra menor no Paraguai, porém, não logrou permanecer neste trabalho. Ao perceber que não tinha mais como viver do trabalho na terra, mudou-se para Guaíra, onde comprou uma casa na Vila dos Pescadores. Em Guaíra, não conseguiu retornar a sua antiga ocupação, e passou a pescar devido à ajuda que recebeu de alguns dos moradores do bairro onde reside. Entretanto, esta renda se mostrou inferior ao necessário a sua sobrevivência, precisando ingressar no trabalho da cata. Ele descreve:

¹⁵ Airton da Silva Vales, entrevista gravado em abril de 2005.

[...] Bem dizer eu era agricultor. Meus pais, minha mãe me ensinaram a trabalhar. [...] Eu tinha uma propriedadezinha. Casei já com problema, minha esposa ficou doente, logo tivemos uma filhinha que também adoeceu [...]. Naquela época, minha mãe deu uma herança, nós repartimos sete alqueires de terra, daí eu fiquei com três alqueire e meio e cuidando da mãe. Daí foi indo que eu cabei com as criações, foi indo porquinho, vaca de leite, boi e tudo pra tentar conseguir recuperar a saúde da minha filha. Daí ficamos desnorteado, acabamos indo pro Rio Grande do Sul, que eu sou natural de Santa Rosa, daí não deu certo, zerô tudo. Nós fomos pro Paraguai, eu tava vendo que nós ia ficar sem nada. [...] Falei para minha esposa, para gente vender o que sobrou e vir embora para Guaíra, [...] Daí eu comecei a varrer rua por uns tempos, só que o patrão me mandou embora. Aí foi que eu comecei a pescar junto com uns rapazes, eu num tinha material, eles começaram a me dar umas cordas, umas redes velhas, me ajudaram, me deram uma oportunidade pra eu começar. Só que foi indo, que a pesca não deu mais pra viver não, então eu precisei começar a catar papel. Agora eu deixo a rede e só vou retirar no domingo. Foi assim que eu entrei na cata, eu comecei a catar latinha e papel pra poder viver. E já vai fazer doze anos que eu to catando. Graças a Deus, temos esse pouquinho aí, mais é lutado. Dá pra sobreviver, mais é fazendo economia [...]. (informação verbal)¹⁶.

A trajetória de Alberto é marcada pela constante perda das condições de trabalho e sobrevivência. A partir do momento em que ocorre a repartição da renda da família e a tentativa incessante de superar os problemas de saúde na família, ele não consegue mais se manter como trabalhador no campo somente com a produção de subsistência. Procurou meios de sobrevivência, como a saída para o Paraguai e, posteriormente, o ingresso em ocupações precárias tanto urbanas como rurais, tal como a pesca, iniciada a partir da solidariedade de seus vizinhos pescadores que o ajudaram cedendo alguns materiais de trabalho. Não conseguindo sobreviver somente com a pesca, este trabalhador, com uma longa e marcante trajetória ocupacional, precisou iniciar a catação e a venda de materiais recicláveis. A fala desse sujeito surge como especialmente emblemática por não demonstrar apenas a trajetória ocupacional dele, mas também permitir perceber que, apesar de toda a falta de condições de vida, ainda existe o esforço dele em sobreviver.

A saída do Paraná para o Rio Grande do Sul apresenta a expropriação sofrida por inúmeros pequenos(as) proprietários(as) rurais pela concentração de terras durante as décadas de 1970 e 1980, na região Oeste do Paraná. Aos poucos, a produção de subsistência do pequeno proprietário rural foi sendo absorvida pelas mudanças no modo de produção, combinadas à mudança do cultivo, tornando a produção anterior insuficiente para gerar uma renda necessária a cobrir as despesas da família, principalmente quando eram despesas não esperadas.

Neste caso, observa-se que Alberto exerceu trabalhos que, aos poucos, foram sendo suprimidos com a reprodução do sistema capitalista. Este trabalhador começou a exercer a cata como uma atividade paralela à pesca para obter uma renda suficiente às suas necessidades de sobrevivência. Tendo em vista suas necessidades de renda, a cata veio a se tornar uma das suas principais fontes da mesma, permanecendo nesta ocupação cerca de doze anos. Estes elementos, relacionados à trajetória ocupacional, levam a perceber que, antes do ingresso na cata, houve tentativas de ingresso em outras ocupações, além da busca incessante em procurar condições de sobrevivência com o trabalho no campo. Seguindo essas informações, também se constata que estes trabalhadores sempre estiveram ocupados “informalmente”, sendo poucos os casos que estiveram ocupados sobre algum período protegido por relações empregatícias salariais e com jornada de trabalho sistemática.

¹⁶ Alberto Nehring. Entrevista gravada em junho de 2006. Embora ele não tenha mencionado, o esforço feito, que justificou, inclusive, essa peregrinação, não foi o suficiente para evitar a morte da filha. Seu Alberto se apegou à religião para conseguir superar as dificuldades vividas e, mesmo recorrendo à lembrança de tantos sofrimentos, ele só veio a se emocionar tristemente durante a entrevista quando foi indagado se havia sofrido algum tipo de ofensa enquanto catava, demonstrando, além de outros elementos, o ressentimento pelo não reconhecimento de seu esforço de vida e o desempenhado em sua trajetória ocupacional, principalmente em seu trabalho atual. Este senhor sofre de câncer, mora junto com a esposa e um filho deficiente (que recebe aposentadoria e ajuda no trabalho da cata) em uma casa que comprou na Vila dos Pescadores, mas que não possui escritura.

No caso da venda de produtos por catálogo da Avon, embora ela surja como uma ocupação composta por pessoas com um poder aquisitivo de renda maior que a dos(as) catadores(as) de recicláveis, cabe lembrar que também se trata de uma ocupação informal e precária, a qual identificamos como também composta por muitos trabalhadores egressos do campo, com baixa escolaridade e com uma alta faixa etária.

Quando estas trabalhadoras foram instigadas a falar sobre elas mesmas, começam se lembrando da trajetória dos próprios pais. A respeito disto, a experiência de Camila, 53 anos, natural de Biópio-PR, nos apontou o quanto alguns trabalhadores rurais se deslocaram por cidades do Paraná em busca de melhores condições de trabalho. Conforme Camila, ela e sua família moraram em:

[...] Biópio, Cornélio Procópio, Sertaneja, é perto de Londrina, que é a capital ali. A gente morou tudo perto daquela região de Londrina. A gente mexia com o café; por isso que, depois, nós mudamos para Terra Rocha. Ali em Terra Rocha a gente tinha 10 alqueires de café, trabalhava com lavoura e eu ajudava. Depois a gente foi ficando velha, fomos casando, daí meu pai vendeu pro cunhado e vivia dos juros [...]. (informação verbal)¹⁷.

Durante sua infância e juventude, Camila ajudou a família na colheita do café, e outras tarefas oriundas de tal tipo de cultivo. Há aproximadamente 20 anos, já trabalhava com a venda de Avon e Natura, mas sem ter nela sua principal fonte de renda. Deste de 2006, a venda de diversos produtos, entre eles Tupperware, Hermes, Quatro Estações, Natura e Avon, tem sido seu principal meio de sobrevivência, trabalhando, também, quando possível, como diarista e lavadeira. Sua fala revelou uma trajetória marcada por muitas ocupações, sendo algumas provisórias e percebidas como precárias:

[...] Naquele tempo, não tinha serviço pro meu marido lá (no sítio), ele veio pra cá pra trabalhar de taxista e eu fui trabalhar na (fábrica de sorvetes), [...] daí, eu fiquei desempregada um tempo, depois eu entrei na (empresa de transportes). Trabalhei lá uns dez anos, e continuei vendendo esses produtos. Desde lá eu não arrumei mais emprego. Já tentei pegar um comprovante do sítio pra poder aposentar, mas eu não consegui porque meus pais já morreram e não deu pra pegar um papel na prefeitura [...]. Ah, toda vida eu trabalhei lavando roupa, sempre trabalhei. Trabalhei minha vida inteira. Só com a venda dos produtos não dá não pra se manter. Tinha dois que eu lavava que era fixo, onde eu mudava eu tinha que dar o endereço que o povo levava a roupa lá. Agora é difícil conseguir lavar roupa [...]. (informação verbal)¹⁸.

Este trecho da entrevista indicou muitas perdas vivenciadas pela trabalhadora num contexto de importantes mudanças no mundo dos trabalhadores. No trabalho rural junto à família, Camila exerceu tarefas para ajudar na sobrevivência de todos, até que a pequena propriedade dos pais tornou-se insuficiente para isso. A passagem de trabalhadora rural para lavadeira e faxineira demonstrou que o aprendizado construído ainda quando criança junto à execução de trabalhos domésticos com a família, de certo modo contribuiu para que Camila conseguisse se inserir em uma ocupação quando se mudou para a cidade acompanhando o marido na busca por trabalho. Em suas falas, ela justifica sua impossibilidade de realização do trabalho de doméstica, ocupação em que o desgaste físico sofrido ao longo de sua trajetória de trabalho, não permitiu a ela realizar tal tarefa na mesma intensidade que é exigida atualmente.

[...] na (empresa de transportes) tinha que lavar tudo aqueles ônibus e limpar tudo, eu pegava muita friagem, a mão e o pé ficavam mortos, fica que você não sente porque a maioria da limpeza faz quando vem amanhecendo. Era muita friagem, aqueles sabões e ácidos dali acabam com a gente. Eu limpava tudo, era oito, nove ônibus por dia, mais os quartos e os banheiros dali. Tudo tinha que lavar. É, ali era puxado pra caramba, não é qualquer um que fica ali não! Mulher não aguenta trabalhar ali não. A mulher que está ali agora, falou que já fazia um ano que tava lá e não via a hora de sair. Eu falava: Oh loco, eu fiquei dez anos aí!

¹⁷ Camila identificou-se mais como “Consultora da Natura”. Entrevista gravada em Guaíra em 25 de maio de 2007.

¹⁸ Camila. Idem.

Era serviço pra cachorro. Lá foi o único registro que eu tive na carteira, foi dez anos, só que como eu estava vendendo produto lá o gerente não aceitou, e em vez de falar pra mim, me mandou embora sem falar comigo que era por isso [...]. (informação verbal)¹⁹.

Camila enfatiza que suportou as péssimas condições de trabalho vivenciadas na empresa que esteve registrada, porque este trabalho não significava apenas um meio para garantir o sustento dos filhos, mas também porque contava com um trabalho com carteira registrada, salário e jornada fixa que pudesse vir a contribuir com suas expectativas com relação à aposentadoria. Ou seja, para ela, este trabalho tinha um sentido importante, a saber, criar condições para garantir suas necessidades de sobrevivência após seu envelhecimento. É com muita angústia e receio que ela justifica a perda de sua ocupação na empresa de transportes devido à execução de outro trabalho, que é a venda dentro do espaço que ela estava empregada.

Embora Camila tenha continuado trabalhando com as vendas, ela reconhece as dificuldades enfrentadas para garantir sua sobrevivência com o trabalho de vendedora por catálogo. Também expressa a falta de expectativas de que esta ocupação possa lhe proporcionar uma aposentadoria. Nesse sentido, ela reivindica do Estado o reconhecimento de uma vida de trabalho, através da contabilidade do tempo de serviço como trabalhadora rural, uma categoria que, diferentemente das “vendedoras por catálogo”, já conquistou a possibilidade de acesso aos direitos trabalhistas.

Nas lembranças narradas por Silvana, 52 anos, nascida em Minas Gerais, foi possível observar aspectos semelhantes desse processo de mudanças no mundo dos trabalhadores vivenciado pelas vendedoras e pelos(as) catadores(as) de recicláveis. A longa descrição de sua trajetória ocupacional é expressiva.

Conforme Silvana, ela iniciou sua vida de trabalhadora rural aos cinco anos ajudando seu pai na colheita de feijão, vindo morar na área rural de Guáira aos onze anos de idade. Casou-se aos 17, aproximadamente em 1972, e continuou “trabalhando na roça”, até não ter mais condições de sobrevivência nesta ocupação. Em 1977, com 23 anos, foi morar na cidade, onde começou a trabalhar de lavadeira para diversas casas. Após algum tempo, continuou trabalhando de lavadeira e exercendo a mesma função em seu trabalho em um hotel, por mais de um ano. Depois, passou a trabalhar na lavanderia de outro hotel, onde permaneceu por 6 anos e meio e, junto a esta ocupação, começou a vender produtos por catálogo para os colegas de trabalho, continuando, também, “lavando roupa para fora”. Ao sair do emprego na lavanderia, ela trabalhou de empregada doméstica por mais 6 anos. Desde que começou a vender produtos da Avon, já na década de 1980, não parou mais. Há 4 anos, ela trabalha somente com a venda de produtos por catálogo de diversas empresas, tais como, Avon, Natura, Hermes, Quatro Estações e catálogos de roupas.

Da saída do campo para o trabalho na cidade, Silvana avalia quais foram as dificuldades e como o principal problema ligado à sobrevivência pelo trabalho foi resolvido. A exemplo de outras trabalhadoras que tomaram o rumo da cidade, Silvana encontrou ocupações associadas às tarefas que já exercia no campo, particularmente no espaço doméstico, tais como limpar, arrumar e lavar. Assim, o que apreendera na roça foi, ao mesmo tempo, o recurso de sobrevivência na cidade.

[...] Plantávamos lavoura, também trabalhava na roça, e todo mundo ajudando, era tudo pobre mesmo! Então, não tinha outro jeito, o jeito era trabalhar mesmo. Casei e fui pra roça mesmo, peguei e fui embora trabalhar! É minha filha, trabalhei na roça pro meu pai, depois casei e continuei trabalhando. E meu avô lá de Minas, foi ficando doente, tava ficando difícil, a gente precisava vir para a cidade e não tinha carro, não tinha nada e tinha que vir correndo com ele de lá pra cá. Aí foi que eu falei para o meu marido: olha, vamos embora, vamos dar um jeito diferente na nossa vida, porque não está dando não. Aí viemos pra cá, viemos pra cidade no dia que fizemos 5 anos de casados. Uhm! Cheguei e fui trabalhar! Nada de estudar, como sempre: trabalhar, trabalhar e trabalhar (Risos). Eu comeci a trabalhar de lavadeira, nossa, trabalhava e lavava. [...] eu trabalhava de casa em casa quando eu vim do sítio. E trabalhava, mas pensava assim: Será que eu vou conseguir lavar roupa pros outros? Porque

¹⁹ Camila. Entrevista gravada em Guáira em 25 de maio de 2007.

eu nunca tinha lavado, não sabia, mas só que também lavava em casa, alguma coisa tinha que saber! [...]. (informação verbal)²⁰.

Estas falas permitem que vejamos as mudanças no mundo dos trabalhadores sendo influenciadas por uma transformação na inserção do próprio capital na região, cujo desdobramento principal foi a inviabilização da permanência desses trabalhadores no campo e do trabalho independente. Assim, como muitas das trabalhadoras que perdem a condição de permanecer sobrevivendo do trabalho rural, Silvana, como ela mesma diz, tentou envolver-se em outros tipos de trabalho. Desta forma, ela menciona como seu aprendizado para o trabalho de lavadeira ocorreu em meio à educação recebida da família enquanto aprendia e exercia tarefas domésticas. Com a perda das condições de continuar vivendo do trabalho rural, ela começou a vender para terceiros um trabalho que antes era executado somente para as necessidades de sua família.

As entrevistas mencionadas mostram que elas percebem e reconhecem o seu início no trabalho ainda quando crianças, ao executarem tarefas que auxiliavam às dos adultos. Para estas entrevistadas, o trabalho é algo constante em suas vidas. É o meio pelo qual se percebem no mundo e constroem sua identidade. Para tanto, não interpretam a perda de um modo de vida e trabalho no campo e a vinda para cidade como uma mudança simples e fácil. Elas relatam suas dificuldades de conseguir se envolver em uma ocupação, realizando um trabalho que não estavam acostumadas a fazer para outras pessoas, ou mesmo de encontrar outras pessoas que precisassem pagar por sua força de trabalho.

Durante o período em que Silvana trabalhou de lavadeira neste hotel de luxo em Guáira, relatou que também conciliava o mês de férias com o período da colheita de algodão:

[...] Olha só! Eu trabalhava no hotel, pegava férias e ia colher algodão. Eu já sabia das colheitas do algodão. Gostava demais de colher o algodão. E era assim, pegava férias e, viu que me dava só vinte dias de férias justamente no mês de março que eu sabia que tinha colheita de algodão. Eu ficava o dia inteirinho na colheita de algodão. [...] eu levantava cinco horas da manhã pra ir colher algodão. Eu pegava quinze dias na colheita de algodão, ganhava quase mais do que eu estar trabalhando de lavadeira na lavanderia sozinha. Eu parava e descansava cinco dias antes de entrar. Aí, depois que eu fui trabalhar lá com essa mulher, ela mandou eu pegar um guarda roupa que era muito pesado, tinha uma outra menina nova, mas só que não tinha noção, minha coluna deu um estralo tão grande e desse dia eu acabei! Acabou minha coluna! Pra mim carregar cinco quilos no braço eu não aguento. Aqueles baldes de água que eu gosto de juntar para economizar sabão eu não aguento carregar mais. [...] eu não sei, mas vida de doméstica acaba com a gente mesmo, eu trabalhei na casa dessa mulher, colhia algodão, [...] iche, agora acabou, agora, não teve jeito, não posso mais trabalhar pra fora assim. Então vai indo, a idade também vai chegando, fico cansada. Agora vou vender minhas coisas e pronto, acabou. Vou me sustentar assim mesmo [...]. (informação verbal)²¹.

A entrevistada oferece indícios de que vivenciou as mudanças no mundo dos trabalhadores como um sentimento de perda de um modo de vida e trabalho. Antes ela exercia suas tarefas no convívio com outros trabalhadores e em uma rotina de trabalho diferente, referindo-se ao trabalho sazonal como menos intenso do que o exercido na lavanderia do hotel. Silvana vivenciou uma longa trajetória marcada pelo trabalho rural e pelos trabalhos de lavadeira, doméstica e vendedora.

Isto lhe permite analisar que, mesmo quando ela estava empregada formalmente, ela realizava outros trabalhos, os quais eram considerados como parciais, tendo seu trabalho intensificado nos momentos que seriam de descanso para a reprodução da força de trabalho. Com o passar dos anos, junto a tal intensificação, veio a perda das condições de continuar exercendo trabalhos que precisam de muito esforço físico. Também menciona que, enquanto trabalhou no hotel, conheceu muitas pessoas e passou a levar para o trabalho os catálogos de produtos da Avon para que, nas horas de intervalo, pudesse vender produtos aos seus colegas no hotel. Nessas relações de vários trabalhos vivenciados por

²⁰Silvana. Identificou-se mais como “Revendedora da Avon”. Entrevista gravada em Guáira-PR, em 25 de maio de 2007.

²¹Silvana. Idem.

Silvana, mesmo ela tendo suas habilidades, sendo, “aparentemente”, desmerecidas em meio às mudanças no mundo dos trabalhadores, ela continuou a traçar uma narrativa sobre sua vida, construindo-a com base no trabalho.

A principal mudança no modo de vida de uma pessoa que estava acostumada a lidar com o trabalho rural e a conviver e compartilhar uma experiência de trabalho junto a outras pessoas ocupadas no mesmo espaço e função parece ser o seu oposto, isto é, submeter seu trabalho a outro e desenvolvê-lo, muitas vezes, individualmente, em um espaço desconhecido, estranho.

2 Considerações sobre as trajetórias comuns vividas por catadores de recicláveis e vendedoras por Catálogo

As entrevistas realizadas com os(as) trabalhadores(as) fizeram com que refletissem e revissem alguns momentos que vivenciaram e vivenciam em suas vidas. Este exercício proporcionou, para alguns dos(as) trabalhadores(as), lembranças dolorosas ao retomarem no passado o esforço realizado ao longo de suas trajetórias ocupacionais, até os dias atuais, na incessante busca por condições de sobrevivência.

Os(as) entrevistados(as) sentiram muitos de seus saberes construídos ao longo de uma vida de trabalho no campo sendo desmerecidos ou desvalorizados quando se envolveram em ocupações na cidade. Entretanto, a passagem de trabalhadores(as) ocupados(as) no campo para a cidade foi, inicialmente, experimentada por parte deles(as) em trabalhos relacionados ao conhecimento construído no meio doméstico, onde utilizaram-se de um saber elaborado, particularmente, em meio às tarefas realizadas junto à família. Nesse sentido, este aprendizado foi um recurso de sobrevivência experimentado por eles(as) em ocupações na cidade.

O perfil destes trabalhadores entrevistados, com faixa etária acima de 40 anos, constituído por homens e mulheres em sua maioria de baixa ou nenhuma escolarização, indicaram uma experiência comum de trajetórias de trabalho no campo associadas ao sentimento de perda de um modo de vida. Nestas entrevistas, observamos que as falas referentes à estas trajetórias ocupacionais, com descrição de um longo período de trabalho em ocupações no campo, remetiam às décadas de 1970 e 1980. Em pesquisas sobre esse período²², analisamos como a mudança na configuração do capital, combinada à mudança do cultivo, reconfigurou o mundo dos trabalhadores e repercutiu na destruição das condições de sobrevivência e modos de vida vivenciados em ocupações no campo.

A identidade destes(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) aparece sempre como algo em construção, de modo que eles(as) reconhecem que, embora tenham seus modos de viver e trabalhar alterados, continuam como trabalhadores(as), se fazendo, propondo e apreendendo sobre as novas formas de trabalhos geradas em meio a tais mudanças.

As mudanças ocorridas no mundo dos trabalhadores foram abordadas de forma analítica; como esses sujeitos foram, ao longo de suas trajetórias ocupacionais, “preparados” por condições históricas (observadas ao longo deste trabalho) para compor ocupações urbanas “informais”. No que se refere ao processo de expropriação de um modo de vida e de trabalho no campo experimentado por estes(as) trabalhadores(as), a reflexão de José de Souza Martins é válida, ao afirmar que “a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir. Incluir de outro modo segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997, p. 1997). Estes(as) trabalhadores(as) vivenciam suas novas formas de trabalho dentro de um contexto de perdas em que este “novo modo de vida e de trabalho”, é vivenciado, por vezes, em piores condições que o anterior, o que, para Martins (1997), seria, de certa forma, uma “inclusão que também é excludente”.

Assim, esses(as) trabalhadores(as) passaram a perceber (dentre as condições atuais que vivenciam como força de trabalho) a falta de possibilidades de ingressarem em ocupações urbanas com jornada de trabalho sistemática e com renda fixa, devido a não possuírem habilidades de trabalho para essas ocupações, baixo grau de escolaridade e pela idade avançada. Esta percepção, apresentada por

²² BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da Fronteira** : memórias, trajetórias e estranhamento em Mercedes (Oeste do Paraná 1960 - 2009). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

muitos dos pesquisados, refletiam a própria consciência marcada pelas dificuldades encontradas ao passarem por algum tipo de seleção prévia na tentativa de um espaço no mercado de trabalho. Portanto, a cata de recicláveis e a venda de produtos por catálogo podem ser verificadas como atividades que não se apresentam marginais ou periféricas à produção capitalista, mas, integrada completamente ao processo de acumulação, mesmo que não seja uma ocupação exercida com relações sociais de trabalho encontradas na contratação formal.

Referências

BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da Fronteira:** memórias, trajetórias e estranhamento em Mercedes (Oeste do Paraná 1960 - 2009). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23. n. 67, 2008.

BOSI, Antônio; VARUSSA, Rinaldo José. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: Trajetórias de pesquisa. In: ALMEIDA, P. et al. **História, Poder e Práticas Sociais**. 1. ed., Cascavel: Edunioeste, 2006.

FIOROTTI, Cíntia. **Mudanças no Mundo dos Trabalhadores:** Um Estudo Sobre as Vendedoras de Produtos por Catálogo Avon e Natura. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

_____, Cíntia. **Catadores de Recicláveis no município de Guaíra-PR (1970 a 2006)**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, Colegiado do Curso de História. 2006.

PELISSER, Sônia. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis** : um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2010.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo**. São Paulo: Editora Átomo, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC/SP, n. 14, p. 7-23, fev. 1997.

PRANDI, Reginaldo. **O Trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

POLÍTICAS PÚBLICAS, FRONTEIRAS E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Guillermo Alfredo Johnson¹

Andressa Cristina LuchettiLapere²

Resumo: O artigo apresenta uma revisão conceitual sobre os temas que compõem o título mostrando alguns possíveis pontos de contato entre eles. Enfatiza-se o papel do Estado e das políticas públicas como agentes promotores do desenvolvimento, da integração e do ordenamento do espaço e, conseqüentemente, das fronteiras como espaço geográfico, econômico e político. Este é o escopo para que se discutam as políticas de integração sul-americanas apontando para sua incipiência e complexidade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Fronteiras; Integração; América do Sul; Estado.

Abstract: This article presents a conceptual review about the items in the title and shows some possible contact points between them. It is emphasized the State role and public policies as key agents for development, integration and special organization; consequently, regard the borders as a geographic, economic and political space. This is the scope to discuss the policies of integration in South America pointing to its complexity and incipience

Keywords: Public Policies; Borders; Integration; South America.

Introdução

As transformações de ordem econômica, política, social e a dinâmica tecnológica do sistema capitalista condicionam a reforma dos aparelhos de Estado e fazem parte da agenda política nacional e internacional. Ao mesmo tempo, as políticas públicas levadas adiante pelo Estado são determinantes para a promoção dos processos de ordenamento territorial, reestruturação produtiva e espacial, exploração de novos mercados e integração nacional e internacional. Isto revela a importância que o Estado tem crescentemente desempenhado na reprodução socioeconômica do sistema do capital em nível macro.

No caso latino-americano, verifica-se, grosso modo, que as políticas de integração regional foram, inicialmente, oriundas dos discursos de lideranças no século XIX, no embalo dos movimentos emancipatórios das colônias, principalmente das hispanas. No decurso do século seguinte, eminentemente até a primeira metade, continuaram a ser objeto de desejo de parte significativa dos governantes dos maiores países em termos territoriais e populacionais. No terceiro quartil do século passado, a temática praticamente tem sido deixada de lado, pois as ditaduras cívico-militares não acalentavam a necessidade da construção de acordos regionais horizontais, senão para coordenar a repressão aos movimentos sociais denominados por “subversivos”. É possível se pensar em laivos integracionistas nas duas últimas décadas do século passado, assim como no início do presente, pois é passível de se observar a construção de políticas de Estado tendentes a institucionalizar mecanismos de regionalização.

Ainda, a partir dos últimos três decênios, observa-se um conjunto de políticas de integração alfandegária, assim como certa intensificação de vínculos empresariais entre os países latinos da

¹Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor dos cursos de Ciências Sociais, Pós-Graduação em Geografia e Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Bolsista CAPES.

América. Em termos de políticas públicas nacionais, para além de convergências horizontais entre países da região, tem-se vivenciado a adoção de paradigmas que respondem, no final dos anos 1990, a uma concepção orientada pelo Estado Mínimo e uma tentativa precípua por delegar responsabilidades em níveis subnacionais, aliados à busca por compartilhamento com a sociedade civil organizada e o setor privado das atribuições anteriormente hegemônicas pelo Estado. No embalo do crescente descontentamento da população com o dismantelamento das políticas estatais, tem-se verificado, na última década, a existência de uma regulação estatal mais consistente, ainda que distante de padrões próximos aos do Estado de Bem-Estar Social.

Assim, no âmbito regional, cresce a percepção de que as diversidades sub-regionais e locais precisam ser consideradas como fundamento para a concepção de formas adequadas de intervenção estatal. Com a mudança na atitude governamental com relação aos vizinhos geopolíticos houve uma revalorização das discussões em torno das fronteiras, derivando em concepções que visam superar a ideia de separação, tendendo a serem lidas como potenciais espaços geopolíticos de aproximação. No intuito de contribuir para a teorização das políticas públicas no âmbito da integração regional, se faz necessário apresentar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, uma vez que sua implantação repercute diretamente na economia e na sociedade, análise esta que será apresentada a seguir.

1 Políticas Públicas e Fronteiras

Ao trabalhar com a conceituação de políticas públicas, pode-se perceber que o conceito se apresenta em aberto, indicando múltiplas abordagens, uma vez que não existe consenso na literatura especializada referente ao tema. Sendo assim, se fez necessário a busca de uma definição que melhor permita investigar as políticas públicas e sua relação com o Estado para, assim, estabelecer seu papel para efetivação da integração internacional. Para tanto, foi preciso investigar e apresentar os principais conceitos e modelos de análise de políticas públicas, buscando sintetizar como a literatura trata o tema.

Em primeira instância apresentamos concepções de Estado como bloco monolítico e visando o bem-estar geral, sustentadas pela teoria liberal. No processo de implantação de políticas públicas é indispensável a atuação do Estado, conforme destaca Swarbrooke (2000, p. 4): “o Estado é um [...] órgão destinado a representar a comunidade ao interesse público como um todo, e que supostamente age em nome da totalidade da população”. Num escopo ainda mais abrangente, é possível compreender a política pública como tudo aquilo que o Estado decide, ou não, fazer com relação à população e ao território onde exerce a sua soberania (SOUZA, 2007).

Sendo assim, no atual sistema capitalista, as políticas públicas são resultado das ações do Estado numa busca para as soluções de problemas que afetam a vida dos cidadãos, ou, numa definição bastante simples, oferecida por Maquiavel (1987), é a busca pela resolução pacífica de conflitos. Dessa forma, chegamos à conclusão de que a origem das políticas públicas está nos conflitos permanentes entre os mais diversos segmentos ou classes da sociedade, resultando a ação do Estado nas tentativas de resolução desse conflito.

Toda essa relação entre o Estado, classes sociais e sociedade civil proporciona o surgimento de agentes definidores das políticas públicas, momento em que elas são constituídas, elaboradas e operacionalizadas a partir dos interesses de diferentes grupos, levando em consideração algumas variáveis, tais como: a produção econômica, a cultural e a social de acordo com as ações institucionais pré-estabelecidas (BONETTI, 2006).

De acordo com Bonetti (2003), as políticas públicas enquadram-se como resultado do jogo de forças sociais que se formam das relações de poder de grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. O autor denomina as políticas públicas como “a ação que nasce da intervenção pública numa determinada realidade social, quer seja ela econômica ou social” (BONETTI, 2003). Essa abordagem aproxima-se de uma concepção relacional de Estado, provinda das elaborações de Poulantzas (1985), posteriormente retomada por Jessop (1990) e, em níveis nacionais, por Faleiros (1987) e Pereira (2008), entre outros. Estas últimas concepções concebem o Estado como

resultado e/ou mediador de uma sociedade dividida em classes, sendo que o conjunto das instituições estatais seriam disputáveis na tentativa (ou não) de serem possíveis de abrigar as diversas classes³.

Mas, de acordo com as conjunturas históricas, e sem percorrer intervalos históricos demasiadamente longos, é possível verificar que, no auge das concepções keynesianas de Estado, as atribuições foram amplas, na medida em que devia fornecer meios para a garantia de sobrevivência digna dos seus cidadãos. No período assinalado, o Estado assumia para si o fornecimento de políticas sociais, infraestruturais e econômicas, inclusive com destacado papel empresarial. Após a última década do século passado, observa-se uma mudança conceitual no papel que o mesmo viria a desempenhar, compartilhando crescentemente as suas responsabilidades com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Segundo Heidemann (2009, p. 31), “a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover políticas públicas”.

A partir do momento em que o papel do Estado é reconfigurado devido aos processos causados pela globalização⁴ e acordos internacionais, a afirmação do autor ganha força explicativa uma vez que é necessário o rompimento das barreiras estatais e não estatais para enfrentar problemas de ordem coletiva e, muitas vezes, supranacionais, como, por exemplo, a questão ambiental.

Para Cunha e Cunha (2002), “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo”. Sua construção obedece a um conjunto de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes anteriormente definidas.

As definições de políticas públicas transcendem para um viés no qual os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem. Em geral, elas assumem uma abordagem holística do tema, numa perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Do ponto de partida teórico-conceitual, a política pública possui caráter multidisciplinar, no qual o foco principal se baseia nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos, implicando, finalmente, nas teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia, repercutindo nas mais diferentes esferas da sociedade; daí a necessidade de formulação das políticas de acordo com as especificidades que elas pretendem alcançar (como uma dada região, por exemplo), assim como a identificação das inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

A efetivação dessas políticas públicas serve, além de tudo, como um instrumento de controle da ocupação territorial e da utilização dos recursos naturais, uma vez que o Estado tem assumindo posições geopolíticas diversificadas regionalmente, principalmente nas regiões de fronteira, movido, de acordo com as conjunturas, por um ideário integracionista.

Sendo assim, as discussões de implantação, efetivação e controle das políticas públicas passam a se relacionar com as questões fronteiriças. Logo, não é mais possível desatrelar a discussão de aproximação de Estados-Nação daquela inerente às sociedades de cada lado do limite internacional.

2 A Integração Regional e as Políticas Públicas

Retomando os elementos das diversificações intranacionais que são possíveis de observar nas políticas públicas e, ao considerar sucintamente as mudanças de periodização na significação que assume a integração sul-americana, ou mesmo a latino-americana, as fronteiras podem ser permeáveis ou não, de acordo com essa conjuntura. Assim, a integração regional assume um caráter de política

³Se considerar leituras outras leituras do marxismo (MÈSZÁROS, 2004; 2007; PERISSINOTTO; CODATO, 2010) pode-se conceber o Estado como espaço institucional construído a imagem e semelhança das classes dominantes, e, ainda que as mesmas não ocupem fisicamente o seu poder, é para elas que os mecanismos econômicos e jurídicos atuam para reproduzir.

⁴ O debate em torno do termo globalização é vasto, impossível de reprodução neste espaço, sendo que, geralmente, essa noção aplica-se a uma perspectiva horizontalizada e/ou multilateral de poder em nível mundial. Os críticos deste termo retomam o conceito de imperialismo como paradigma de hierarquização e unilateralismo na leitura dos desígnios planetários.

estatal após a denominada (re)democratização que se vivencia nos anos 1990, na tentativa de significar a fronteira não mais como limite, senão como potencial espaço de continuidade ou coordenação de políticas entre países geopoliticamente vizinhos.

Assim, ainda que a diversificação de configurações que assumem as políticas estatais nos países latinos da América é factível de observar a partir da segunda metade do século passado a referência ao modelo de Bem-Estar Social, ainda que distante do paradigma europeu (DRAIBE, 1997). Mas, ainda assim, implantado de maneira desigual nos territórios nacionais, de forma tal que, nas fronteiras da visão centralizada de Estado, as políticas públicas frequentemente apresentam-se mais frágeis que nas capitais. Essa territorialização das políticas estatais foi, paulatinamente, mudando na medida em que a concepção integracionista foi adquirindo importância.

A dinâmica referida no bojo da denominada globalização como paradigma de fenômeno mundial possui significativos impactos locais e regionais, impulsionando mudanças que se desenvolvem de diferentes formas e com intensidade variada. Como resultado, a nova ordem internacional, marcada pela expansão dos mercados globais, gera distintos comportamentos nos Estados (MARIANO, 2007). Esse processo, o qual ganhou força no final do século passado, tem uma relação direta e dinâmica com a lógica da regionalização, transformando todo o processo de integração e da organização social, levando a um novo ordenamento das relações entre território e espaço socioeconômico.

A abertura dos mercados mundiais tem gerado um significativo aumento das desigualdades sociais e regionais, afetando, principalmente, os países menos desenvolvidos, em função da maior vulnerabilidade a que estão expostas suas economias (MIR, 2009). Inebriada pelo discurso das oportunidades e capacidades regionais e nacionais, a nova divisão internacional do trabalho polarizou economicamente os territórios (HARVEY, 2004), incitando a necessidade de regionalização com vistas a construir mecanismos que mitiguem a vulnerabilidade ante os mercados.

Como resposta a este cenário de “ameaças” provocado pela globalização, entende-se que existe a necessidade do fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços. Para isso, a formulação e execução de políticas públicas nessas regiões configuram-se como oportunidade para construir um espaço organizado, necessário ao desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul. O processo de integração sul-americana abre perspectivas para explorar uma série de vantagens e oportunidades para os países não apenas na área econômica e comercial, pela harmonização regulatória e pelos ganhos de escala, mas também, no âmbito social.

De acordo com Casella (2010), para que ocorra integração é necessário massivo engajamento político e institucional, que permita construir um grau de solidariedade entre os participantes e venha acompanhada da clara concepção, e não menos firme engajamento, no sentido de construir esse projeto comum entre os estados insertos no processo.

A integração regional foi escolhida pelo Estado como estratégia política no combate às desigualdades, no fortalecimento e viabilização dos potenciais endógenos e de recuperação da dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade, articulando com a dinamização econômica a fim de fornecer infraestrutura social e produtiva, bem como a melhoria nas condições de cidadania, envolvendo o fortalecimento dos atores locais e o aproveitamento das peculiaridades da organização social e das características produtivas (MIR, 2009).

O planejamento de políticas públicas considerando os preceitos da integração regional é priorizado de acordo com necessidades e potencialidades locais, através de ações regionalizadas na efetivação de serviços básicos e promoção da cidadania e bem-estar a fim de dar suporte para a população que vive em zona de fronteira e que demandam iniciativas específicas. O planejamento e o desenvolvimento dessas regiões extrapolam os limites nacionais, necessitando da elaboração conjunta de regras especiais de funcionamento, respaldadas por acordos bi ou multilaterais.

3 A Faixa de Fronteira e Integração Regional

A geopolítica conceitua a noção de fronteira como as “estruturas espaciais elementares, de forma linear [que correspondem] ao invólucro contínuo de um conjunto espacial e, mais especificamente, de um Estado-Nação” (FOUCHER, 1991, p. 38-39). De certa forma, podemos

considerar que a fronteira seria, também, uma zona de contato entre domínios territoriais distintos. Ou ainda, segundo Brunet (1992), está restringida à escala nacional, privilegiando suas funções demarcatórias, reais e simbólicas, de modo que a fronteira designaria uma descontinuidade política, o limite jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado.

Ambos os conceitos de limite e fronteira evoluíram no interior do sistema de Estados-Nações moderno, porém, eles se diferenciam, pois, enquanto o limite internacional se define pelo seu caráter jurídico e diplomático, a fronteira é caracterizada pela “territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial” (MACHADO, 2010, p. 62-63).

O limite se apresenta através da forma de uma linha que demarca os contornos da soberania de um Estado e sinaliza o início de outro, porém, a linha não pertence a nenhum dos dois países. A fronteira, por sua vez, é uma área imprecisa e não demarcada, se aproximando mais da noção de região. Desta forma, a relação entre estes conceitos é que a fronteira é definida por ser um espaço relacional advindo da existência do limite, que separa as jurisdições, mas não desune as redes e as relações humanas estabelecidas no território. “Nesse sentido de espaço relacional não é um paradoxo que a zona de fronteira seja ao mesmo tempo lugar de comunicação e troca e lugar de tensão e conflito” (MACHADO, 2010, p. 63).

Portanto, a fronteira não pode ser apreendida apenas como um limite, um “para cá” e outro “para lá”, pois essas duas categorias congregam diferenças essenciais. Enquanto a fronteira é orientada para fora, caracterizando uma zona de contato e de integração, os limites são orientados para dentro, ou seja, se apresentam como uma linha de separação por processos históricos e jurídicos (MACHADO, 1998; PEITER, 2005).

Sendo assim, a fronteira, embora concebida sob o viés inicial de defesa, merece ser também entendida como uma zona de integração fronteiriça, um espaço de interação diversa e complexa entre povos e nações, cuja linha divisória, ao mesmo tempo em que determina a separação de soberanias, é também ponto de interseção para a promoção da integração.

Na América do Sul, ainda são poucos os trabalhos que tratam especificamente do papel da fronteira em projetos de desenvolvimento de integração regional, direcionados especificamente à cooperação em projetos pontuais de infraestrutura energética e de transportes, e sobre questões ligadas ao meio ambiente.

As ações de desenvolvimento de políticas públicas em área de fronteira são dificultadas por barreiras legais e diplomáticas; falta de articulação do território com o centro político-decisório do país e, em sua maioria, dos próprios estados a que pertence; a conseqüente falta de informações sobre a região e o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas em área de fronteira. Sendo assim, o desenvolvimento de políticas para essa área configura-se em uma importante diretriz da política nacional e internacional, sendo considerada estratégica para a integração sul-americana, pois são marcados pela intensa troca cultural, econômica e social e enorme diversidade de significados simbólicos, além de representarem áreas estratégicas para a segurança nacional e de comércio internacional e, ainda, por apresentar-se como palco dos mais diversos conflitos advindos dessas diferenças.

A integração de países em blocos regionais poderá transformar as regiões de fronteira, por sua própria localização geográfica, em zonas de cooperação e sinergia entre países vizinhos (STEIMAN, 2002).

É fundamental levar em consideração a vulnerabilidade das populações fronteiriças, para as quais se devem focar políticas especiais com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas estabelecidas na Faixa de Fronteira em matéria de saúde, de educação ou de cooperação. As melhorias também se referem ao aperfeiçoamento vigoroso do sistema de aduanas regionais, elo fundamental para o bom funcionamento do comércio regional e para o desenvolvimento.

Num cenário globalizado, as estratégias de mercado se orientam para a articulação de blocos econômicos com o intuito de promover integração do país às nações sul-americanas; o comércio regional se torna uma ferramenta de desenvolvimento econômico, de modo que a integração representa a ponte entre a regionalização e a globalização das economias sul-americanas, exigindo a base oferecida

através da efetivação das políticas públicas, capazes de garantir a permanência e desenvolvimento regional desejado.

Na concepção de Garcia (2006), o estudo e a elaboração de políticas de integração para as fronteiras têm a necessidade de incorporar uma abordagem interdisciplinar e transfronteiriça que supere as limitações dos tradicionais enfoques historicistas e geopolíticos, uma vez que o conceito de fronteira esteve ligado a processos de militarização, burocratização, centralização e legitimação dos estados nacionais. Nesse sentido, é imperioso que o estudo da fronteira promova uma confluência de interesses políticos, sustentado na interdisciplinaridade, para que as diferenças distem da dimensão abismal decorrentes de políticas estatais díspares.

Sendo assim, as fronteiras internacionais e seus espaços de influência constituem marcos privilegiado para estudar os efeitos de inúmeros fenômenos relativamente novos que se manifestam no presente, como os desdobramentos das fronteiras nacionais, a descentralização na produção e circulação de mercadorias, a emergência de regiões transnacionais e suas novas fronteiras, surgindo a necessidade de desenvolver uma epistemologia do estudo sobre a fronteira (GARCIA, 2006).

Considerações Finais

As políticas públicas representam um processo dinâmico, decorrentes de negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, de modo que eles, juntamente com os projetos internacionais, devem ser construídos a fim de promover o avanço da integração regional, abrangendo como princípio básico o favorecimento de interesses em longo prazo, capazes de diminuir desigualdades sociais e buscarem uma melhor distribuição de renda entre as pessoas.

A integração sul-americana tem vivido um importante e favorável momento, embalado pela eleição de governos ideologicamente alternativos ao paradigma neoliberal que deu impulso à criação de uma instituição política capaz de incluir novos temas e de alavancar essa integração. Os mercados corporativos e financeiros têm tomado a dianteira nesse processo até o presente, deixando, num segundo plano, as questões sociais, principalmente no que se refere às políticas públicas. A regulação estatal deve investir em políticas estatais que visem melhorias nas populações nas faixas fronteiriças.

À promoção da integração em área de fronteira corresponde uma ação altamente complexa nas suas relações com os países vizinhos. Além disso, por um processo histórico de abandono, é extremamente carente de infraestrutura, mas apresenta oportunidades diversas de desenvolvimento regional e integração da América do Sul, com a necessidade de elaborar e executar políticas públicas sociais, de infraestrutura e de serviços básicos, envolvendo dimensões ligadas à cidadania da população fronteiriça, à interação com países vizinhos e ao desenvolvimento social e produtivo.

Referências

BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. **Constituição - Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRUNET, R. (Org.) **Les Mots de la Géographie – dictionnaire critique**. Montpellier-Paris: RECLUS, 1992.

CASELLA, P. B. **Reforma da ONU, pós - Kelsen**. Reforma da ONU. 1 ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, p. 143-210. 2010.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DRAIBE, S. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11, n.4, 1997.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

FOUCHER, M. **Fronts et Frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

GARCIA, E. M. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. **Estudios Fronterizos**. v. 7, n. 13, 2006.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDEMANN, F.G. Do sonho ao progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

JESSOP, B. **State Theory: Putting states in their place**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1990.

MACHADO, L. O. **Cidades na Fronteira Internacional: Conceitos e Tipologia**. In: NUÑES, Angel; PADOIN, Maria M.; OLIVEIRA, Tito C. M. (Orgs.) Dilemas e diálogos platinos. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. 2 v.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

MARIANO, K. P. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**, n. 71, São Paulo: 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo/UNICAMP, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Faixa de Fronteira - Programa de Promoção Do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretariade Programas Regionais; 2009. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b826e-6ecb49744364&groupId=10157>. Acesso em: 25 mai. 2012.

PEITTER, P. C. **Geografia da saúde na faixa da fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. 2005. 308p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/IGEO/PPGG. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PERISSINOTTO, R. e CODATO, A. Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista. **BIB**, São Paulo, n° 70, 2º semestre de 2010, pp. 31-50.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o conceito de política. In: **Política e ciência política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável, meio ambiente e economia**. Tradução Esther Eva Horovitz. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVAS EM CONTEXTOS LOCAIS¹

Jaime Antonio Stoffel²

Silvio Antonio Colognese³

Roselaine Navarro Barrinha da Silva⁴

Resumo: este artigo tem como objetivo discutir a sustentabilidade da agricultura familiar envolvendo diferentes formas de organização produtivas vistas a partir de contextos locais. É neste cenário de proximidade, de poder avaliar algumas questões relacionadas à sustentabilidade da agricultura familiar, relativas a um espaço pré-determinado, sem esquecer-se das suas relações com a problemática global de sustentabilidade, que este estudo se apresenta. A análise local mostra-se capaz de proporcionar uma avaliação mais pontual de fatos pertinentes que indicam para o caminho da sustentabilidade da agricultura familiar e, por consequência, ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Sustentabilidade; Formas de organização produtivas.

Abstract: this article aims to discuss the sustainability of family farming involving different forms of productive organization views from local contexts. It is this proximity scenario, you can review some issues related to sustainability of family farming, relating to a predetermined space, without forgetting its relations with the global problem of sustainability, this study presents. The local analysis shows is able to provide a more precise evaluation of relevant facts that indicate to the path of sustainable family farming and therefore sustainable development.

Keywords: Family farming; Sustainability; Forms of productive organization.

Introdução

No Brasil, o debate sobre a sustentabilidade ganha força, principalmente no setor agrícola, devido aos avanços da agricultura moderna, os quais têm levado a inúmeros questionamentos em termos da viabilidade desse modelo em longo prazo. Mais especificamente no campo da agricultura familiar, onde os efeitos colaterais da modernização foram mais abrangentes e provocaram consideráveis impactos ambientais, desigualdade social entre regiões, entre produtos e entre os próprios agricultores, a insustentabilidade deste modelo evidenciou-se de forma mais visível.

Ocorre, dessa forma, uma sensível complexificação nas formas de organização produtivas destas pequenas propriedades agrícolas familiares, gerando uma diversificação e diferenciação interna nestas propriedades. Como resultado destes desdobramentos, novas formas de organização produtivas

¹ Este artigo é originário do terceiro capítulo da Tese de Doutorado do primeiro autor, Jaime Antonio Stoffel, intitulada *Construção e Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade para a Agricultura Familiar: uma análise multidimensional*, defendida em dezembro de 2014.

²Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/*Campus* Toledo (2014). Docente efetivo no Curso de Ciências Econômicas, CCSA, UNIOESTE – *Campus* de Francisco Beltrão, Pr. Líder do Grupo de Pesquisa GPEAD. E-mail: jaimestoffel@hotmail.com

³Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997). Docente efetivo no Curso de Ciências Sociais, UNIOESTE – *Campus* de Toledo-Pr. Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais da Unioeste. e-mail: silviocolognese@ibest.com.br

⁴Doutora em História Social UFF (2011). Professora efetiva Unioeste, Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, campus de Francisco Beltrão. E-mail: roselainenbs@gmail.com

se desenvolvem na agricultura familiar. Estas readequações e adaptações locais a essas novas formas de organização produtivas que surgem ao longo do tempo é que podem comprometer a sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais. Esta relação entre diferentes formas de organização produtivas e sustentabilidade na agricultura familiar é a proposta deste artigo.

Deve-se considerar, portanto, que as mudanças estruturais na produção agrícola com a introdução de novas técnicas de produção e modificações intensas nas relações de produção, o que acarreta uma fragmentação e uma rearticulação da pequena produção agrícola familiar, influenciam na sua sustentabilidade em contextos locais de acordo com suas especificidades.

1 Agricultura Familiar: histórico, caracterização

A problemática tratada nesta pesquisa se insere na referida discussão, na medida em que, ao voltar-se para a pequena produção agrícola familiar, procura apreender sob que condições ela se mantém contemporaneamente. Mas, quem, de fato, compõe a pequena produção agrícola familiar? A esse respeito, há que se destacar que tanto no âmbito acadêmico quanto no político duas tem sido as denominações utilizadas para referenciar o pequeno produtor agrícola familiar, quais sejam: camponês e agricultor familiar.

A denominação agricultor/agricultura familiar ganha espaço nas discussões acadêmicas e no quadro político brasileiro desde pelo menos a segunda metade da década de 1990. De outra forma, se levar em conta o âmbito acadêmico dos países capitalistas centrais, deve-se considerar, no mínimo, a década de 1970. Parece-nos que tal crescimento possa estar vinculado às críticas dirigidas aos paradigmas clássicos de base marxista que postulavam o fim da agricultura de base camponesa.

No caso específico brasileiro, tal crítica ganha espaço no campo acadêmico com a obra *Capitalismo Agrário em Questão* (2007), de Abramovay, o qual não apenas tece a crítica, mas distingue o camponês do agricultor familiar. No mesmo período, e, no âmbito político, a denominação agricultor familiar é utilizada para nomear o principal programa de crédito voltado para a pequena produção agrícola familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Foi no referido contexto que se desenvolveram – nacional e internacionalmente – diversos estudos que buscavam estabelecer tipologias adequadas para qualificar as distintas formas de produção encontradas dentro da pequena produção agrícola familiar. Um desses estudos se desenvolveu em âmbito internacional e se ateve à pequena produção agrícola familiar de diversos países sob coordenação de Hugues Lamarche (1993; 1997).

No entanto, a tarefa de se estabelecer uma definição conceitual rígida, capaz de juntar num mesmo grupo/categoria as distintas formas da pequena produção agrícola familiar – portanto, definir camponês e agricultor familiar – é uma tarefa bastante árdua. A adoção de critérios objetivos rígidos parece restringir a possibilidade de sucesso no referido sentido. Em contrapartida, uma definição conceitual mais ampla, a princípio, permitiria não apenas tal agregação, mas, possivelmente, a apreensão do por que apresentarem formas de produção distintas.

Sendo assim, pensa-se ser bastante pertinente o conceito empregado por Schneider e Niederle (2008), ao se referirem ao agricultor familiar e ao camponês:

O que há de comum entre ambas as noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com o mercado e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consangüinidade e parentesco, que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 6).

Ao que tudo indica, a perspectiva conceitual agregadora proposta pelos autores já se fazia presente também nas características propostas por Graziano da Silva (1978), ainda em meados da década de 1970, para se identificar os componentes da pequena produção agrícola familiar:

a) utilização do trabalho familiar, onde se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado; e d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Dessa forma, não só o proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário e o posseiro, podem se configurar como pequena produção agrícola familiar. (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 3).

A perspectiva conceitual que propõe considerar o camponês e o agricultor familiar como integrantes de um mesmo grupo/categoria – pequena produção agrícola familiar – parece pertinente no que tange: 1) evidencia a importância das duas categorias tanto do ponto de vista econômico quanto político; 2) conforma um grupo/categoria social presente no meio rural brasileiro diverso do grupo/categoria social que representa a agricultura de caráter especificamente capitalista; 3) parece indicar que a própria condição que assume no grupo não é determinada de fora para dentro (imposta pelo desenvolvimento do modo capitalista), o que sugere a atuação do pequeno agricultor familiar enquanto sujeito.

Diante do exposto, faz-se necessário explicitar uma base conceitual que possa nos auxiliar na compreensão do referido grupo na sociedade contemporânea e, mais especificamente, nas condições diversas sob as quais ele permanece no espaço rural. De outra forma, entende-se que o processo de delineamento da base conceitual em questão não poderia ser feita sem mencionar que ele é tributário das teses clássicas que postularam, de um lado, o fim da pequena agricultura de base familiar – Lênin e Kautsky –, e, de outro, a sua permanência – Chayanov –, bem como de toda a discussão que tem se desenvolvido no âmbito acadêmico a partir da crítica feita a elas.

Vale ressaltar que não é foco refazer uma discussão já amplamente feita com relação às teses clássicas, seja no sentido de resumir seus pontos principais, reinterpretá-los, validá-los ou criticá-los. Diversos foram os pesquisadores (ABRAMOVAY, 1992; GRAZIANO DA SILVA, 1978; MULLER, 1989; SILVA e STOLCKE, 1981; WANDERLEY, 1996) que se ocuparam de forma competente com tais discussões e não parece haver sentido reproduzir o que está amplamente à disposição dos interessados.

Dito isto, destaca-se que, a partir das últimas décadas do século XX, o debate assumiu contornos os mais diversos, mas sempre orientados ora por um, ora por outro paradigma. Nesse sentido, julga-se importante realizar uma breve síntese de algumas das principais contribuições para com a temática referida.

Inicialmente, seguem as colaborações para a temática de um grupo de autores integrantes da sociologia rural, os quais sedimentaram suas conclusões no referencial marxista e que, através dele, concluíram que a persistência da pequena produção agrícola de base familiar encontraria sua explicação na relativa incapacidade do modo de produção capitalista em impor plenamente à agricultura o modelo produtivo em vigor na indústria. Em outros termos, a agricultura seria um setor no qual várias atividades ainda resistiriam aos processos industriais.

Dessa forma, seria com o objetivo de reduzir riscos e de ampliar as condições de acumulação que o capitalismo adentraria a órbita da pequena produção agrícola familiar. Tal contexto explicaria não apenas a persistência de tal unidade produtora, mas a forma da sua persistência, o que envolveria, por exemplo, a transformação (ou não) integral ou parcial nas formas de produção do produtor e nas relações sociais dessas decorrentes. Para os postulantes de tal tese, o fundamental não seria a subsunção formal, mas a subsunção real, na medida em que ela seria essencial na eliminação da base natural da agricultura que, por si, é incompatível com a produção capitalista.

Como representantes de tal lógica, citam-se especialmente: Mann e Dickinson (1978) de um lado e; de outro, Goodman, Sorj e Wilkinson (1985, 1990) aos quais, além da influência kautskyana-

marxista, dever-se-ia acrescentar certa influência schumpeteriana. Para estes últimos, as transformações na pequena produção agrícola de base familiar seriam impostas pela concorrência intercapitalista. Os capitais industriais, concorrendo em um ambiente oligopolizado, utilizar-se-iam do espaço rural a fim de valorizar seu capital, estabelecendo mudanças no aspecto produtivo-técnico-organizacional que lhes permitiriam a reprodução ampliada do capital, ainda que esta ocorresse pautada em relações de produção/trabalho não especificamente capitalistas.

A principal crítica feita a esses autores se assenta na condição letárgica à qual tal tese relega o pequeno produtor agrícola familiar. Seria como se o futuro dele fosse irremediavelmente determinado dentro das seguintes opções: transformação em proletário; transformação em capitalista; manutenção das condições de produção (ou parte delas) sob perda parcial ou total do controle do processo de produção – quase que uma espécie de meio termo entre proletário e capitalista. Portanto, os atores, os sujeitos ativos seriam o capital, mais especificamente, seus representantes – personificados, por exemplo, nos organizadores/gestores dos impérios agroalimentares – e o Estado. A pequena produção agrícola de base familiar seria um espelho das ações desencadeadas por esses atores mencionados.

Uma segunda linha que traz importante contribuição para o debate e para o entendimento das condições da permanência da pequena produção agrícola familiar se encontra, dentre outros, nos seguintes representantes: Ploeg (2009), Long (2007), Schneider e Niederle (2008). Para esses representantes, ao contrário do que aparentemente indica a tese anteriormente exposta, o pequeno produtor agrícola familiar não poderia ser visto como passivo no processo que transforma a forma de produção na unidade agrícola familiar, bem como as relações sociais dela decorrentes.

De acordo com tal perspectiva, para além de admitir que o desenvolvimento capitalista conduz à mercantilização das relações sociais, há que se admitir igualmente que ela não se dá de forma pré determinada e homogênea em todos os espaços, como é o caso do espaço da pequena propriedade agrícola familiar, e sem a atuação ativa dos sujeitos que integram tal espaço. Os postulantes dessa tese acreditam que tal lógica abre espaço para que se admita que a mercantilização ocorre em níveis diferenciados no espaço da pequena propriedade agrícola familiar, conforme ressalta Ploeg (1992), provocando modificações nas relações sociais que corresponderiam a tais níveis.

A mercantilização do espaço rural, bem como o nível de sua ocorrência, não se daria apenas determinada de fora para dentro, mas também de dentro para fora, e ressalta o papel ativo do pequeno produtor familiar. Em outros termos, ela seria o resultado da ação ativa dos atores – Agricultor, Capital e Estado – em disputa pelo controle tanto da produção quanto da distribuição. Esse “embate” envolveria a tomada de decisões da parte do pequeno agricultor familiar, que não se considera apenas como reativo, mas como pró-ativo, seja no que diz respeito a como produzir (que tipo de insumo/equipamento a ser utilizado, qual(is) tipo de cultura/produção, contratar ou não, mão de obra externa à propriedade de forma esporádica, acessar ou não (e de que forma) o crédito, ou comercializar (quando for o caso) a sua produção – ou a parte excedente dela (como comercializar, em quais mercados, organizar-se cooperativamente para a comercialização etc.)).

Portanto, ao enfatizar que a mercantilização do espaço rural não é vista de forma determinista, os autores citados ressaltam a possibilidade de se entender processos ativos dos pequenos produtores agrícolas de base familiar que podem delimitar ou expandir a sua relação com o mercado, ou seja, que justificam a existência de formas sociais no espaço rural, mais especificamente, no espaço da pequena produção agrícola familiar.

Eles não apenas reconhecem na mercantilização um processo social que adentra e transforma as mais diversas esferas das relações sociais, como inclusive a do campo, mas que ela se dá com a participação ativa dos atores do campo, que atuam reflexivamente e tomam decisões conscientes sobre como garantir a sua reprodução material e social. Seria justamente este papel ativo a comprovação da capacidade de tais atores no sentido de “modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização [...]” via mobilização de “[...] um amplo repertório de recursos fora dos mercados [...]” criando, portanto, “[...] ‘espaços de manobra’ e estratégias para manter e ampliar sua autonomia” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 45).

Essa busca, no sentido de ampliação da autonomia, se pautaria em estratégias diferentes, empregadas pelos pequenos produtores agrícolas de base familiar, as quais permitiriam explicar a

diversidade das formas de organização da produção e do trabalho no mundo rural, que se aproxima mais, conforme menciona Ploeg (1994), da condição do camponês ou do agricultor familiar. Nos dois casos, a forma por meio da qual se processa a produção no espaço rural, a relação do produtor com a natureza externa a ele (terra/recursos naturais em geral), a relação com o mercado expressariam em cada caso, os qualificativos da condição.

Vale ressaltar que, ao falar de uma condição camponesa, Ploeg (2009) não se refere a ela no sentido de reviver uma categoria pretérita – como uma forma de produção característica da pré-história – do modo capitalista de produção e, portanto, como forma de produção inconcebível dentro do modo de produção capitalista e com ele relacionado. Ao mencioná-la ele, basicamente, se refere a um produtor que se encontra sob condição de embate permanente com as demais estruturas sociais, no sentido de preservar a sua condição de reprodução material de forma autônoma e coprodutiva com a natureza externa, que pode, por isso, ser encontrado em qualquer tempo histórico, que não depende de um ou outro modo de produção para existir.

Tal forma de produzir não excluiria, por sua vez, a mercantilização, mas esta se daria em grau reduzido através da comercialização dos excedentes da produção e do resultado dela oriundo para a supressão de necessidades não atendidas no espaço rural. Tal forma de produção não teria por meta o excedente, ainda que, de fato, ele fosse útil no sentido de ampliar o bem-estar familiar. Nesse caso, a menor dependência dos mercados revelaria um baixo grau de mercantilização e, em contrapartida, uma maior autonomia. Poder-se-ia, a título de exemplificação, incluir, nesse caso, pequenos produtores rurais de caráter familiar que produzem produtos orgânicos e vendem o excedente em feiras livres e/ou de porta em porta.

O extremo oposto se expressa na chamada agricultura familiar do estilo mais ou menos descrito por Abramovay (2007), ou seja, a chamada agricultura familiar de caráter empresarial. O objetivo desse produtor seria gerar, por meio da atividade agrícola/agropecuária, uma renda monetária. Parte significativa da renda gerada pela atividade agrícola/agropecuária lhe garantiria o consumo a partir do acesso aos mercados e parte seria utilizada no sentido de garantir a continuidade da(s) atividade(s) geradora(s) da renda monetária.

Dessa forma, quanto mais produtivamente especializada fosse essa parcela da população, maior seria, por conseguinte, a dependência com relação ao mercado e menor a autonomia, pois a satisfação das necessidades dependeria, necessariamente, da interação com o mercado e da utilização da moeda. Os pequenos produtores agrícolas familiares integrados do sul do Brasil seriam um bom exemplo desse extremo, conforme se verifica em estudos como o de Barrinha (2011).

Nesse contexto, Ehlers (2008) aponta que esse crescente interesse sobre o debate que envolve a agricultura familiar no Brasil, na atualidade, ampliou as discussões em torno de temas como o desenvolvimento sustentável na agricultura. Dessa forma, deixam-se explícitas as preocupações sobre o possível futuro da produção agrícola, em especial a produção agrícola familiar. Isto fez surgir várias reflexões e apontamentos sobre o tema que envolve a “sustentabilidade na agricultura familiar”. Tal tema foi amplamente discutido na próxima seção.

2 A sustentabilidade na Agricultura Familiar

O termo sustentabilidade denota, na maioria das vezes, apenas expressões voltadas às questões ambientais. Contudo, a sustentabilidade, de acordo com Sachs (2009), constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão. Sachs comenta que o termo sustentabilidade é muito mais abrangente e envolve diversas outras dimensões, além da ambiental, entre as quais destaca a sustentabilidade social; a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade política, a qual pode ser representada pelo ambiente institucional.

Para o autor, a sustentabilidade social coloca-se à frente das demais, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, pois a probabilidade de um colapso social ocorrer antes de uma catástrofe ambiental é maior. A sustentabilidade ambiental vem em decorrência de outros fatos, como a distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades a fim. A sustentabilidade 57

econômica surge como uma necessidade, mas não pode ser vista como uma condição prévia das anteriores, uma vez que o transtorno econômico traz consigo o transtorno social e, que por consequência, obstrui a sustentabilidade ambiental. E, por fim, a importância da sustentabilidade política, com o papel de pilotar o processo de reconciliação e equilíbrio entre as forças na busca pelo desenvolvimento e conservação da biodiversidade e da sociedade (SACHS, 2009).

Souza Filho (2001) defende a ideia de resiliência para definir a sustentabilidade de um agrossistema. Segundo o autor, a sustentabilidade é determinada por sua habilidade em manter produtividade quando submetido a forças perturbadoras. Essas forças se classificam em dois tipos: *stress* e choque.

O efeito de um *stress* se vê como pouco significativo no curto prazo, porém, em longo prazo, com efeitos destrutivos e, muitas vezes, irreversíveis, dado sua ação cumulativa. Os sintomas de *stress* aparecem por meio da erosão, salinização, contaminação do solo e da água, como também pelos preços declinantes dos produtos. Já o choque é um evento imprevisível e transitório, como por exemplo, uma nova peste, seca, inundação, forte elevação no preço dos insumos, entre outros (SOUZA FILHO, 2001).

O autor defende ainda que, para atingir o Desenvolvimento Sustentável num agrossistema, é preciso que se leve em consideração quatro critérios básicos: a própria sustentabilidade, a produtividade, a estabilidade e a equidade. A produtividade é definida como a produção de algum produto por unidade de insumo, enquanto a estabilidade é a manutenção ou aumento dessa produtividade diante de distúrbios que possam ocorrer. Já a equidade refere-se à justa distribuição da produtividade entre os indivíduos envolvidos no sistema agrícola. O equilíbrio e a manutenção dessas três variáveis é que determinam a sustentabilidade do sistema.

No entanto, explicita-se que existem várias contradições entre esses critérios. Destaca-se, por exemplo, que o uso excessivo de insumos químicos leva a um aumento na produtividade, mas compromete a equidade e a sustentabilidade (pacote tecnológico da Revolução Verde). Da mesma forma, é importante identificar a criação de novas tecnologias de produção, que ampliem a equidade e a sustentabilidade, sem, no entanto, comprometer a produtividade.

Portanto, o debate sobre como alcançar sustentabilidade na agricultura é problematizado por disputas e discordâncias no que diz respeito a quais elementos da produção são aceitáveis e quais não são. Algumas tecnologias agrícolas, tidas como sustentáveis no mercado de insumos, podem não ser sustentáveis na propriedade agrícola. O uso de dejetos de suínos e aves, muito utilizados principalmente nas pequenas propriedades, em substituição a adubos químicos, é tido como sustentável; porém o seu uso excessivo compromete o lençol freático local. Da mesma forma, a agricultura orgânica é amplamente aceita como sustentável, mas deixa de ser com a prática da monocultura orgânica (SOUZA FILHO, 2001).

Nesse contexto, Ikerd, ressalta:

Alguns afirmam que sustentabilidade deve ser alcançada através de uma sintonia dos sistemas de produção convencionais. Estas pessoas não acreditam que sistemas de baixo uso de insumos ou sistemas orgânicos serão capazes de alimentar a crescente população do mundo. Outros argumentam que sustentabilidade necessitará de um modelo ou paradigma de produção diferente, o qual dependa menos de insumos comerciais e mais dos recursos gerenciais da propriedade. Estas pessoas veem o modelo industrial de agricultura, dependente de insumos, como sendo fundamentalmente incompatível com a manutenção de um ambiente social e ecologicamente saudável. Defensores da agricultura orgânica acreditam que sustentabilidade requererá a total eliminação de insumos químicos manufaturados. Outros propõem ainda diferentes modelos de produção como um meio para alcançar sustentabilidade agrícola no longo prazo (IKERT, apud SOUZA FILHO, 2001, p. 600).

Neves e Castro (2010) argumentam que, dada a preocupação mundial crescente com o conceito de sustentabilidade, a inserção da agricultura familiar em subsistemas coordenados será mais valorizada pelo fato de esse segmento fortalecer as opções ambientais e socialmente corretas, além de

economicamente viáveis e institucionalmente amparadas, respondendo a uma pressão da sociedade na busca por modelos de produção sustentáveis.

Dessa forma, Neves e Castro (2010), colocam a abrangência dessa visão:

O mais interessante de tudo é que não se abordarão apenas produtos, mas sistemas de produção ambientalmente corretos. Tratar-se-á de outro fenômeno ocorrido nos últimos dez anos que foi a transição do foco apenas no meio ambiente para um foco mais abrangente, mais subjetivo e mais complicado, do qual o meio ambiente faz parte, chamado sustentabilidade. Para muitos consumidores não basta apenas o produto ser “verde”. O modo de produção deve ser sustentável. (NEVES; CASTRO, 2010, p. 3).

Nesse ínterim, a produção agrícola familiar apresenta especificidades que mostram seu potencial como um espaço privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável. Isto se dá, principalmente, em função de ter uma produção mais diversificada e integrada nas atividades vegetais e animais e pela própria diferenciação no aspecto de uma produção menor em termos de escala (CARMO, 1998).

Corroborando com a busca de uma situação de sustentabilidade na agricultura familiar, órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazem alguns apontamentos, como a implementação da integração vertical, agricultura-pecuária, incentivo à rotação de culturas, controle integrado de pragas, maior utilização da adubação orgânica e apoio a utilização de sistemas agro-florestais (FAO/INCRA, 1994).

Na mesma direção, autores como Almeida, Cordeiro e Petersen (2001) destacam que a agricultura familiar apresenta melhores condições de sustentabilidade pelo fato de incorporar estratégias de equilíbrio entre os parâmetros econômicos, sociais e ambientais, amparados pelo ambiente institucional. Destacam ainda que a propriedade familiar caracteriza-se numa unidade de produção e consumo, que valoriza, dessa forma, a diversidade, os policultivos, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo.

É válido lembrar, também, que, de acordo com Brandenburg (1999), apesar dos diversos contratemplos econômicos enfrentados pelo agricultor familiar, nos últimos anos, é da excepcional capacidade de adaptação que vem sua “habilidade” de resistir ao “jogo” dialético do sistema hegemônico capitalista. Dessa forma, a partir das últimas décadas, várias estratégias passaram a ser incorporadas nos trabalhos que visam à sustentabilidade da agricultura familiar. Estas se resumem num único termo, frequentemente utilizado para englobar várias práticas de agricultura sustentável, chamado de agricultura alternativa.

O termo agricultura alternativa, de acordo com Souza Filho (2001), possui grande generalidade. Geralmente, estes sistemas alternativos buscam a diversificação e tendem a elevar a estabilidade e a resiliência, como também reduzir riscos financeiros. Estes se caracterizam como biológicos e de baixo uso de insumos externos à propriedade. Em contraste com a agricultura convencional, a agricultura alternativa é mais integrada com a natureza, além de enfatizar mais a gestão da propriedade, as relações biológicas (praga e predador) e utilizar melhor os processos naturais (fixação de nitrogênio). As práticas de agricultura alternativa são mais comuns nas unidades de agricultura familiar.

Atualmente, existem vários exemplos de práticas de modelos alternativos na agricultura familiar, tidos como sustentáveis. Não é intuito neste artigo descrever e/ou aprofundar o resultado de cada um, contudo, tem-se em mente apenas destacar as principais formas desenvolvidas na atualidade. Entre os mais populares tem-se: agricultura ecológica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura orgânica, agroecologia, além das práticas da pluriatividade e do associativismo (SOUZA FILHO, 2001).

Por outro lado, existem as práticas agrícolas de baixo uso de insumos externos, utilizados principalmente pelos agricultores familiares e que apresentam um grau de sustentabilidade mais avançado. Entre estas estão: a compostagem, adubação verde, fertilização mineral, cultivo mínimo, intercalação de culturas, rotação de culturas, armadilhas e plantas atrativas, controle biológico, pesticidas derivados de plantas, agricultura integrada com a criação de animais, plantio direto e cobertura morta (SOUZA FILHO, 2001).

Em sentido prático, mesmo que os que usufruem das diversas alternativas apresentadas atinjam redução nos custos de produção e menor contaminação ambiental, a adoção de um conjunto rígido de práticas reguladas por determinada organização não seria suficiente. A sustentabilidade requer muito mais práticas dinâmicas de agricultura, abortando os modelos considerados estáticos. Nesse sentido, convém caminhar em direção ao consenso de que conservação e melhores padrões de vida devem, simultaneamente, ser perseguidos sob uma perspectiva de longo prazo que vise, dessa forma, almejar a sustentabilidade para, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento sustentável.

Existem vários outros fatores que vêm de encontro à sustentabilidade da agricultura familiar contemporânea, que não apenas a adoção de práticas alternativas de produção. Essas práticas, tidas como sustentáveis, são, geralmente, mais intensivas em trabalho do que em tecnologias convencionais. Exigem um grau de conhecimento e experiência maior para ser operacionalizado. O próprio espaço físico-ambiental influencia no desenvolvimento (positivo ou negativamente), como também a condição fundiária em que esse produtor familiar se encontra (SOUZA FILHO, 2001).

No caso da disponibilidade de mão de obra, utilizada com maior intensidade em propriedades que adotam práticas alternativas de produção, por exemplo, produção orgânica, embora o modelo seja caracterizado como sustentável, a falta de trabalhadores (hoje comum nas propriedades familiares) compromete a sustentabilidade da atividade. Isso poderá impedir a adoção de práticas que reduzem o uso de agroquímicos, bem como a utilização de rotação de culturas e a própria diversificação da propriedade.

Outro fator que determina o grau de sustentabilidade de uma forma alternativa de produção é o nível educacional e a experiência do produtor na atividade. No caso da educação, ela não consiste apenas em receber e processar informações, mas, acima de tudo, em ter a habilidade de processar e aceitar técnicas de gerenciamento mais sofisticadas em modelos de produção mais sustentáveis, como, por exemplo, em métodos ecológicos exigem um grau de perícia mais elevado do que práticas convencionais, exigindo um grau de escolaridade e experiência maior do produtor.

Não menos importantes para o debate da sustentabilidade na agricultura familiar estão as características físico-ambientais da propriedade, bem como a condição fundiária do produtor. A condição ecológica, o tipo de solo, a topografia, a disponibilidade de água e o clima são características que variam de região para região e, muitas vezes, dentro da própria região, e isso pode levar ao sucesso ou fracasso na adoção de práticas alternativas de produção, ditas como sustentáveis. Em áreas onde a topografia é mais acentuada e a mecanização mais difícil, a adoção de práticas conservacionistas serão mais aceitas e desenvolvidas.

Já em relação à condição fundiária da propriedade, o arrendatário ou parceiro, principalmente de propriedades menores, no caso da agricultura familiar, influencia nas condições de adotar práticas mais conservacionistas, pois levam em consideração o horizonte de tempo e o próprio grau de investimentos necessários para esses modelos alternativos de produção. Ou seja, os benefícios recebidos, por exemplo, de um solo tratado, melhorado, podem chegar tarde, quando o contrato de arrendamento ou parceria já está finalizado (SOUZA FILHO, 2001).

Salienta-se, nesse sentido, que a sustentabilidade na agricultura familiar, não está voltada apenas para estudar modelos/práticas alternativas sustentáveis, mas sim – e, principalmente –, um conjunto de dimensões e variáveis que envolvem a sustentabilidade de atores locais e a sua permanência na atividade. Muito embora os fatores acima abordados tenham um grau de participação decisiva no processo de adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar, estes são apenas parte do conjunto de fatores envolvidos na decisão da sustentabilidade no setor.

Têm-se, por exemplo, o ambiente institucional, por meio de órgãos governamentais e não governamentais, como outro fator decisivo na busca pela sustentabilidade na agricultura familiar. O redirecionamento da pesquisa agropecuária e dos mecanismos de difusão tecnológica, com caráter social e ambiental, tem sido incorporado nas estratégias mais recentes de desenvolvimento de órgãos como a Embrapa. Da mesma forma, a legislação ambiental também sofre alterações e ajustes a fim de coibir práticas nocivas ao meio ambiente e à saúde humana por meio da atividade agrícola.

Destaca-se o papel desempenhado por algumas Organizações não Governamentais, que difundem práticas agrícolas que privilegiam o uso de recursos internos da propriedade em detrimento

dos externos. Tais práticas têm sido desenvolvidas e difundidas por meio de métodos participativos que envolvem Associações de Pequenos Produtores, sindicatos, cooperativas, instituições religiosas, pesquisadores, ativistas políticos e ambientalistas. Na maioria dessas organizações predomina a preocupação com a sobrevivência e permanência dos produtores familiares, ou seja, sua sustentabilidade em longo prazo (SOUZA FILHO, 2001).

Altieri (apud ETGES, 2001) salienta que a busca pela sustentabilidade na agricultura familiar não requer apenas mudanças biológicas ou técnicas, mas muito mais mudanças sociais, econômicas e políticas. Nessa ótica, a noção de sustentabilidade na agricultura familiar, que tem como foco principal conciliar segurança alimentar com a obrigação de conservar os recursos naturais, demandará, além do conhecimento adquirido, o saber agrônômico convencional integrado ao conhecimento sistêmico. Isto levará à uma integração dos diversos componentes de um agroecossistema (EHLERS, 2008).

Nessa busca pela sustentabilidade é importante empreender uma nova reorientação da pesquisa e da extensão agropecuária, de modo a promover o desenvolvimento de uma tecnologia participativa, num processo que integre conhecimento prático com o técnico (GUIVANT, apud ETGES, 2001).

Corroborando com o exposto, Ehlers (2008) destaca a probabilidade de que vários elementos que compõem a sustentabilidade já existam, porém, a importância de levar em consideração as experiências bem sucedidas e a incorporação dos conhecimentos acumulados pelos agricultores ao longo do tempo são, da mesma forma, fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável na agricultura familiar. É insuficiente corrigir os erros gerados pelo uso ineficiente das técnicas até então consideradas as mais eficientes. Essencialmente requer-se uma mudança do padrão tecnológico dominante.

Nesta perspectiva, seria necessário substituir o atual padrão de intervenção convencional, que vem de cima para baixo, que procura manter o *status quo* e partir para um movimento mais participativo na agricultura familiar, com a interação entre agentes e atores, que promovam um movimento endógeno, onde esses pequenos produtores sejam os verdadeiros protagonistas das transformações. Isto fará com que, por meio de diferentes interesses que compõem uma comunidade, uma classe de agricultores familiares, por exemplo, e que, muitas vezes, tornam-se até conflitantes dada uma visão distinta de mundo com diferentes problemas, encontram-se soluções para almejar a sustentabilidade desse sistema, da comunidade, da classe social de pequenos agricultores (DELAVATI, 2001).

É importante salientar que essas mudanças rumo a movimentos mais participativos são processos demorados, pois, muitas vezes, atingem ou “cobram” mudanças radicais profundas, já solidificadas nas comunidades, como, por exemplo, questões de dignidade das pessoas, ideologias e crenças, mudanças na consciência das pessoas, rupturas culturais. Cabe aos agentes representados por entidades governamentais e não governamentais exercer essa função da interação com os atores sociais (agricultores familiares, no caso) na busca por essas mudanças, as quais irão fomentar a construção de indicadores necessários para promover a sustentabilidade dessas comunidades de agricultores familiares.

Como afirma Silva (1997, p. 106), “é preciso reafirmar uma velha opinião de que a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável, não está na sua ‘produção da produção’, mas na ‘produção da consciência’”. Enfatiza, ainda, que a busca pela sustentabilidade não está na construção apenas de novas tecnologias, ditas como alternativas ou sustentáveis, mas está em despertar nova consciência social das relações homem-natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e, até mesmo, religiosos, como também na gestão de novos conceitos jurídicos, novas formas políticas e ideológicas (SILVA, 1997).

Ou seja, a capacidade dos agricultores familiares de gerar novidades, inovações endógenas, vem sendo negligenciada. É na agricultura familiar que se mantém a capacidade de geração de novidades, e essas não podem ser desprezadas, pois, quando utilizadas adequadamente, são capazes de gerar formas de organização e tecnologias abrangentes para serem utilizadas em diferentes escalas e nos mais diferentes subsistemas dos agroecossistemas. Está na capacidade de invenção e experiência desses agricultores a adaptação necessária de acordo com o ambiente e o espaço em que se encontram.

Esses inventos locais permitem uma adequação melhor de gestão e manejos específicos de certas atividades, que respeitem os limites e potencialidades de cada pequeno produtor. Estas são

características fundamentais para explorar especificidades locais, e que, por consequência, levam ao desenvolvimento local e sustentável. Essas características, ignoradas ou não encontradas na modernização da agricultura, são, em grande parte, responsáveis pela “insustentabilidade” dos atuais padrões da agricultura familiar, justamente por não conseguirem entender e trabalhar as diversidades encontradas nesse universo de produtores (DAL SOGLIO, 2013).

É pela participação e capacidade de integrar conhecimentos que se pode atingir a transição para uma forma de sustentabilidade na agricultura familiar. Produzir tecnologias apropriadas e adequadas localmente, obedecendo às especificidades de cada ecossistema, o engajamento entre os agentes (organizações) e os atores (agricultores), a mudança de relação entre os saberes e a mudança de estratégia do regime sociotécnico e socioeconômico vigentes são condições fundamentais para almejar a sustentabilidade na agricultura familiar e o consequente Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a sustentabilidade em comunidades locais de agricultores familiares estaria vinculada à capacidade desses agricultores em conservar ou aumentar a qualidade de vida, a fim de manter e garantir recursos para as próximas gerações no âmbito ambiental. Considera-se a vocação natural da propriedade, que seleciona atividades e práticas compatíveis com as aptidões e capacidades de uso dos diversos tipos de solos, no intuito de respeitar e prolongar os ciclos naturais deste solo para atingir futuros resultados sustentáveis.

No quesito institucional, no planejamento ambiental dos municípios, convém considerar e privilegiar parâmetros que premiem essas pessoas que vivem no meio rural para que possam conquistar novo referencial de qualidade de vida. A obtenção desse melhoramento contempla o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à informação, aos meios de transporte e, em especial, às disponibilidades de energia, tanto no sentido de abastecer as atividades produtivas das propriedades, como para proporcionar conforto para esses agricultores. Uma economia local, dinâmica e melhor estruturada, oferece mais oportunidades na busca por inovações, que permitem aos agricultores familiares um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Por fim, a adequação de tecnologias para atender uma comunidade local, tais como, preparo do solo, uso de adubos e corretivos, irrigação, mecanização, tratamentos culturais, seleção de sementes, colheitas, agregação de valor aos produtos, voltam-se para atingir resultados econômicos positivos e, conseqüentemente, resultados sociais sustentáveis. Ou seja, a sustentabilidade desses agricultores familiares vai depender da complementaridade e da interação entre as dimensões ambiental, social, econômica e institucional e da adaptação nas suas diferentes formas de organização produtivas que surgem ao longo do tempo e que merecem destaque.

2.1 Formas de Organização Produtivas na Agricultura Familiar

Inicialmente, é importante retornar ao cerne do debate clássico que teve início na segunda metade do século XIX (Kautsky, Chayanov e Lenin), e que condenou os pequenos produtores rurais ao desaparecimento. Isso devido à dificuldade crescente em acompanhar a evolução do conjunto de fatores que surgiram junto ao processo de modernização da agricultura pela penetração do capitalismo no campo. No entanto, parte do grupo revelou grande resiliência e resistiu – e vem resistindo – às transformações que ocorreram no campo ao longo do tempo (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

De acordo com Mattei (2014) esses pequenos produtores, hoje conceituados como agricultores familiares, sempre estiveram na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura. Contudo, apesar de sofrer perdas de renda, dificuldades de adaptação ao longo do contexto histórico-estrutural no qual a agricultura familiar está inserida, é uma categoria de produtores que procura estabelecer e adequar-se a diferentes formas de organização produtivas que surgem em períodos diversos, como estratégia de construção da permanência e da sustentabilidade de suas atividades.

A fim de retratar o exposto, Stoffel (2004), numa abordagem histórica sobre o período de colonização envolvendo a Região Oeste do Paraná, desenvolveu um estudo no qual apresenta a evolução nas diferentes formas de organização produtivas que emergiram a partir da década de 1950 e 1960 na agricultura familiar e que influenciaram na permanência desses agricultores nas propriedades.

No início da colonização, essas pequenas propriedades concentravam-se no desenvolvimento de uma agricultura e de uma agropecuária diversificadas, voltadas para a produção de subsistência, onde apenas os excedentes eram comercializados. Esta fase predominou nas décadas de 1950 e 1960. A unidade familiar era autossuficiente e recorria ao mercado apenas para suprir as necessidades não atendidas pela produção agropecuária. As relações de produção que se estabeleceram em nível de família e de comunidade se orientaram no sentido de converter os recursos disponíveis em meios de subsistência (SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1993).

Este sistema de agricultura tradicional predominou num curto período de tempo, uma vez que o processo de colonização ocorreu quando da passagem de transição da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Já no início da década de 1970, a pequena produção agrícola familiar era conduzida a abandonar o sistema produtivo de subsistência: arroz, feijão, batata-inglesa, mandioca, por cultivos que visavam à comercialização, tais como soja e trigo.

Tal substituição levou esta produção agrícola familiar a uma posição de subordinação com relação à produção industrial. Este fato, além de destruir uma economia de subsistência, destruiu, igualmente, o equilíbrio do homem do campo que, até então, se fixava na área rural, onde mantinha uma relação direta com a natureza e tirava os meios para se reproduzir enquanto sociedade (ZAAR, 1999).

A produção agrícola familiar tem uma cultura própria que se refere a uma tradição. Todavia, esta encontra-se inserida num sistema que experimenta constantes e variadas transformações e/ou inovações, às quais precisa se adaptar em nível local, regional, nacional e internacional e que, na maioria das vezes, exige uma crescente inserção no processo de internacionalização do mercado, através de produtos padronizados.

Isto se efetuou, principalmente, no momento da progressiva introdução da cultura da soja e do trigo, com o advento da mecanização das terras, motivada pelos incentivos governamentais, os quais financiavam a destoca das matas e a aquisição de maquinários. Dessa maneira, consolidou-se uma nova forma de produção agrícola, voltada, basicamente, para produtos agrícolas que introduziram uma maior integração e subordinação das atividades agrárias, para com a agroindústria e as políticas estatais (STOFFEL, 2004).

Fica evidente, neste momento, que o trabalho agrícola e doméstico, antes feito para a satisfação de necessidades familiares, passa agora a ser transformado em mão de obra autônoma para a produção capitalista, ou seja, o processo de trabalho do pequeno produtor familiar é exercido da mesma maneira, isto é, a propriedade da terra ainda é dele, tais como os meios de produção. A mão de obra utilizada é familiar, mas o modo de produção capitalista é que imprime o processo de produção e a jornada de trabalho.

O desenvolvimento da agroindústria faz com que a agricultura deixa de ser apenas produtora de alimentos para ter, também, outras funções. Estas se estabelecem de acordo com as necessidades do capital industrial. O setor passa a ser desde fornecedor de matérias-primas e consumidor de bens industrializados, até fonte de divisas para importações, além de ser provedor de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbano.

Atualmente, as transformações na agricultura familiar assumem uma racionalidade moderna, que exige certo grau de profissionalização do agricultor. Este se encontra inserido num contexto geral de mercado e não mais parcial. No entanto, estes “novos produtores” (pelo menos uma grande parte deles), quando comparados com seus meios de produção utilizados no passado, na chamada agricultura tradicional, em muitos casos, fica evidente certa continuidade, que mostra vestígios claros que permanecem desde os clássicos, como, por exemplo, a produção para a subsistência defendida por Chayanov; ou seja, as estratégias de reprodução e permanência nas condições modernas em que se encontram inseridos continuam, em grande parte, baseadas na valorização e no uso dos recursos naturais e internos existentes na propriedade, bem como nas relações familiares, que têm como objetivo principal, assegurar a sobrevivência da família no presente e garantir sua reprodução no futuro. Com efeito, os agricultores familiares modernos enfrentam as constantes inovações e desafios da modernização no presente, com as mesmas “armas” e costumes que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Da mesma forma como ocorre a modernização na produção agrícola, também se dá a modernização na produção pecuária, que, juntamente com o sistema de integração, causam a diferenciação entre os pequenos produtores familiares. Uns podem melhor se estruturar e ampliar as rendas; outros, apenas têm nas atividades pecuárias meios adicionais de complementarem a renda familiar.

Atividades como a suinocultura se constitui, ao longo do tempo, como o elemento de diversidade e de alternatividade mais regular e de importância ascendente, que tem se modernizado nos anos setenta através do melhoramento genético e da integração com a agroindústria. Logo após, surge também, nesta mesma direção, a criação de aves (frangos e perus). Na sequência, destaca-se a atividade leiteira, porém, ainda com a cadeia produtiva um tanto quanto desestruturada.

Diante destes fatos, conforme aponta Stoffel (2004), fica evidente que há uma sensível complexificação nos modelos de organização produtiva da agricultura familiar, que originam uma diversificação nas formas de organização produtiva. O modelo de diversificação produtiva, voltado principalmente para a subsistência, decai, e a pequena produção agrícola familiar passa a assumir novas formas de organização das atividades que lhe são inerentes.

Uma das formas consiste na especialização da produção agrícola, em moldes modernos, especialmente para a produção de grãos (soja, milho, trigo, feijão) destinados prioritariamente ao mercado. Outra forma consiste na integração com empresas agroindustriais para a produção intensiva, especialmente de aves e suínos. Outra, ainda, prioriza a atividade leiteira. No entanto, estas alternativas de organização produtiva da pequena propriedade, na maioria das vezes, não são exclusivas, o que determina a ocorrência de uma diversidade ainda maior nessas formas de organização da pequena produção agrícola familiar.

Assim, quando a integração não for a única atividade produtiva da pequena propriedade, emergem outras alternativas de renda, como o cultivo do milho e a produção de leite. Da mesma forma, quando a produção especializada de grãos constitui a principal fonte de renda da propriedade, será combinada com outras fontes secundárias de renda, como a criação de peixes, o cultivo da mandioca e uma série de produtos para a subsistência, por exemplo.

Infere-se que, ao longo do processo de colonização e até os dias atuais, a agricultura familiar experimentou várias formas de produção, sempre na tentativa de adaptar-se às novas mudanças impostas pelo sistema; ou seja, existem evidências da ocorrência de processos diferenciados de transformação desta produção agrícola familiar sob o capitalismo, o que destaca que o debate clássico ainda deverá ter continuidade. Com efeito, as ideias defendidas por Lênin, Kautsky e Chayanov estão presentes em todo o processo de evolução e mudanças em que está inserida a unidade de produção familiar. Isto permitiu, aos que permaneceram no campo, buscar novas alternativas para sua sobrevivência e prosperidade.

Em suma, a sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais, está relacionada à combinação de diferentes formas de organização produtiva. O problema consiste em determinar em que medida a articulação entre as diferentes formas de organização produtivas são capazes de evidenciar esta sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais.

Considerações Finais

A problemática abordada neste artigo não deixa de representar o iminente debate sobre os rumos da agricultura familiar sob o capitalismo que já vem sendo discutido desde o século passado. Mais recentemente, porém, o foco das discussões se volta para novas terminologias, como viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar.

Embora existam ideologias diferentes sobre o tratamento da sustentabilidade, em tempos modernos não cabe mais um olhar míope sobre a sustentabilidade da agricultura familiar. São necessárias ações coletivas e o desenvolvimento de instituições apropriadas que visem reduzir custos de transação, e que forneçam um melhor acesso às tecnologias e aos mercados de insumos e produtos. O apoio de cooperativas, do próprio Estado e a integração às agroindústrias são exemplos dessas instituições que podem levar os agricultores familiares a serem bem-sucedidos.

Porém, um olhar amplo, e em contextos específicos, dadas as diferenças em nível regional e local vividas na agricultura familiar brasileira, é mais que primordial nesse novo cenário que se apresenta para a agricultura familiar, principalmente a partir do século XXI (qualidade, padronização, produtividade, segurança alimentar). Neste ambiente, parece ser pertinente trabalhar e priorizar dados empíricos quando se trata do tema sustentabilidade a fim de perceber tendências e acompanhar possíveis desdobramentos no setor para evitar a dar “tiros no escuro”, para correção de rumos, tanto a montante quanto a jusante das propriedades agrícolas familiares.

Portanto, as especificidades que envolvem a agricultura familiar em contextos locais precisam ser observadas e respeitadas. A sustentabilidade desses agricultores vai depender das idiosincrasias de cada propriedade nas diferentes formas de organização produtivas. Isso nos leva a crer que a questão da sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais necessita de uma visão individual, como também no conjunto das propriedades agrícolas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. ANPOCS. Campinas: Editora Hucitec, 1992.

BARRINHA, Roselaine N. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. In: CGEE. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.

CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D. e BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, Gutemberg A. D.; WAQUIL, Paulo D. (Org.). **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

DELAVATI, Dionei M. O processo educativo-participativo: um novo paradigma na extensão rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília, 1994.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 31-56, out./dez. 1985.

_____. **Das lavouras às biotecnologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. **São Paulo: Hucitec, 1978.**

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México: CIESA, 2007.

MANN, Susan A.; DICKINSON, James. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista de Economia NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, (suplemento especial), 2014.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. **São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.**

NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Thomé e. (Org.) **Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores da maneira sustentável em modernas cadeias produtivas.** São Paulo: Atlas, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 15-58. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, Jan Douwe Van Der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (Ed.). **Ecología, campesinado e história.** Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil. **Toledo: Unioeste – Facitol, 1993.**

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.** Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SILVA, J. G. da. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (Org.) A questão agrária. **São Paulo: Brasiliense, 1981.**

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial.** GEPAI, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

STOFFEL, Jaime Antonio. **A viabilidade da agricultura familiar:** formas de organização produtiva no oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas/UNIOESTE – *campus* de Toledo – Paraná. Toledo, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. Outubro, 1996.

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário:** da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 1999.

PADRÕES DE COMPORTAMENTO POLÍTICO JUVENIL COM NOVAS TECNOLOGIAS DE MÍDIA: O PAPEL DA TV E DA INTERNET NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Marcello Baquero¹

Jennifer Morais²

Resumo: O papel dos jovens nas democracias emergentes, como é o caso do Brasil, passou a ocupar lugar de destaque nos últimos anos. Mobilizações políticas catalisadas por dispositivos de uma natureza distinta parecem estar se solidificando na estruturação de novas identidades coletivas. Um desses mecanismos seria a internet, a qual, via a formação de redes sociais que giram em torno de assuntos estratégicos, estaria agindo como elemento de construção de eficácia juvenil, e que poderia auxiliar na estruturação de uma cultura política participativa e democrática. Sem negar a importância das novas tecnologias de mídia, neste trabalho argumentamos que a constituição de uma nova cultura juvenil é constrangida por fatores de natureza histórico-estrutural que não eliminam práticas políticas tradicionais danosas para o fortalecimento democrático. Para respaldar nosso argumento, recorreremos a dados do tipo *survey*, comparando atitudes e comportamentos políticos entre jovens e adultos. Os resultados mostram que há pouca diferença entre esses dois segmentos, sugerindo que a introdução de novas tecnologias de informação podem não ter o efeito esperado.

Palavras-Chave: Brasil; Cultura Política; Juventude; Internet.

Abstract: The role of the youth in emerging democracies such as Brazil is one of today's most discussed issues. Political mobilizations catalyzed by mechanisms of a distinct nature of those of the past seem to be strengthening collective identities structuration. One of these mechanisms would be the internet, which through the formation of social networks could help to construct a participative and democratic political culture. We do not question the importance of new information technologies; however, we argue that the constitution of a new youth's political culture is constrained by historical-structural factors that reproduce traditional political practices that undermine democracy. The data utilized to support our argument comes from surveys that helps us to compare attitudes and behaviors between the youth and adults. The results show that there is no significant difference between those two segments suggesting that the introduction of new information technologies may not have the expected effect.

Keywords: Brazil, Political Culture, Youth, Internet.

Introdução

As chamadas sociedades modernas não têm conseguido estimular os jovens a serem mais participativos na área política. Recorrentemente, pesquisas de opinião têm mostrado um comportamento de afastamento, decepção e indiferença dos jovens com a política, os gestores públicos e as instituições políticas. Estudos têm constatado que, se comparados com o resto da população, os

1 Professor do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Ciência Política pela Florida State University. E-mail: nuposal@yahoo.com.br, Endereço: Rua Ely Costa, nº 110. Bairro Boa Vista. Porto Alegre/RS. CEP: 90480-110.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com, Endereço: Rua Engenheiro Fernando Mendes Ribeiro, nº 30, bloco 16, ap. 111. Bairro Santo Antônio. Porto Alegre/RS. CEP: 90640-030.

jovens votam em menor proporção em pleitos eleitorais (RESNICK; CASALE, 2013). Esse comportamento tem implicações danosas para o processo de construção democrática de um país, sobretudo em relação à legitimidade e estabilidade política. Quando hábitos e costumes são naturalizados ao longo do tempo, os jovens que optam por não participar da arena política “delegam” decisões importantes para aqueles que têm diferentes interesses e valores.

Por que os jovens brasileiros continuam a mostrar apatia e indiferença no que diz respeito à participação na vida política institucionalizada, sobretudo em relação à participação em partidos políticos e instituições formais da democracia representativa? (LATINOBAROMETRO, 2010). A literatura apresenta duas perspectivas para responder a esta questão: por um lado, se pressupõe que o acesso à informação política por parte dos jovens auxilia a predispor a juventude para um maior engajamento político. Uma segunda vertente teórica sinaliza para o contexto eleitoral e partidário, destacando a importância da eficácia quantitativa política da juventude.

Em relação à primeira abordagem, a questão a ser respondida é: os jovens brasileiros estão politicamente informados para se mobilizarem em defesa dos seus interesses? E a segunda questão é: os meios de comunicação, ou as novas tecnologias de mídia, ajudam a produzir eficácia política na juventude brasileira quando comparada com o resto da população?

Pensamos que as respostas a estes questionamentos passam por uma compreensão do processo histórico na construção de uma cultura política juvenil no Brasil. Isso direciona a análise para os fatores histórico-estruturais que têm constrangido não só o desenvolvimento democrático do país, mas especialmente o papel dos jovens na política contemporânea. E, um segundo fator se refere ao exame do papel das novas tecnologias de comunicação no processo de construção de jovens cidadãos com eficácia política.

Com base nessas questões, este trabalho examina se está em andamento a formação de uma nova cultura política dos jovens brasileiros, enfocando, em primeiro lugar, os padrões de participação política dos jovens, comparando-os com as demais parcelas da população, numa dimensão longitudinal e, num segundo momento, analisando se a televisão e a internet produzem impactos diferenciados entre jovens e adultos. Para responder a esses questionamentos, o método de estudo adotado é de caráter teórico-descritivo. A hipótese de trabalho que propomos é: a despeito das recentes mobilizações da juventude, orientada para reivindicar mais espaços e oportunidades na sociedade brasileira, via dispositivos de mídia mais sofisticados, tais ocorrências não se constituem em iniciativas de longa duração, sendo, portanto, de caráter conjuntural e episódico, constrangendo, desse modo, o surgimento de uma cultura política participativa.

O trabalho está estruturado em três partes: além da introdução, na segunda parte discutimos a literatura sobre cultura política e participação. Também incluímos nessa seção uma análise acerca do papel da televisão e da internet no desenvolvimento da eficácia política da juventude brasileira. Na terceira parte, examinamos os padrões de participação política dos jovens em duas dimensões: na primeira se faz uma avaliação longitudinal e, na segunda, se discute comparativamente as diferenças e/ou semelhanças de participação, comparando tais padrões dos jovens com os padrões de participação política dos adultos.

Os dados utilizados para examinar a hipótese proposta provêm da Pesquisa Mundial de Valores para as ondas de 1990-1994, 2005-2009 e 2010-2014.

1 Situando o problema

Na última década, o questionamento, expectativas e demandas por uma sociedade mais igualitária e inclusiva passou a ser disseminada por uma nova ferramenta tecnológica de agregação de interesses: a internet, juntamente com as redes sociais. Tal dispositivo, argumenta-se, tem se constituído no espaço ideal para criar identidades coletivas, formar capital social e construir um novo mecanismo de transmissão de demandas entre Estado e sociedade civil. Este canal tem sido utilizado, principalmente, pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político para tentar transformar a sociedade. Esses esforços têm se manifestado na intensificação do interesse dos jovens em fazer parte dessas

comunidades virtuais. Quiçá um dos exemplos mais significativos desse tipo de mobilização tenha sido o que se convencionou chamar, nos últimos cinco anos, de “revolução colorida”, a qual marcou, globalmente, um conjunto de iniciativas patrocinadas pelos jovens, e que parece ter marcado uma nova forma de participação via redes sociais.

Essas manifestações parecem estar se constituindo em novos pontos de referência para organizar a participação política dos jovens, pontos estes que revelam uma tendência de perda de densidade dos veículos tradicionais de representação política – partidos e organizações governamentais – como legítimos interlocutores dos interesses da juventude perante o estado.

Já existe evidência de que os jovens desempenharam papéis significativos em mobilizações políticas. Exemplos recentes daquilo que se convencionou chamar de “epidemia de protestos”, ocorreram no mundo árabe em 2010 e 2011, na Rússia em 2011, Turquia e Brasil em 2013 (com a participação de quase três milhões de brasileiros, na sua maioria jovens), e Venezuela em 2014, constituindo-se num fenômeno em âmbito global, o qual sinaliza que, no futuro, a forma de participação será diferente, embora ainda não se saiba exatamente a direção que seguirá. A este respeito, Schmidt e Cohen (2013) têm afirmado que “o novo futuro será de movimentos revolucionários na medida em que as tecnologias de comunicação possibilitam novas conexões e geram mais espaço para a expressão”, e nós acrescentamos sobretudo para os jovens. Entretanto, os autores fazem a ressalva de que “existirão poucos resultados revolucionários” (SCHMIDT; COHEN, 2013). Um dos fatores que motivam a onda de protestos dos jovens deriva da hostilidade que demonstram pelas instituições convencionais de mediação política (partidos políticos) e uma crescente desconfiança do mercado e do governo. O perfil dos jovens que participaram dos protestos nos últimos cinco anos, aponta para uma nova geração de “rebeldes” que desejam expurgar as instituições existentes (KRASSTEV, 2014). Para David Graeber (2013), ativista que ocupou Wall Street, o objetivo dessa mobilização era criar uma crise de legitimidade no sistema, dando uma ideia para o mundo daquilo que uma verdadeira democracia deveria ser.

Esses acontecimentos trazem à tona a discussão da relação entre o crescimento individual e um sistema democrático saudável (DEWEY, 1916). A este respeito, o clássico estudo de Almond e Verba (1965) sobre a construção de uma cultura política democrática mostrava que atitudes democráticas são efetivamente inculcadas e internalizadas pela juventude via educação; em outras palavras, pelo processo de socialização política.

É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política. Por meio da interação do indivíduo com o seu ambiente, seja de maneira indireta ou direta, desenvolve determinados padrões de orientação e participação política (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977). Assim, os jovens são socializados por uma gama ampla de instituições socializadoras (amigos, colegas, parentes, grupos de referência), concomitantemente com sua experiência passada e cotidiana, em diferentes contextos e com modalidades distintas de resposta (via mecanismos formais convencionais ou informais – por exemplo, associações comunitárias etc.).

Dessa forma, a socialização é um processo complexo e múltiplo, já que pode ocorrer de forma distinta, dependendo do contexto que se analisa (HYMAN, 1959). Para Brim (1966), a importância dos papéis que a pessoa adquire ao longo de sua vida deriva do contexto político, econômico e social e das regras e normas que eles internalizaram para a estruturação de sua personalidade política.

As novas expectativas e comportamentos que ocorrem a cada novo papel que a pessoa adquire podem produzir uma reconstrução ou alteração na identidade pessoal do indivíduo (BRIM, 1966). A vida do ser humano em sociedade é permeada não somente pela socialização primária, mas também pela ressocialização. Tal processo, mais complexo do que apenas o aprendizado de valores, implica no estabelecimento de equilíbrio entre valores novos e antigos por meio da substituição e adaptação das normas e valores previamente adquiridos pela pessoa.

Nessa linha de análise, Sigel (1970) argumenta que a pessoa nasce não socializada, portanto, é necessário aprender as normas e leis que regulam uma sociedade. Nesse sentido, a socialização diz respeito ao processo de treino e desenvolvimento individual que conduz a pessoa ao aprendizado de

tais valores. É esse processo que proporciona as bases para a estabilidade e sobrevivência de um sistema social e político, pois é ele que molda o engajamento e comportamento dos seus cidadãos.

A este respeito, Easton e Dennis (1970) argumentam que o indivíduo cresce observando, na prática, o funcionamento do governo, e comparando-o com uma visão idealizada de como deveria ser. Tal comparação contribui para o desenvolvimento, ou não, da sofisticação política. Assim, o objetivo central dos estudos de socialização política é o de compreender a influência que diferentes agências (econômicas, sociais, culturais e políticas) têm no desenvolvimento de novos padrões atitudinais e comportamentais dos jovens, tendo, pois, a educação papel central nesse processo.

Esse ponto de vista era compartilhado por Lipset (1993), para quem a educação tem um efeito positivo no desenvolvimento de uma sociedade democrática e com estabilidade social. Mais recentemente, uma vasta literatura tem sido produzida sobre a qualidade das democracias contemporâneas e o papel do cidadão no processo de construção de novas formas de participação política e a possibilidade de constituição de culturas políticas mais direcionadas para um envolvimento político mais participativo e eficiente por parte da juventude brasileira.

Ao se discutir o tema da qualidade da democracia no Brasil como indutor de uma nova cultura política, é preciso fazer a ressalva de que a concepção de democracia contemporânea vai além da dimensão formal, precisando incluir a dimensão substantiva. Incluir essa dimensão desloca a atenção para o papel do cidadão na sustentação e fortalecimento do sistema democrático. Não é tarefa simples, entretanto, alcançar esse objetivo, pois a sociedade brasileira, apesar de avanços significativos na dimensão procedural da democracia, continua a evidenciar constrangimentos de natureza substantiva que se manifestam nas desigualdades social, política e econômica. Não é por acaso que pesquisas de opinião pública têm mostrado, ao longo dos anos, uma crescente insatisfação dos jovens com a democracia e o sistema político pela ineficiência em enfrentar os problemas mais estruturais da sociedade.

Nessa perspectiva, torna-se central na discussão sobre cultura política e democracia entender como os jovens internalizam normas e valores políticos e como esses elementos ajudam a construir uma imagem do mundo político desses segmentos e as expectativas que são geradas em relação ao futuro. Conceitos associados à decodificação do mundo político se referem ao grau de informação política, nível de engajamento político, eficácia política e grau de interesse político. Nessa perspectiva, é fundamental tentar desvendar quais as condições que motivam os jovens a formar identidades coletivas que levem a ação na tentativa de construir uma nova cultura política no país.

Um dos principais autores que examina essa questão é José Álvaro Moises (2010), o qual, ao avaliar as contribuições tanto da perspectiva institucional quanto da cultura política, conclui que, enquanto a dimensão normativa se refere à adesão da democracia como princípio ou valor ideal derivado da cultura política, a dimensão institucional diz respeito à satisfação dos cidadãos com o regime e a confiança que eles depositam nas instituições políticas.

Em primeiro lugar, é preciso entender como o processo de construção de uma cultura política se manifesta e quais são as implicações na formação de uma juventude politizada e que contribua para o fortalecimento democrático. Não é o caso de fazer uma revisão pormenorizada da teoria da cultura política. Isto já tem sido feito por vários autores (PATEMAN, 1989; BURBANO DE LARA, 2002; BAQUERO, 2011). O aspecto fundamental a ressaltar é de que uma cultura política participativa requer cidadãos com eficácia política e predispostos a se envolverem em iniciativas políticas que pressionem o Estado a proporcionar mais e melhores alternativas de oportunidades para um futuro melhor. Na ausência dessas predisposições, o tipo de cultura política que se estrutura se caracteriza pela desconfiança, passividade e indiferença.

A desconfiança dos jovens na política gera uma ambivalência comportamental que se manifesta nos diferentes níveis de adesão dos cidadãos ao regime. A confiança ou a desconfiança não se dão dentro de um vazio, mas resultam do tipo de aprendizado que os jovens internalizam sobre a política e suas instituições. Nesse contexto, assumem centralidade elementos históricos e socioculturais. A introdução de estruturas democráticas por si só não conduz ao fortalecimento de cultura política democrática. É o desempenho dessas instituições que catalisa, ou não, a confiança dos jovens nelas, produzindo, ou não, uma cultura política participativa.

Quando a cultura política apresenta uma assimetria entre avanços formais e estagnação política e social, a estrutura democrática se mostra instável, ambivalente e híbrida. Embora tal situação não represente um risco de ruptura institucional ou regressão política, não deixa de ser um aspecto que condiciona a baixa qualidade da democracia no país e compromete sua legitimidade.

Em trabalhos publicados recentemente, temos argumentado que instituições não são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento da democracia (BAQUERO, MORAIS, 2014; BAQUERO, 2012). É imperativo incorporar na equação democrática o apoio dos indivíduos. Para ilustrar este ponto, perguntamos como poderiam eleições mediadas por partidos, mesmo quando estáveis, mas que não representam o interesse das pessoas, serem consideradas plenamente legítimas? (BAQUERO, 2000; 2004; 2011). Desse modo, argumentamos que a compreensão da democracia e a formatação de uma cultura política juvenil precisam ir além da dimensão institucional. Assim, os desafios do fortalecimento democrático com base numa cultura política participativa juvenil se localiza em três aspectos principais, a saber: 1) como criar as condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; 2) como construir uma cultura política orientada pela legalidade e responsabilidade para estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável e 3) como superar os constrangimentos histórico estruturais que limitam o fortalecimento democrático e a construção de uma cultura política participativa, dando destaque à informação e ao conhecimento, ou, em outras palavras, à educação.

Nesse contexto, compreender o papel dos fatores históricos que influenciaram a construção de um tipo específico de cultura política e os valores e normas políticas internalizados pela juventude brasileira, subsidiaria a compreensão dos dilemas da constituição de uma sociedade democrática plena. Os constrangimentos de natureza histórica no Brasil são conhecidos, e, a seguir, faremos uma síntese dos principais.

2 Constrangimentos estruturais no desenvolvimento da cidadania juvenil no Brasil

O Estado brasileiro, ao contrário das nações europeias, nunca foi capaz de expressar sua própria história, razão pela qual tem sido, antes de mais nada, um receptor aberto da história do Ocidente desenvolvido. A sua origem e evolução privilegiou sempre a soberania doméstica, ou seja, um Estado internamente forte e externamente vulnerável às oscilações do mercado internacional. Tal situação foi propícia para o desenvolvimento de padrões verticais de autoridade, de modo que os gestores públicos dão mais atenção às pressões oriundas de fora do que às demandas sociopolíticas internas. Nessas condições, o Brasil aprendeu a conviver simultaneamente com avanços formais da democracia e estagnação política, os quais inibem a institucionalização da cidadania plena. Esse paradoxo explica porque novos padrões de participação política catalisados pela juventude não conseguem estabelecer raízes duradouras. Enclaves autoritários, fruto da influência de um passado que afeta negativamente o desenvolvimento da personalidade política, continuam vigentes no presente (GARRETON, 1990). Identificar e compreender o funcionamento desses fatores na estruturação de uma cultura política e do desenvolvimento da cidadania dos jovens torna-se imperativo.

Uma perspectiva teórica que prevaleceu no pensamento político brasileiro direcionou sua análise para o impacto dos fatores étnico -culturais na formação da sociedade brasileira. Denominada de abordagem culturalista, essa orientação teórica privilegiava o plano simbólico-ideológico, estudando como o poder político no Brasil se institucionalizou. Buscava-se, desse modo, identificar as raízes do caráter nacional da nação.

Autores que subscreveram esta linha de pesquisa foram: Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gilberto Freire, Guerreiro Ramos e Francisco Campos. Subjacente a essa abordagem, estava a premissa de que as matrizes estruturais da sociabilidade brasileira se constituam em entraves para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Para esses autores, fatores como o clientelismo, o personalismo e a incapacidade do povo de se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político eram responsáveis pelo atraso no desenvolvimento político da nação.

Nesse contexto, a evolução do Estado no Brasil não conduziria para o estabelecimento de um processo de socialização política que resultasse na institucionalização das bases de práticas republicanas e democráticas. Nessas condições, os valores que a juventude internalizaria seriam condicionados por práticas políticas negativas, não se constituindo, portanto, este segmento, em potencial inovador de uma nova cultura política participativa, pois os valores que estariam internalizando seriam de distanciamento e apatia política à semelhança dos jovens no passado. Assim, a prevalência de constrangimentos histórico-estruturais tendem a favorecer a desmobilização e a inércia, e não a participação cidadã. O legado que esta linha de pensamento deixou foi a ideia quase determinista de que, em virtude de uma cidadania despolitizada, o futuro do país estava destinado ao subdesenvolvimento político.

Esse legado, deu suporte ao surgimento da tecnocracia, a qual serviria de eixo catalisador do “desenvolvimento” do país a partir da década de 1950, colocando a participação popular em plano secundário.

A tecnocracia surge, portanto, como a principal ideologia para a promoção da industrialização no Brasil, de modo que o núcleo das decisões estatais ficou sob a responsabilidade dos técnicos insulados nas agências estatais. A delegação das decisões estratégicas para os tecnocratas possibilitou que a classe política utilizasse a política de clientela e do corporativismo para manter o poder político, configurando as condições para a institucionalização da hipertrofia do poder Executivo, o que desembocou no que se convencionou chamar de um Estado Patrimonialista (URICOECHEA, 1978).

Acerca deste tema, Raymundo Faoro (1989) argumenta que, do ponto de vista da incorporação da sociedade civil, o atraso político brasileiro tem a ver com a forma de estruturação da burocracia no país. Fruto do avanço sistemático do poder político no controle da economia e da diferenciação social, o patrimonialismo ou o mercantilismo estatal destruiu a institucionalização dos direitos individuais.

Esse conjunto de fatores da sociabilidade brasileira propiciou, segundo Buarque de Holanda (1992), o estabelecimento de quatro elementos que caracterizaram a organização social brasileira: ausência da tendência de autogoverno, a qual significava a ausência de solidariedade comunitária e de maneiras espontâneas de auto-organização política; virtudes inativas, ou seja, o ser social não reflete ativamente para transformar a realidade, mas procura uma razão externa a sua existência; e razão reflexiva, a qual provoca um pensamento que impede rompimentos, sustenta uma consciência conservadora e um domínio dos interesses pelas paixões.

De acordo com essa concepção, a sociabilidade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a ética da aventura. Originalmente, o caudilhismo e, posteriormente, o coronelismo, os quais implicavam a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do Estado foram delineadas.

Com efeito, na medida em que as relações afetivas ou familiares precederam a constituição do espaço público, o poder público incorporou uma dimensão personalista em que o carisma e a dependência do homem comum geraram uma atitude instrumental e de subjugação em relação à política.

Na década de 1980, a abordagem culturalista solidificou-se com a obra de Roberto DaMata (1993), o qual, ao examinar as causas da desigualdade e das formas de hierarquia existentes no Brasil, constatou o confronto da autoridade social, baseada, de um lado, no personalismo e na identidade vertical, e, de outro, na lei positiva. Nesse contexto, segundo DaMata (1993), enquanto o conhecido **medalhão** determina as iniciativas da ação coletiva, o personalismo, como modelo típico desse tipo de relações sociais, institucionaliza-se. Para DaMata (1993), portanto, a sociedade brasileira pode ser caracterizada como sendo híbrida, pois combina uma identidade horizontal, tipicamente ocidental e baseada no direito natural, com uma identidade vertical, característica das sociedades não ocidentais, nas quais predominam as tradições e a continuidade cultural.

Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência política brasileira tem se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva. O impacto do autoritarismo não permitiu que se desenvolvesse um

cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa. Após 1974, com o processo de abertura política, o país atravessaria fases com amplas manifestações de massa, dentre elas a marcha pelas diretas, em 1984; as manifestações pelo *impeachment* do presidente Collor; a CPI dos anões, e as várias CPIs que têm se instalado ao longo do tempo. Mobilizações semelhantes aparecem nos últimos cinco anos, tendo seu ápice em julho de 2013, com protestos em todo o país que obrigaram o governo a dar respostas às demandas dos jovens. Entretanto, esses acontecimentos, os quais, em outras circunstâncias, poderiam se constituir em matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia, e não no desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população.

Com base em dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), no período de 1990 a 2014 se pode observar que a participação política dos jovens entre 18 e 29 anos é mínima quando comparada com atividades de natureza religiosa ou de recreação.

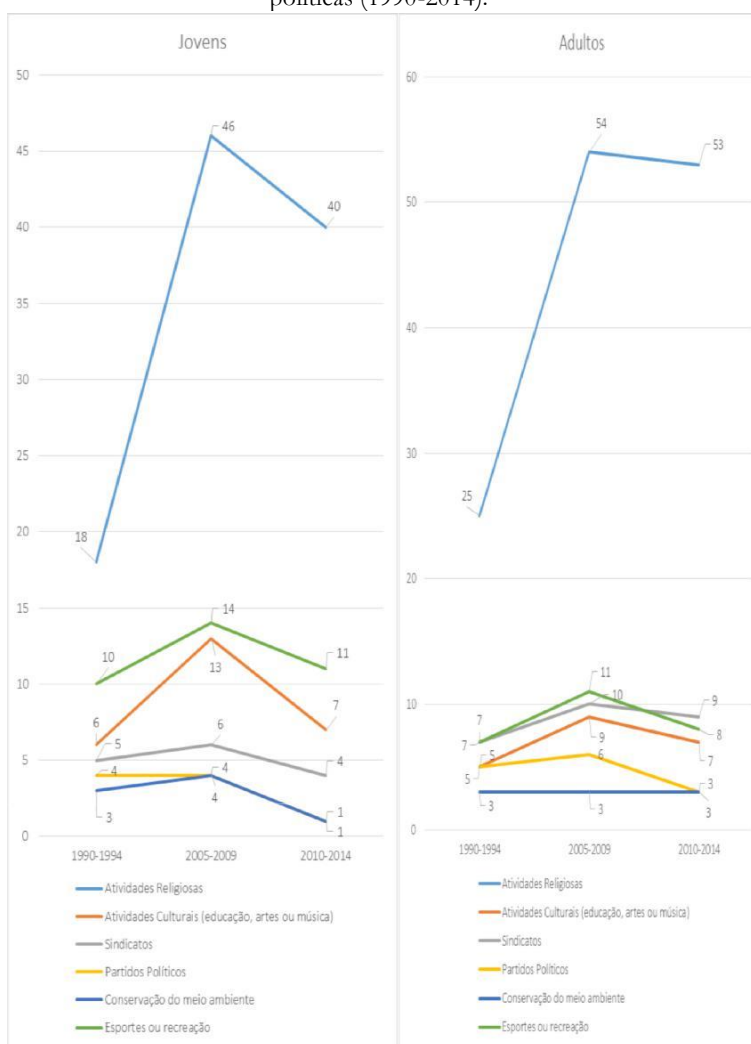
De igual maneira, ao

comparar a participação dos jovens com os adultos, os dados mostram que as diferenças não são consideráveis. Os dados do Gráfico I mostram, de forma contundente, que os instrumentos necessários para a construção de uma cultura política democrática com base na participação da juventude na política estão ausentes ou funcionam de maneira precária.

Para O'Donnell (1993) e Avritzer (2002), essa situação mostra que a construção de uma cultura política, seja ela responsiva ou não, depende dos hábitos instaurados na sociedade, sobretudo os que perduram por longo tempo. Os dados acima examinados sugerem que o hábito de participação política da população brasileira em instâncias políticas convencionais (partidos e sindicatos) é mínima e longe de ser a base sobre a qual poderia se pensar em constituir uma cultura política cívica. A principal diferença entre adultos e jovens radica em questões de iniciativas esportivas e de cultura. Chama a atenção o fato de haver pouca orientação por parte dos jovens para ações de natureza pós-materialista (INGLEHART, 1977), como se observa em questões relacionadas ao meio ambiente. Em síntese, os dados do gráfico examinado sugerem que, examinados os padrões de participação política nos últimos vinte anos, os jovens em pouco diferem dos hábitos participativos dos adultos.

Tais resultados nos levam a pensar que constituir uma nova cultura política com eficácia política baseada no protagonismo juvenil não parece ser uma tendência para o futuro. Se esta afirmação é plausível, a pergunta que surge é: até que ponto os meios de comunicação e, principalmente, as novas

Gráfico 1 – Participação de jovens e adultos em atividades sociais e políticas (1990-2014).



Fonte: Pesquisa Mundial de Valores, 1990-1994, 2005-2009 e 2010-2014.

tecnologias como a internet e a formação de redes sociais estão influenciando novos padrões de engajamento político dos jovens?

Nesse cenário, os novos meios de comunicação passaram a ocupar papel central nos debates sobre construção da democracia no Brasil e o papel dos jovens nesse processo, principalmente quando se leva em conta que as instituições tradicionais e formais de mediação política não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política. Na próxima seção examinamos como a TV e a internet exercem grande influência sobre os jovens quando comparados com a população como um todo.

3 Os efeitos dos meios de comunicação

Os meios de comunicação de massa possuem um importante papel na difusão de informações, pois, mesmo tendo como função social informar e orientar à crítica, “muitas vezes, a cultura midiática divulga determinado fato, mas, no entanto, direciona o enfoque segundo interesses particulares” (CRUZ, 2006, p. 78). Os estudos na área indicam que a política e a mídia estão cada vez mais entrelaçadas, visto que os meios de comunicação agenciam e potencializam os conteúdos culturais vigentes na sociedade. Esse entrelaçamento é sempre reforçado, pois o acesso às informações políticas é feito através das mídias (BEZERRA, 2007; LIMA, 2004; MATOS, 2009; MIGUEL, 1998; OLIVEIRA, 1999; REBELLO, 1996; RUBIM, 1994; SILVESTRIN, 2000; WOLF, 1995). Desde que os meios de comunicação assumiram esse papel de instituição política, os processos políticos não se efetivam sem eles.

Essa interação entre a comunicação e a política ficou evidente, nas duas últimas décadas, com o surgimento das novas tecnologias. Assim, a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política. Nesse contexto, a mídia eletrônica, especialmente a televisão e a internet, passam a configurar na virada do século como sendo os dois meios de comunicação preferidos dos brasileiros³.

Conforme Sangirardi (2013), a erosão de fronteiras entre gêneros informativos e de entretenimento permeou a política com novos enquadramentos, apresentando-a de maneira mais informal que o formato tradicional do jornalismo, e, com isso, estas manifestações alcançariam, sobretudo, o público formado pelos mais jovens.

Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade estão divididos entre a teoria dos efeitos negativos e a teoria da mobilização. A primeira teoria, dos efeitos negativos⁴, trabalha com a perspectiva segundo a qual os meios de comunicação interferem de forma negativa no aprendizado dos assuntos públicos, diminuindo a confiança no governo e na participação política. A segunda teoria, relacionada à mobilização⁵, acredita no poder de mobilização política das mídias.

A perspectiva dos efeitos negativos começou com os estudos de efeitos mínimos da mídia na opinião pública durante a década de 1960, mas foi ganhando força pós-Vietnã e pós-Watergate e, segundo Norris (2000), impactou no crescimento da alienação dos cidadãos. Mas foi a partir de 1990 que essa perspectiva se ampliou, com as críticas aos meios de comunicação.

Acerca dessa alienação, fruto do questionamento das instituições políticas representativas, pressupunha-se que seria superada com um novo papel da mídia, embora esse não seja o seu papel (PATTERSON, 1998). Apesar de reconhecer que a mídia deve se restringir a informar, e não a formar a opinião pública, o autor vê uma ampliação inevitável das funções da mídia para além da ação de informar, vigiar o poder público e a condução da agenda pública.

Nessa linha de análise, Putnam (1995) corrobora a teoria dos efeitos negativos. O autor identifica a televisão como a principal responsável – sobretudo, o consumo de entretenimento – pela

³ Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2014, p. 7), "o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%".

⁴ Alguns autores dessa posição são: Patterson (1998; 2000), Mervin (1998), Negrine (1996), Capella e Jamieson (1997) e Putnam (1995).

⁵ Alguns autores dessa posição são: Norris (1999), Newton (1999) e Matos (2007).

degradação do capital social nos Estados Unidos. Para Putnam, a televisão destruiu o capital social por meio da substituição das atividades sociais e de lazer fora de casa, além de ser responsável por uma visão mais cínica em relação à democracia. Os dados apresentados para mostrar essa tendência constataram que, para cada hora adicional assistindo televisão, significa uma redução de, aproximadamente, 10% de ativismo cívico. Para além da TV, Putnam também aponta a internet como maléfica para o engajamento cívico.

No que diz respeito à internet, vários estudos têm apontado os efeitos negativos nos padrões de consumo de informação⁶. Este tipo de nova tecnologia estaria provocando mudanças políticas nos países democráticos, principalmente em relação às campanhas políticas e captação de recursos e, para Plattner (2012), as novas mídias estariam, acima de tudo, afetando a maneira como a opinião pública é formada e transmitida. Por isso, atualmente, a internet vem se constituindo num tema controverso pelos efeitos que teria em relação ao declínio do capital social. Nesse sentido, Putnam (2002) já enfatizava que, em relação à internet, os americanos estão tecnologicamente avançados, ao mesmo tempo em que estão socialmente mais isolados. É preciso, entretanto, relativizar a influência da internet para não considerá-la como sendo socialmente desmotivadora. Putnam lembra que em 1996, quando 10% dos americanos tinham acesso à internet, o baixo vínculo social e nível de engajamento cívico na América já existiam há 25 anos. Por esse motivo, ressalta que não é possível afirmar que as relações sociais simplesmente se deslocaram do espaço físico para o virtual. Nesse sentido, "a internet poderia fazer parte da solução do problema cívico ou ainda exacerbá-lo, mas a revolução cibernética não o provocou" (PUTNAM, 2002, p. 47).

Como alternativa a estas perspectivas negativas em relação ao consumo dos meios de comunicação, em especial a TV e a internet, a teoria da mobilização identifica os efeitos positivos e negativos de cada mídia, para que seja possível fazer uma análise mais aprofundada dos seus efeitos (NORRIS, 2000). Para Norris, apesar das grandes mudanças na indústria das notícias, não existe uma clareza de que isso tenha deteriorado a cobertura política e causado efeitos negativos da população.

O que fica claro é que as duas teorias, tanto de efeitos negativos quanto de mobilização, não podem ser mutuamente excludentes. É necessário relativizar os efeitos dos meios de comunicação, pois é perceptível que os conteúdos veiculados podem ocasionar tanto efeitos negativos quanto positivos. O contexto histórico, social e político, além da cultura política de cada país ou região, necessitam ser avaliados, bem como fatores relacionados à idade, sexo, religião, renda e escolaridade. Não se pode negar o papel de informar que os meios de comunicação possuem, constituindo-se um aspecto positivo, visto que o advento tecnológico permite ao cidadão se informar sobre os acontecimentos em todos os níveis, e durante 24 horas por dia, seja via TV ou acessando a internet.

4 Internet, redes sociais e jovens

O que está claro no mundo contemporâneo é que tanto a televisão quanto a internet desempenham papel fundamental na disseminação de informações e na decodificação dessas no processo de estruturar novas identidades coletivas de natureza virtual por meio da formação de redes sociais. Assim, pode-se verificar como a internet e seus usos podem promover a identidade cultural dos jovens, contribuindo para o processo de construção de valores sociais.

A utilização da internet como meio de comunicação e de compartilhamento de informações por meio de Redes Sociais (Orkut, Facebook, Google+, Twitter, Youtube, MySpace, Whats App) é um espaço em que a informação se propaga rapidamente. Por isso, torna-se um desafio constante para os cientistas sociais prever a influência e o alcance de qualquer informação colocada nestas redes, pois a sua veiculação está vulnerável ao interesse de acesso dos usuários. Para isso, basta possuir um perfil que o identifique dentro da rede. Ainda assim, pode comunicar-se, publicar informações e informar-se sobre qualquer conteúdo que esteja ali operacionalizado, inclusive conteúdos relacionados à política dentro dessas redes sociais.

⁶ Dentre os autores que trabalham com o impacto da internet no capital social citamos: Recuero (2009; 2012), Primo (2013) e Norris (2001).

As relações experimentadas dentro dessas redes caracterizam outra forma de sociabilidade, pois possuem características específicas, proporcionadas pelo mundo virtual. Dessa forma, se ampliam os vínculos sociais e criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELS, 2010, p. 446). Para Thompson e Hickey (2005), as novas tecnologias agem de forma diferente dos outros meios de socialização terciários – televisão e outros agentes de mídia, como rádio, jornais etc. –, isto porque as novas tecnologias não favorecem somente a transmissão de informações, mas também isolam o indivíduo.

É nesse contexto que as redes sociais têm se constituído num dos meios mais populares de compartilhamento de informações, de relacionamentos pessoais e a base sobre a qual novas identidades coletivas anônimas são formadas. Conforme Machado e Tijiboy (2005, s/p.), esses softwares sociais são os programas que funcionam como mediadores sociais que, por sua vez, favorecem a criação de redes de relacionamentos “através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os ‘eus’ privado e público”.

Essas redes sociais se caracterizam por serem comunidades interpessoais, ou seja, não se objetivam por relacionar os tipos específicos de interesses dos usuários por questões políticas. As redes sociais da internet têm os seus usuários, majoritariamente, “centrados em um padrão ego centrado de relacionamentos” (AGUIAR, 2007, p. 1). De acordo com a autora, os padrões de relacionamento encontrados nessas redes diferem substancialmente dos encontrados nas estruturas de redes conhecidas pela literatura e desenvolvidas nas redes sociais fora do mundo virtual. Assim, é esperado que se tenha, dentro do número de contatos, maior proximidade com alguns, resultando vínculos fortes e duradouros, ou apenas vínculos fracos (AGUIAR, 2007).

O estudo de Recuero (2005) busca identificar nesse contexto de relacionamentos a formação de Capital Social entre os usuários de uma rede social, o Orkut, desde que estes estejam fundamentados em outros espaços. Nas comunidades do Orkut – um dos aplicativos de interação do site –, a autora identifica que existem laços associativos entre os usuários, sendo que estes não precisam interagir com outros usuários ou comunidades se assim não o quiserem. Para Recuero (2005), contudo, no Orkut os índices de Capital Social se encontravam pouco solidificados, enquanto que em redes de blogs é possível identificar grupos mais sólidos e densos que proporcionam capital social mais sedimentado.

Com relação aos jovens, pesquisas tem se proposto a investigar como a internet pode vir a se constituir como um agente da socialização política. Yang e Rhee (2010) avaliaram como os novos usos atribuídos à internet têm refletido nos padrões de comunicações familiares. Segundo essa pesquisa, desenvolvida com jovens estudantes da Coreia do Sul, a internet é a fonte de informação de grande parte das conversas familiares com relação à política e iniciadas pelos estudantes em casa. Contudo, os autores identificam que os tipos de relações de comunicação estabelecidas no cotidiano das famílias possuem um efeito maior sobre a intensidade das conversas familiares acerca da política quando comparadas com o efeito isolado do acesso à internet feito pelos jovens.

No caso dos jovens brasileiros, é perceptível que estes consideram cada vez menos os partidos como uma opção para o engajamento político. Nessas circunstâncias, o uso da internet como meio de mobilização poderia possibilitar que as redes sociais se constituam em espaços mais estimulantes para promover o engajamento político dos jovens. Este uso das novas tecnologias para finalidades sociais e políticas por parte da juventude é bastante semelhante ao uso das velhas tecnologias por outras gerações (HERRING, 2008). Por isso, para compreender essa chamada “geração digital”, não é suficiente considerar o uso das novas tecnologias e a construção de identidades através das redes sociais, mas sim à luz das mudanças, como, por exemplo, a economia política da cultura juvenil, as políticas sociais e culturais, as práticas para regular a vida dos jovens e as suas realidades (BUCKHINGHAM, 2008).

Neste sentido, há um campo aberto para realização de estudos que possam captar a amplitude e as sutilezas das distintas formas e conteúdo de participação e dos engajamentos juvenis. As redes sociais da internet e o denominado cyberativismo são fronteiras novas e pouco exploradas para o desenvolvimento de estudos que possam captar os sentidos da participação juvenil contemporânea (CARRANO, 2012).

É importante ressaltar

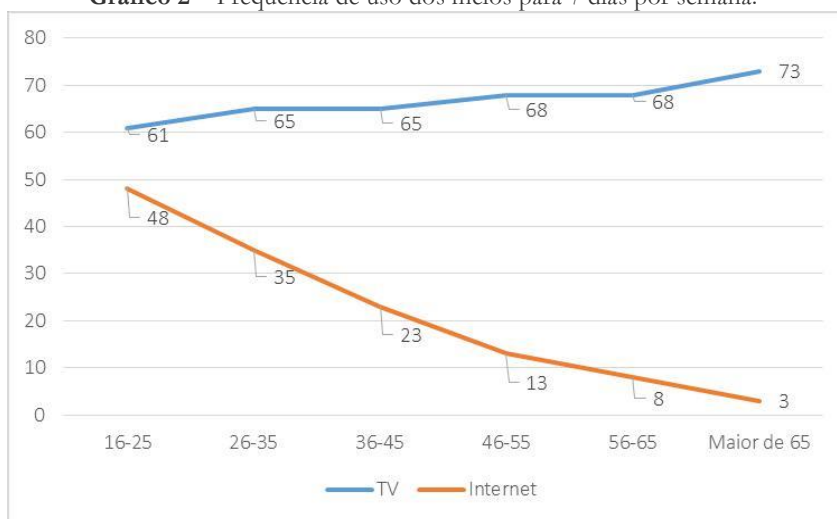
que, mesmo a internet ganhando cada vez mais espaço entre os jovens, quando comparado com a influência da televisão, se situa em segundo lugar, conforme pode ser constatado no Gráfico 2.

Os dados mostram que, apesar do uso da internet ser maior entre os mais jovens quando comparado aos mais velhos, a TV continua sendo o meio predominante entre todas as faixas etárias, o que acaba mantendo

determinados padrões de comportamento ao longo do tempo. É essa interação que precisa ser mais bem compreendida, pois se cruzam informações convencionais que obedecem a uma lógica estabelecida e normas e valores tradicionais disseminados pela televisão com novos valores e normas decorrentes de novas formas de sociabilidade e constituição de identidades coletivas propiciadas pela internet.

No Gráfico 3, apresentamos as diferenças entre jovens e adultos no que se refere ao meio preferido para se manter informado sobre assuntos de natureza política.

Gráfico 2 – Frequência de uso dos meios para 7 dias por semana.



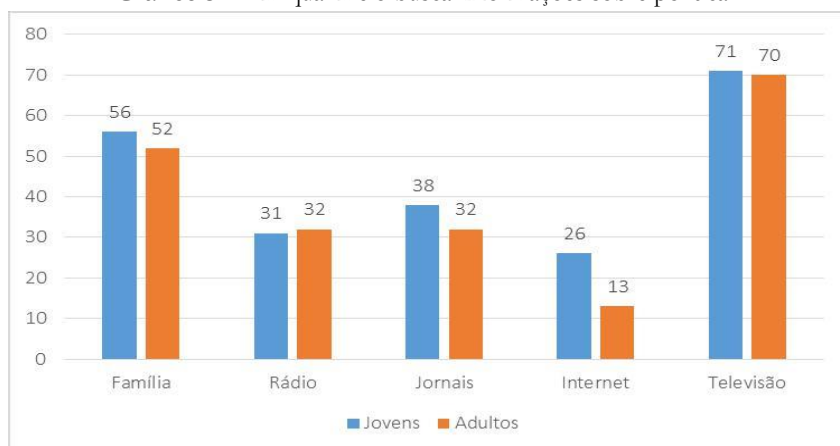
Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014.

Fonte: Latinobarometro, 2010.

Os dados do Gráfico

3 nos mostram a importância que a TV tem como fonte de informação, sendo considerada como o meio preferido por 71% dos jovens, entre 18 e 29, comparado com 70% dos adultos entre 30 e 99 anos. Uma vez que as diferenças entre jovens e adultos são relativamente pequenas, isto pode estar sugerindo que temos um longo caminho pela frente antes de chegar a conclusões

Gráfico 3 – Em qual meio busca informações sobre política.



definitivas sobre o papel mobilizador, catalisador de novas identidades coletivas e, sobretudo, como dispositivo de formação de uma nova cultura política juvenil propiciada pela internet e a constituição de redes sociais.

5 À guisa de conclusão

Atualmente, o impacto das novas tecnologias de mídia (internet) se constitui num dos mais discutidos temas no campo das ciências sociais. No entanto, pouco ainda se sabe conclusivamente sobre seu impacto na reestruturação de normas e hábitos da população, sobretudo dos jovens. Não há dúvida quanto ao acesso quantitativo a esta ferramenta por parte dos jovens, no entanto, é cedo para afirmar que tal dispositivo propiciará as bases para a constituição de uma cidadania juvenil mais participativa e efetiva na construção de uma nova cultura política. Neste trabalho, apontamos dois fatores que, a nosso ver, se constituem em constrangimentos do desenvolvimento democrático

79

contemporâneo no Brasil, a despeito da disponibilidade de novas tecnologias de mídia, sobretudo a internet. O primeiro se refere à influência de legados histórico-estruturais que mantêm inalterados padrões atitudinais e comportamentais que, num passado recente, foram danosos para o fortalecimento democrático no país, e que ficou demonstrado nos dados sobre participação; o segundo diz respeito aos efeitos negativos que o mal uso de novas tecnologias de mídia pode provocar para o desenvolvimento de uma cultura política participativa.

Esses alertas escancararam a necessidade de empreender mais pesquisas sobre a forma como os jovens internalizam normas e valores no mundo contemporâneo e qual será o potencial efeito no futuro, no sentido de solidificarem eficácia política. Assim, torna-se oportuno estimular pesquisas e estudos sobre a socialização política dos jovens como um processo contínuo que se alastra durante toda sua vida (SIGEL, 1970). Nessa perspectiva, a socialização política precisa ser pesquisada tanto do ponto de vista da juventude quanto da vida adulta para poder avaliar a magnitude de mudanças nas atitudes e comportamentos em relação à política.

Esforços nessa direção proporcionariam subsídios teórico-práticos para superar os obstáculos que limitam a estabilidade e legitimidade democrática no país. Para Nazzari (2006), por exemplo, a relação que a pessoa estabelece com a democracia, e assim, com sua participação política, é um reflexo da socialização imposta pela sociedade e os quesitos que a compõem.

Referências

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

ALMOD, Gabriel e VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

AVRITZER, L. **Democracy and Public Space in Latin America**. Princeton, Princeton University Press. 2002.

BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento eleitoral: uma análise da situação brasileira. **Paper apresentado no Seminário: Democracia: teoria e prática**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 20-22 de setembro de 2000.

BAQUERO, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade**. Florianópolis, n. 5, p. 165-186, out. 2004.

BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In: BAQUERO, Marcello. **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-15.

BAQUERO, C. M. J.; MORAIS, J. A. Inertial democracy, political parties and political culture in Latin America. In: **23º World Congress of Political Science**, 2014, Montreal. Anais do 23º World Congress of Political Science, 2014.

BAQUERO, C. M. J.; BAQUERO, R. . . Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate** (Belo Horizonte), v. 4, p. 19-25, 2012.

BRIM, O. G., Jr. Socialization through the life cycle. In O. G. Brim, Jr., and S. Wheeler. **Socialization after childhood**. New York. Wiley, 1966, p. 1-49.

BUCKINGHAM, David. **Youth, Identity, and Digital Media**. Edited by David Buckingham. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

BURBANO DE LARA, Felipe (org). **Democracia, gobernabilidad y cultura política**. Flacso. Equador, 2002, p. 449.

CAPPELLA, Joseph N.; JAMIESON, Kathleen Hall. **Spiral of Cynicism**. The press and the public good. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. In: **Revista O Social em Questão**, ano XV, n. 27, 2012. p-83-100.

DAMATA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco. 1993.

HERRING, S. **Questioning the generational divide: technological exoticism and adult constructions of online youth identity**. Youth, Identity and Digital Media. D. Buckingham. Cambridge. The MIT Press: 71-92. 2008.

DAWSON, Richard E., PREWITT, Kenneth, DAWSON, Karen S. **Political socialization: an analytic study**. Little, Brown, 1977. p. 220

DEWEY, John. Democracy and Education. 1916. Disponível em: <<http://www.studenthandouts.com/Texts/dewey1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy**. New York: McGraw-Hill. 1970.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro, Globo, 1989.

GARRETON, Manuel. La democracia entre dos épocas: América Latina em 1990. **Foro Internacional** 32, n. 1, 1991, p. 147.

GRAEBER, David. **The democracy Project: A history, a crisis, a movement**. New York. Spiegel and Grau, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio: José Olympio, 1992.

HYMAN, Herbert. **Political socialization: a study of the psychology of political behavior**. New York, NY, US: Free Press, 1959, p. 197.

KRASTEV, Ivan. From politics to protest. *Journal of Democracy*. v. 25, n. 4, October 2014, p. 5-19.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1977.

LATINOBAROMETRO. Data Base 2010. In: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 5 out. 2014.

- LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- LIPSET, Seymour M. 1994. The Social Requisites of Democracy Revisited: 1993 Presidential Address. **American Sociological Review**. 59: 1-22, doi:10.2307/2096130.
- MACHADO, Joicemegue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**, v. 3 n. 1, maio, 2005.
- MATOS, Heloiza. Capital social, Internet e TV: Controvérsias. **Organicom**, ano 5, n. 8, 2007. p. 24-35.
- MATOS, Heloiza. **Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.
- MERVIN, David. “The news media and Democracy in the United States”. In: RANDALL, Vicky (ed.). **Democratization and the Media**. London/Portland: Frank Cass, 1998.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 à 1998. In: **Comunicação Política**. n.s., v.XI, n. 2, 1998, p. 119-137.
- MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.
- NAZZARI, Rosana K. **Juventude Brasileira: capital Social, cultura política e socialização política**. CASCAVEL. EDUNIOESTE. 2006.
- NEGRINE, Ralph. **The Communication of Politics**. London/Thousand Oaks/New Dehli: Sage, 1996.
- NEWTON, Kenneth. “Mass media effects: mobilization or media malaise?” **British Journal of Political Science** 29, 4, 1999.
- NORRIS, Pippa. “Does television erode social capital? A reply to Putnam”. **PS – Political Science and Politics**, XXIX, 1996.
- NORRIS, Pippa et al. **On Message: communicating the campaign**. London/Thousand Oaks/New Dehli: Sage, 1999.
- NORRIS, Pippa. **A Virtuous Circle: political communications in post-industrial democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NORRIS, Pippa. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge University Press: Cambridge. 2001.
- O'DONNELL, Guillermo. On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: Latin America View with Glances at some Post-communist Countries. In: **World Development**, v. 21, n. 8, 1993, p 1355-1369.
- OLIVEIRA, Luiz A. A disputa política na televisão. **Dissertação de mestrado**, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, 1999.
- PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOD, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs.). **The civic culture revisited**. California: Sage, 1989. p. 57-102.

PATTERSON, Thomas. **The Mass Media Election**: how Americans choose their President. New York: Praeger, 1980.

PATTERSON, Thomas. "Time and News: the media's limitations as an instrument of Democracy". **International Political Science Review**, 19(1), 1998.

PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

PLATTNER, Marc. Media and Democracy: The long view. **Journal of Democracy**. v. 23, n. 4, October 2012, p. 62-73.

PRIMO, A. **Interação Mediada por Computador**: A comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PRIMO, Alex (Org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2013.

PUTNAM, Robert. "Tuning in, Tuning out: the strange disappearance of social capital in America". **PS – Political Science and Politics** XXVIII (4), 1995.

PUTNAM, Robert. **Solo en la bolera**. Colapso y surgimiento de la comunidad norte-americana. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RESNICK, D. e CASALE, D. Young populations in young democracies: Generational voting behavior in sub-Saharan Africa. **Democratization**, 2013.

REBELLO, Monica M. C. **Campanhas eleitorais em foco**: a construção das imagens. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas, 1996.

RECUERO, Raquel. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. **Razón y Palabra**, v. 52, p. 2006, p. 1-15,.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RUBIM, Antônio A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, H. **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

SANGIRARDI, Pedro. Comunicação política digital e comportamento eleitoral: considerações sobre a hipótese de revalidação da teoria dos efeitos limitados. In: **Anais do 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura**. 2013.

SCHMIDT, Eric e COHEN, Jared. **The new digital age**: reshaping the future of people, nations and business. New York. Alfred A. Knopf, 2013.

SIGEL, Roberta. Assumptions about learning political values. Roberta Sigel. 1970. In: GREENBERG, Edward S. **Polítical socialization**. Atherton Press, Controversy Series, New York, 1970. 19-23.

SILVESTRIN, Celsi B. **Gênero, política e eleições**. (Tese de Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

THOMPSON, William E.; HICKEY, Joseph V. **Society in Focus: An Introduction to Sociology**. Prentice Hall PTR, 2005.

URICOECHEA, F. **O Minotauro Imperial**. São Paulo: Difel, 1978.

WVS. Pesquisa Mundial de Valores. Data Base 1990 -1994, 2005-2009, 2010-2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>. Acesso em: 10 out. 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa, Portugal: Bragança, 1995.

YANG, J. e RHEE, J. The Internet as an Agent of Political Socialization: The relationship between Internet news use, political socialization, family discussion, and family communication pattern. **Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association**, Suntec Singapore International Convention & Exhibition Centre, Suntec City, Singapore, Jun 21, 2010. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p405195_index.html>. Acesso em: 6 mai. 2014.

JUVENTUDE E GÊNERO: EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PR.

Luciana Vargas Netto Oliveira¹

Silvio Antônio Colognese²

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar as relações entre juventude e gênero, a partir de três variáveis: educação, trabalho e renda. A pesquisa tem abordagem quanti-qualitativa, os dados foram coletados em fontes secundárias e os sujeitos perfazem a totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes na microrregião de Toledo (composta de 21 municípios), localizada na região Oeste do estado do Paraná. Os resultados indicam que as jovens do sexo feminino estão alcançando maiores níveis de escolaridade do que os do sexo masculino; no entanto, elas apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho e salários comparativamente mais baixos.

Palavras-Chave: Juventude; Gênero; Educação; Trabalho; Renda.

Abstract: The objective of this work is to analyze the relationships between youth and gender, based on three variables: education, work and income. The research has a quanti-qualitative approach, the data were collected in secondary sources and the subjects are the youths' totality between 18 and 29 years old, residents in the geographic micro-region of Toledo (composed of 21 municipal districts), located in the West area of the state of Parana. The results indicate that the female youths are reaching larger education levels than the male; however they present comparatively more difficulties of entering the job market and present lower wage than the male.

Keywords: Youth; Gender; Education; Work; Income.

Introdução

A importância da juventude baseia-se na comprovação de que se trata de um período de construção de identidades e de definição de projetos de futuro (NOVAES, 2009). Para que essas transições sejam possíveis, o jovem, compreendido como sujeito de direitos humanos fundamentais, deve ter satisfeitas suas necessidades básicas no que diz respeito à saúde e alimentação, educação, esporte, cultura e lazer, profissionalização e preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

O reconhecimento do papel da juventude no cenário brasileiro ganhou maior visibilidade a partir dos anos 2000, ocasião em que os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, lançaram e aprovaram o Programa de Ação Mundial para a Juventude, cujo fundamento é o reconhecimento que os jovens, assim como suas visões e aspirações, são elemento essencial para enfrentar os desafios impostos às sociedades e às futuras gerações³.

A partir dessas diretrizes e de um processo de mobilização da sociedade e do Estado brasileiros, gestou-se a proposta de uma Política Nacional de Juventude, aprovada em 2006, produto de um trabalho coletivo que envolveu ministérios, secretarias, organizações não governamentais e

¹ Graduada em Serviço Social e em Direito, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2005), Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (2014). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo, PR) e membro do Grupo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da Criança e do Adolescente (Unioeste/Campus de Toledo, PR).

² Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997) e docente efetivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus de Toledo –, onde é professor permanente do Mestrado em Ciências Sociais.

³ UNITED NATIONS. **The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond**. Tradução livre. Disponível em: <<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

representantes de jovens de todo o país. Esse documento, cujo fundamento norteia-se em “gerar oportunidades e assegurar direitos”, elenca um rol de desafios para atingir a seguinte finalidade:

[...] ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais. (BRASIL. SNJ, 2009, p. 8).

No entanto, apesar da existência de tratativas internacionais sobre o tema e de recentes tentativas de políticas públicas relativas à população jovem no Brasil, esses instrumentos ainda estão em suas primeiras iniciativas e a realidade encontrada demonstra que, na vida de milhões de jovens brasileiros, coexistem as mesmas contradições presentes na sociedade. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, dos locais de moradia, das disparidades entre espaço urbano e rural, das desigualdades entre regiões do mesmo país, dentre outros fatores. Além disto, há também as desigualdades de gênero, preconceitos e discriminações em relação a etnias, orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos e, até mesmo, relativos a torcidas organizadas (NOVAES, 2009).

Nesse sentido, o propósito do estudo⁴ é analisar as relações entre juventude e gênero, a partir de três variáveis: educação, trabalho e renda. A investigação caracteriza-se por uma abordagem de análise quanti -qualitativa, com dados coletados em fontes secundárias⁵ de janeiro a dezembro de 2013, e os sujeitos da pesquisa consistem na totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes na microrregião geográfica de Toledo, localizada na região Oeste do Estado do Paraná e composta de 21 municípios. Para a amostra foram delimitados, a partir de critérios objetivos⁶, os seis municípios que apresentaram maiores índices de desenvolvimento econômico e social⁷.

1 Juventude e relações entre gênero, educação, trabalho e renda

No contexto brasileiro, a educação é considerada um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme estabelece o art. 205 da Constituição Federal de 1988. No seu sentido mais amplo, o processo educativo não se limita ao sistema escolar – embora este seja fundamental para se atingir os objetivos de uma educação de qualidade –, mas se estende aos aspectos culturais, esportivos e de lazer, acesso à informação e à educação para a cidadania. O desafio dos países e regiões é propiciar oportunidades iguais a todos para o acesso e permanência com qualidade no sistema educativo, além de oferecer às crianças, adolescentes e jovens as mais diversas atividades em diferentes espaços que permitam o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Considerando sua importância, a questão do acesso e permanência de crianças, jovens e adultos em um sistema educacional de qualidade tem sido, cada vez mais e de forma geral, reconhecida como essencial pelos países e pelos Estados-membros da UNESCO que, no ano 2000, conceberam o projeto

⁴ Produzido a partir dos resultados da Tese de Doutorado intitulada “Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.”, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo), em fevereiro de 2014. Autora: Luciana Vargas Netto Oliveira. Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese.

⁵ As principais fontes foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos e PNADs disponíveis); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Secretaria de Educação do Estado do Paraná, dentre outros.

⁶ Os critérios foram: Produto Interno Bruto (PIB) per capita; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM); Consumo de energia elétrica; Taxa de analfabetismo entre os jovens de 20 a 29 anos (IBGE, 2010).

⁷ A saber: Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Palotina, Quatro Pontes e Toledo.

“Educação para Todos”⁸, o qual possui, entre outros objetivos: “Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos” e “Avaliar a paridade e a igualdade entre os sexos na educação” (UNESCO, 2013b, s/p.). Assim, investigações específicas devem ser realizadas no que diz respeito às diferenças de gênero entre os jovens, principalmente relativas à educação.

Recentes dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2012) no Brasil demonstram que, em todo o país, a situação das jovens do sexo feminino de 15 a 29 anos que não trabalham e nem estudam (denominada pelo IBGE de jovens “nem-nem”) é ainda mais preocupante do que a dos jovens do sexo masculino, pois entre a totalidade desses jovens, 70,3% são do sexo feminino. Para a realidade da microrregião de Toledo, observa-se que o denominado “hiato de gênero”⁹ vem sendo, paulatinamente, superado, pois, historicamente, as mulheres foram relegadas a um papel secundário no que diz respeito ao acesso à educação.

Em relação aos jovens analfabetos, observa-se no Quadro 1 uma relação de maioria

do sexo masculino (54,29%), porcentagem ainda maior quando se trata do Ensino Fundamental incompleto (58,54%) e um total de 55% de jovens do sexo masculino com o Ensino Fundamental completo. Por outro lado, as jovens do sexo feminino nitidamente alcançaram patamares mais elevados de escolaridade, perfazendo um total de 52,85% no nível de Ensino Médio completo e de 62% no Ensino Superior, denotando um avanço em termos de acesso à educação. Contraditoriamente, as possíveis dificuldades de colocação no mercado

Quadro 1 – Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Nível Escolaridade	Sexo				
	Masc.	%	Fem.	%	Total
Analfabeto (a)	171	54,29%	144	45,71%	315
E. Fund. Incompleto	4.501	58,54%	3.188	41,46%	7.689
E. Fund. Completo	5.565	55,04%	4.546	44,96%	10.111
E. Méd. Completo	9.993	47,15%	11.199	52,85%	21.192
Ens. Superior	2.202	38,00%	3.593	62,00%	5.795

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

Total	22.432	49,74%	22.670	50,26%	45.102
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

de trabalho parecem favorecer a continuidade dos estudos às jovens do sexo feminino.

Barroso (2004) destaca que, em todas as partes do mundo, o empoderamento das mulheres está associado a níveis mais elevados de escolaridade, pois elas adquirem maior capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e de suas famílias. Assim, as mulheres que galgam níveis mais elevados de educação aproveitam melhor as oportunidades existentes e os serviços disponíveis, aumentando o potencial de geração de renda da família, decidindo de forma autônoma sobre a própria fertilidade e participando de forma mais ativa na vida pública. Este parece ser um dos aspectos significativos observados nos níveis de escolaridade das jovens mulheres da microrregião de Toledo.

Apesar dos avanços encontrados na microrregião em relação ao acesso das jovens ao Ensino Superior, não foi possível estabelecer a relação entre gênero e áreas de formação. Historicamente, as mulheres ingressam em maior número em carreiras de nível superior ligadas à área de Saúde, Educação, Serviço Social, dentre outras das Ciências Humanas e Sociais. Barroso (2004) afirma que, mesmo muitos anos depois do movimento feminista ter denunciado os estereótipos de gênero nos materiais didáticos e nas maneiras – sutis ou não – de influenciar as meninas para que evitem a área das Ciências Exatas, a escola, de modo geral, ainda colabora para que isso ocorra. Atualmente, dentro do contexto social e escolar, ainda há poucos programas que procuram questionar o papel e a divisão sexual do trabalho.

⁸ O movimento “Educação para Todos” (EPT) constitui-se num engajamento global que visa assegurar uma educação de base e de qualidade a todas as crianças, jovens e adultos. Concebido durante o Fórum Mundial sobre a Educação (Dakar, 2000), 164 países defenderam a ideia da EPT e identificaram seis objetivos a serem atingidos até 2015. O movimento procura engajar não somente os governos, mas as agências de desenvolvimento, a sociedade civil e os setores privados em busca desses objetivos (UNESCO, 2013b). Maiores detalhes sobre a EPT podem ser obtidos em: <<http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>>.

⁹ Fenômeno observado na educação brasileira baseado no fato de as taxas de alfabetização e dos demais níveis de educação dos homens serem historicamente superiores aos das mulheres (BELTRÃO; ALVES, 2009).

A partir desse panorama da realidade educacional, exposto em termos do nível de escolaridade existente entre os jovens em relação às diferenças de gênero, entende-se que governos municipais e sociedade organizada da microrregião de Toledo devam estar atentos às estratégias e políticas públicas para reduzir as desigualdades de acesso à educação e oferecer meios para o desenvolvimento de competências destes e destas jovens a fim de evitar sua inserção em empregos pouco qualificados e mal remunerados.

As particularidades do trabalho e as relações de gênero entre os jovens da microrregião de Toledo são relevantes para demarcar que os avanços das mulheres no campo educacional, como observado anteriormente, não podem ser analisados fora do contexto mais amplo, pois nem sempre foram acompanhados por conquistas no mercado de trabalho e em termos salariais. A investigação relativa à inserção dos jovens no mundo do trabalho teve por base os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). As questões realizadas pelos recenseadores fazem parte de um formulário padronizado pelo órgão de pesquisa e, a partir delas, o IBGE intencionou saber, primeiramente, quantos postos ou locais de trabalho as pessoas possuem, pois, nem sempre, uma colocação é suficiente, ou, em casos de várias profissões, como professores(as) ou enfermeiros(as), por exemplo, é comum que eles trabalhem em diferentes locais, simultaneamente. Observemos o Quadro 2:

Quanto às jovens que declararam não estar trabalhando – lembrando que a questão feita pelo IBGE não detalha se o(a) entrevistado(a) estava ou não procurando trabalho, ou mesmo se não estava trabalhando no momento da pesquisa por opção

– elas se encontram em maioria em todos os municípios da amostra. Considerando-se a totalidade dos municípios pesquisados, observa-se duas vezes mais jovens do sexo feminino (67,79%) do que os do sexo masculino sem trabalho. No detalhamento desses dados, em dois dos menores municípios pesquisados (Maripá e Quatro Pontes), esse índice chegou à relação de três jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem trabalho (25% homens e 75% de mulheres). Quanto aos jovens que declararam possuir um posto de trabalho, a relação de gênero é mais equilibrada, porém, com tendência à maioria (média de 54%) de jovens do sexo masculino em todos os municípios. Na categoria de dois ou mais trabalhos, tem-se certo equilíbrio entre os sexos, também com leve tendência à maioria dos jovens do sexo masculino (em torno de 53%) para a maioria dos municípios.

Segundo Bruschini (2007), a inserção laboral das brasileiras é marcada por progressos e atrasos, pois, se de um lado há uma constância no aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde a metade dos anos 1970, por outro, se constata um elevado

desemprego entre as mulheres e condições precárias relativas ao trabalho

Quadro 2 – Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Quantidade de postos de trabalho	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Zero	3.118	32,21%	6.563	67,79%	9.681	21,53%
Um	18.365	54,66%	15.234	45,34%	33.599	74,73%
Dois ou mais	896	53,30%	785	46,70%	1.681	3,74%
Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).						
Total	22.379	49,77%	22.582	50,23%	44.961	100%

– elas se encontram em maioria em todos os municípios da amostra. Considerando-se a totalidade dos municípios pesquisados, observa-se duas vezes mais jovens do sexo feminino (67,79%) do que os do sexo masculino sem trabalho. No detalhamento desses dados, em dois dos menores municípios pesquisados (Maripá e Quatro Pontes), esse índice chegou à relação de três jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem trabalho (25% homens e 75% de mulheres). Quanto

Quadro 3 – Tipo declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Tipo	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Empregado c/ CTPS ¹	13.192	54,14%	11.176	45,86%	24.368	54,20%
Militar	70	100%	0	0%	70	0,16%
Funcionário público	268	32,02%	569	67,98%	837	1,86%
Empregado s/ CTPS	2.736	52,03%	2.523	47,97%	5.259	11,70%
Conta própria	2.516	65,45%	1.328	34,55%	3.844	8,55%
Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).						
Empregador	322	55,61%	257	44,39%	579	1,29%
Não remunerado	159	48,92%	166	51,08%	325	0,72%
Nenhum	3.118	32,21%	6.563	67,79%	9.681	21,53%
Total	22.381	49,78%	22.582	50,22%	44.963	100%

feminino. Em relação ao desemprego, o quadro apresentado demonstra essa realidade para as jovens da microrregião de Toledo: grande porcentagem das mesmas declarou não possuir nenhum trabalho

88

ARTIGO Tempo da Ciência Volume 21 Número 42 2º semestre de 2014 ISSN: 1981-4798

(68%). Em relação ao tipo de trabalho que os/as jovens realizam, tem-se os seguintes dados, dispostos no Quadro 3.

No que diz respeito ao trabalho formalmente registrado em CTPS, observa-se certo padrão dentre os municípios pesquisados, em torno de 54% de homens para 46% de mulheres. No detalhamento dos dados, os municípios menores apresentam maior disparidade nessa relação a favor dos jovens do sexo masculino, denotando que as condições de trabalho das mulheres demonstram ser mais precárias do que as dos homens.

Em relação à segunda forma de inserção laboral pesquisada pelo IBGE, a carreira militar, que tem sido tradicionalmente masculina, não se encontrou nenhuma jovem do sexo feminino nela inserida, sendo 100% do sexo masculino, o que demonstra forte herança cultural e histórica das profissões “adequadas” a cada gênero, mesmo havendo abertura para o ingresso gradativo das mulheres nas carreiras militares desde 1987 no Brasil (BASTOS, 2009).

Por outro lado, no tocante aos funcionários públicos, observa-se que a maioria é composta de jovens do sexo feminino em todos os municípios pesquisados, chegando a perfazer quase 90% em Entre Rios do Oeste. Nos demais municípios, a proporção é de duas mulheres para cada homem, com exceção de Marechal Cândido Rondon, cuja relação é mais equilibrada. Estes dados podem ser explicados pelos níveis de escolaridade feminina na microrregião, mais elevados em relação aos dos jovens do sexo masculino, pois, para ingresso no serviço público, é necessário realizar provas e concursos. Outro aspecto pode estar relacionado com as carreiras ou profissões historicamente destinadas ao sexo feminino: professoras de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, assistentes administrativas, dentre outras profissões normalmente presentes no serviço público. Outros motivos a serem considerados são a estabilidade que o funcionalismo público proporciona, além de horários mais flexíveis ou de menor carga horária, fator importante para as jovens que já constituíram família e que possuem filhos pequenos.

Ao se relacionar os níveis de escolaridade com a inserção das mulheres de todas as idades no mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE/PNAD, 2011) para o conjunto do país demonstram apontam para os seguintes dados, dispostos no Quadro 4:

Observa-se por meio dos dados dispostos no Quadro 4 que a relação entre homens e mulheres

economicamente ativos(as) apresenta um padrão interessante em nível nacional. Quando se trata de nenhuma ou baixa escolaridade, o número de homens economicamente ativos representa mais do que o dobro do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho. Conforme o número de anos de estudos aumenta, essa diferença diminui até atingir praticamente a igualdade no grupo de 11 a 14 anos de estudo. A partir do patamar de 15 anos de estudo, o número de mulheres economicamente ativas ultrapassa o dos homens, fator extremamente positivo em termos de conquistas femininas. No entanto, embora as mulheres escolarizadas tenham conquistado empregos estáveis nessas últimas décadas em carreiras e profissões de prestígio, por outro lado, ocorre o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais que não contam com as garantias trabalhistas necessárias (BRUSCHINI, 2007).

Nesse sentido, em relação à informalidade e retornando aos dados da microrregião de Toledo, nos municípios menores nota-se uma porcentagem maior de jovens do sexo feminino trabalhando sem registro em CTPS: em torno de 60%. Palotina e Toledo apresentam índices ligeiramente mais elevados de jovens do sexo masculino sem registro (53%) em relação às jovens do sexo feminino. Na média dos

Quadro 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, sexo e grupos de anos de estudo – Brasil/2011

Grupos de anos de estudos	Pessoas de 10 ou mais anos de idade economicamente ativas na semana de referência (18 a 24/09/2011)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100.223.000	56.850.000	43.373.000
Sem instrução e menos de 1 ano	9.043.000	6.039.000	3.004.000
1 a 3 anos	6.828.000	4.493.000	2.335.000
4 a 7 anos	20.023.000	12.602.000	7.421.000
8 a 10 anos	17.863.000	10.665.000	7.198.000
11 a 14 anos	35.059.000	17.940.000	17.119.000
Mais de 15 anos	11.282.000	5.057.000	6.226.000
Não declarado	124.000	54.000	70.000

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IBGE/PNAD (2011, p. 61).

municípios pesquisados, a relação fixou-se em 52% de jovens do sexo masculino para 48% de jovens do sexo feminino (Quadro 3).

O trabalho por conta própria apresentou maioria de jovens do sexo masculino em todos os municípios: 65,45% para 34,55% do sexo feminino. Esses índices demonstram a ainda difícil posição das mulheres no mundo do trabalho quando se trata de atividades que requerem iniciativa própria, tomada de decisões autônomas e espírito empreendedor, características que não têm sido ou não foram historicamente desenvolvidas nas crianças e jovens do sexo feminino. Situação semelhante ocorre em relação à condição dos jovens como empregadores, ou seja, aqueles que têm sob sua supervisão um ou mais empregados contratados. No total dos municípios pesquisados, tem-se 55,6% de jovens do sexo masculino e 44,4% de jovens do sexo feminino, caminhando para o equilíbrio entre os gêneros, mas ainda demonstrando menor presença das jovens mulheres nessas atividades.

Quando se trata de trabalho não remunerado, definido pelo Censo (IBGE, 2010) como ajuda a membro da unidade familiar (em atividades como: agricultura, silvicultura, pecuária, conta própria ou empregador), auxílio em instituição religiosa, beneficente ou cooperativa, ou ainda como aprendiz ou estagiário, há um equilíbrio na relação de gênero (49% do sexo masculino e 51% do sexo feminino). Esses dados devem ser sinalizados com preocupação, pois exercer atividades laborais sem o correspondente pagamento em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios pode levar a uma situação de dependência, e não de autonomia, a esses jovens.

Com o objetivo de aprofundar a análise das diferenças de gênero entre os e as jovens inseridos no mercado de trabalho e suas condições salariais, julgou-se interessante verificar a renda declarada dos mesmos.

Em relação aos jovens que declararam não possuir renda, cerca de 70% são do sexo feminino em quase todos os municípios pesquisados, uma diferença de gênero significativa. Na faixa de renda de até 1 SM, ou seja, abaixo do mínimo nacional para todo o país, as jovens do sexo feminino predominam com média de 60% contra 40% do sexo masculino para a maioria dos municípios. Observa-se, nesse sentido, que as jovens do sexo feminino figuram em maior proporção nas faixas de renda consideradas como de extrema pobreza e pobreza¹⁰.

A faixa de renda

declarada entre 1,01 e 2 SM para os municípios da microrregião apresentam maioria de jovens do sexo masculino, com uma média de 55% contra 45% das jovens. Nota-se que, nessa faixa, praticamente mínima de renda, os homens preponderam. Porém, quando se eleva o valor da renda declarada (de 2,01 a 4 SM), a porcentagem dos jovens

Quadro 5 – Renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Renda	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Sem renda	3.278	32,48%	6.814	67,52%	10.092	22,45%
Até 1 SM ¹	3.342	41,12%	4.785	58,88%	8.127	18,07%
De 1,01 a 2 SM	10.542	55,32%	8.516	44,68%	19.058	42,39%
De 2,01 a 4 SM	4.037	67,29%	1.962	32,71%	5.999	13,34%
De 4,01 a 10 SM	1.078	68,93%	486	31,07%	1.564	3,48%
De 10,01 a 20 SM	75	64,66%	41	35,34%	116	0,26%
Mais de 20 SM	7	100%	0	0%	7	0,02%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

Total	22.359	49,73%	22.604	50,27%	44.963	100%
-------	--------	--------	--------	--------	--------	------

do sexo masculino

aumenta consideravelmente: 67,3% contra apenas 32,7% das jovens do sexo feminino.

Na faixa de 4,01 a 10 SM as disparidades são ligeiramente maiores: 69% dos jovens do sexo masculino e apenas 31% das jovens do sexo feminino. Isso traduz na prática a enorme desigualdade existente em termos salariais quanto às diferenças de gênero, pois, quanto maior a faixa de renda, menor a porcentagem de jovens do sexo feminino. Na faixa de renda declarada entre 10,01 e 20 SM,

¹⁰ O IBGE (2011) destaca que a discussão sobre indicadores de pobreza e de extrema pobreza no Brasil ainda carece de estudos mais aprofundados, porém, parece haver uma utilização consensual no Brasil a partir da qual a pobreza absoluta é atribuída às famílias e indivíduos cuja renda domiciliar *per capita* situa-se em até R\$70,00 e a pobreza àquelas com até R\$140,00.

notam-se, também, distinções e contradições nas relações entre gênero, trabalho e renda entre os municípios pesquisados. Na média geral da microrregião, encontra-se 65% de jovens do sexo masculino para 35% de jovens do sexo feminino nessa faixa de rendimentos.

Em relação à faixa de renda de mais de 20 SM, nenhum município apresentou jovens com esse nível de renda, à exceção de Entre Rios do Oeste, com 100% deles pertencentes ao sexo masculino, confirmando as estatísticas em nível microrregional e nacional, as quais denotam maiores rendimentos individuais mensais às pessoas do sexo masculino. As informações demográficas e socioeconômicas do Censo 2010 apresentam as disparidades observadas na questão da renda. No universo da população brasileira, os homens recebiam em média 42% a mais do que as mulheres (R\$1.395,00 contra R\$984,00), sendo que essas diferenças tendiam a ser menores nos municípios de menor porte populacional e maiores nos municípios mais populosos, tal como aponta o IBGE (2011, p. 73-74). Conforme observado pelos dados dos municípios da microrregião, essas diferenças de renda são ainda maiores entre os jovens de 18 a 29 anos, sujeitos da pesquisa ora em análise, como se nota nos dados dispostos no Quadro 6.

É importante notar que, no total dos municípios da microrregião de Toledo, há mais de duas jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem renda e 1,4 para um no tocante à percepção de renda de até um salário mínimo. A medida que a renda declarada aumenta, aumenta também a razão de sexo favoravelmente aos jovens do sexo

Quadro 6 – Razão de sexo e níveis de renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo – IBGE/2010

Municípios	Total dos municípios pesquisados		
	% de jovens do sexo masculino	% de jovens do sexo feminino	Razão
Renda			
Sem renda	32%	68%	1 para 2,1
Até 1 SM	41%	59%	1 para 1,4
De 1,01 a 2 SM	58%	42%	1,4 para 1
De 2,01 a 4 SM	69%	31%	2,2 para 1
De 4,01 a 10 SM	72%	28%	2,5 para 1
De 10,01 a 20 SM	54%	46%	1,1 para 1
Mais de 20 SM	100%	0%	Todos são do sexo masculino

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

masculino, numa espiral crescente até a faixa de 10 SM. Após esse patamar, embora a razão de sexo ainda seja favorável aos jovens do sexo masculino, ela diminui, registrando que, para cada 1,1 jovem do sexo masculino, há uma jovem do sexo feminino na faixa de renda declarada entre 10,01 e 20 SM. No entanto, acima desse nível, encontram-se somente os jovens do sexo masculino.

Considerações Finais

É importante ressaltar que o país e suas regiões passaram por significativas transformações demográficas, culturais e sociais nas últimas décadas que trouxeram grande impacto na participação feminina em termos de educação, trabalho e renda. Pode-se citar, por exemplo, a queda na taxa de fecundidade no Brasil, que em 1970, era de quase 6 filhos por mulher e, em 2010, baixou para 1,9 filhos; a redução do tamanho das famílias, as quais passaram a ser compostas em 2010 por 3,3 pessoas, ao invés de 3,7 pessoas em 2000; e o crescimento acelerado dos arranjos familiares chefiados por mulheres, que em 2005 chegava a 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares, dentre outros fatores (IBGE, 2010, p. 18).

Além dessas transformações demográficas, vêm ocorrendo alterações nos padrões culturais e nos valores referentes ao papel social da mulher que, por sua vez, provocaram mudanças na identidade feminina, cada vez mais voltada para a profissionalização e o trabalho. Simultaneamente, a expansão dos níveis de escolaridade feminina e o ingresso nas universidades propiciaram o acesso a novas oportunidades de trabalho, nem sempre satisfatórias.

No que diz respeito à microrregião de Toledo, a pesquisa evidenciou que as jovens do sexo feminino possuem elevados níveis de escolaridade, com maior representatividade de gênero nos níveis de Ensino Médio completo e Ensino Superior; representam maioria entre os funcionários públicos;

corresponde a maioria em relação ao trabalho não remunerado; representam quase 70% entre os jovens que não possuem trabalho; e maior proporção nos níveis sem renda e de até 1 SM. Por outro lado, os jovens do sexo masculino são maioria entre os analfabetos, Ensino Fundamental incompleto e completo; representam maior proporção na categoria de empregados formais, informais, por conta própria e empregadores; perfazem a totalidade entre os militares; e representam a maioria em todas as faixas salariais acima de 1,01 SM até 20 SM.

Concluindo, nota-se que as jovens mulheres, mesmo com níveis de escolaridade mais elevados que os jovens do sexo masculino, têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, quando o fazem, seus salários são comprovadamente mais baixos. Assim, para a promoção de maior igualdade e justiça social em termos de equilíbrio entre os gêneros e oportunidades para todos, é necessário que os homens avancem em todos os níveis educacionais e que as mulheres consigam reverter as desigualdades de inserção e salariais no mercado de trabalho.

Referências

- BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. n. 123, v. 34. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./dez., p. 573-582. 2004.
- BASTOS, M. L. da C. **Formação de identidade da mulher militar: análise do caso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro**. Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde. Especialização Lato Sensu em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2009.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**. v. 39, n. 136, jan./abr. p. 125-156. 2009.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Política Nacional de Juventude**. 2009. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set./dez. p. 537-572. 2007.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.
- _____. **Resultados gerais do Censo 2010 (Micro dados)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso a partir de 20 jan. a nov. 2013.
- _____.; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE/PNAD). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil/2011**. v. 31, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 1-135.
- NOVAES, R. C. R. Prefácio. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- OLIVEIRA, L. V. N. **Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Toledo, 2014.

UNITED Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). **L'Éducation pour tous**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond. Disponível em: <<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>> Acesso em: 13 abr. 2010.

BENTO ESPINOSA (1632-1677) E A TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO

Vania Sandeleia Vaz da Silva¹

Juliane Cristina Helanski Cardoso²

Resumo: A teoria das formas de governo é um dos temas mais recorrentes nas obras dos principais teóricos da política, pois, desde os antigos – Platão, Aristóteles – passando pelos fundadores do pensamento político moderno ocidental – Maquiavel, Hobbes, entre outros – existe a preocupação teórica de definir e fundamentar – e, em muitos casos, avaliar – as diferentes formas pelas quais é possível governar. Partindo do fato de que o filósofo holandês Bento Espinosa está ausente tanto do famoso livro do jurista italiano Norberto Bobbio, *A teoria das formas de governo* (1976); quanto da coletânea do cientista político brasileiro Francisco Correa Weffort, *Os clássicos da política* (1991); a proposta aqui é retomar algumas das principais teorias sobre as formas de governo – seguindo o esquema elaborado por Bobbio, que se concentra nas duas questões: (1) quem governa? (2) como governa? – e apresentar a teoria elaborada por Espinosa – sobre a monarquia, a aristocracia e a democracia – explorando quais as diferenças e semelhanças da sua tipologia em relação às anteriores. O objetivo principal é justificar a inclusão de Espinosa entre os “clássicos da política”, e, para tanto, pretendemos apresentar seu pensamento político, analisando em que medida pode ser considerado “inovador”, mas também explorando os aspectos nos quais não foi capaz de “romper” com sua própria situação política, social, histórica, cultural e religiosa.

Palavras-chave: Bento Espinosa; Formas de governo; Monarquia; Aristocracia; Democracia.

Abstract: The theory of forms of government is one of the recurrent themes in the works of major political theorists. From Plato, Aristotle, to the founders of modern Western political thought - Machiavelli, Hobbes, among others - there is a theoretical concern to define and, in many cases, assess, the different ways to govern. The Dutch philosopher Benedict Spinoza is absent from both famous books: *The Theory of forms of Government* (1976) from Italian jurist Norbert Bobbio; and *The Classics of Politics* (1991) from Brazilian political scientist Francisco Correa Weffort. The intention here is to retrieve some of the main theories about forms of government – following Bobbio's schema which focuses on the issues: (1) Who governs? (2) How to govern? - and introduce the theory developed by Espinosa - about monarchy, aristocracy and democracy - exploring the differences and similarities of his typology from the previous ones. The main objective is to justify the inclusion of Espinosa among the “classics of politics”, and, for this, we intend to present his political thinking, analyzing to which extent it can be considered “innovative”, but also exploring the aspects he was not able to “overcome” due to his political, social, historical, cultural and religious background.

Keywords: Benedict Espinosa; Forms of government; Monarchy; Aristocracy; Democracy.

Introdução

Em seu inacabado *Tratado Político* o filósofo holandês Bento Espinosa³ elaborou sua teoria das formas de governo: monarquia, aristocracia e democracia. Considerava a democracia a melhor e mais

¹ Professora do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo e doutora em Ciência Política. Endereço eletrônico: vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com.

² Bacharel, licenciada e mestranda em Ciências Sociais pela Unioeste. Endereço eletrônico: julianehelanski@hotmail.com.

³ Não é comum cientistas sociais conhecerem a obra de Bento Espinosa porque ele é um autor que não costuma figurar entre os clássicos da nossa área: Espinosa é um dos principais críticos de René Descartes (1596-1650), por exemplo, cujo *Discurso do método* costumamos ler nos primeiros anos da nossa formação. Por isso, um bom roteiro para um contato inicial

natural forma de governo, o poder absoluto, mas não viveu para concluir sua teoria: escreveu apenas quatro parágrafos, sendo o último uma explicação dos motivos pelos quais as mulheres não devem participar do governo democrático. A despeito disso, enquanto tratou da monarquia e da aristocracia fez diversas observações que permitem entender o que pensava sobre a democracia, de modo que podemos afirmar que sua tipologia é relevante e mereceria um “capítulo” no livro *A teoria das formas de governo*, do jurista italiano Norberto Bobbio (1909-2004), publicado em 1976, fruto do curso ministrado por ele na Universidade de Turin, em que tratou de autores como Platão, Aristóteles, Políbio, Maquiavel, Bodin, Hobbes, Vico, Montesquieu, Hegel e Marx. Entendendo que a tipologia das formas de governo é um tema recorrente, que permite elaborar e reexaminar conceitos e constitui “um dos aspectos em que uma teoria pode ser melhor caracterizada e confrontada com outras teorias” (BOBBIO, 2001, p. 31), pretendemos inserir a teoria das formas de governo elaborada por Espinosa no debate.

O caso é que Espinosa está ausente também da coletânea elaborada pelo cientista político brasileiro Francisco Correa Weffort – *Os clássicos da política* –, que inclui no primeiro volume Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Hamilton, Madison e Jay, cobrindo um período histórico que abrange do século XV ao XIX. O critério de seleção dos “clássicos da política” foi o fato de que, nesses autores, encontramos uma ligação profunda entre seu pensamento político e os grandes acontecimentos que vivenciaram: todos eles realizaram um “grande esforço intelectual que constrói, ao lado de uma visão do Estado, uma concepção da natureza humana e da sociedade em geral” que inclui “uma concepção sobre os indivíduos, a propriedade, a desigualdade, a religião, a moral”; mais do que isso, nas palavras de Weffort: “dizer que um pensador é um clássico significa dizer que suas ideias permanecem”, ou que “suas ideias sobreviveram ao seu próprio tempo e, embora ressonância de um passado distante, são recebidas por nós como parte constitutiva da nossa atualidade” (WEFFORT, 2006, p. 8).

Será que Espinosa pode ser considerado um clássico da política? Os critérios de Weffort poderiam incluir Espinosa: suas ideias são “respostas” diferentes para perguntas que surgiram de um diálogo crítico travado com os antigos e com seus pares sob o impacto dos grandes acontecimentos

com sua vida e obra seria começar pelos livros da brasileira Marilena de Souza Chauí, especialista em Espinosa: primeiro o livro *Espinosa: uma filosofia de liberdade* (1995); seguido da apresentação que ela faz ao autor para a *Coleção Os pensadores* (2004); depois, um livro em que ela apresenta a concepção ética de Espinosa – *Desejo, Ação e Paixão na Ética de Espinosa* (2011); e outro em que enfatiza sua teoria política, *Política em Espinosa* (2003); por fim, para quem quiser se aprofundar, tem a primeira parte da tese de livre-docência da autora (1976) que foi publicada no volumoso *Nervura do Real: imanência e liberdade em Espinosa* (1999). Além das obras de Chauí, outro leitor apaixonado de Espinosa é o italiano Antonio Negri, o qual também publicou, ao menos, três livros dedicados especialmente ao pensamento político do filósofo: *A Anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza* (1981); *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade* (1999); e *Spinoza subversivo* (2000). Nos dois casos, tal como nas duas publicações de Gilles Deleuze sobre o filósofo – *Espinosa, filosofia prática* (1981); e *Espinosa e o problema da expressão* (1968) – existe, além de uma interpretação rigorosa da obra de Espinosa, também uma adesão emocional e uma elaboração criativa a partir das ideias de Espinosa – o que possibilita dizer que existe um “Espinosa” para cada um dos três intérpretes. Uma leitura crítica – talvez excessivamente – pode ser encontrada no livro da teórica marxista Ellen Meiksins Wood, que, no quinto capítulo da obra *Liberty And Property: a Social History of Western Political Thought from Renaissance to Enlightenment* (2012), aplica o método de análise da “história social da teoria política” para explicar a teoria política de Hugo Grotius e de Bento Espinosa, que viveram a experiência da república holandesa do século XVII.

A força do encontro emocional e avassalador que muitos costumam ter com a obra de Espinosa é invocada no prólogo do livro de Deleuze sobre a filosofia prática de Espinosa, que traz um trecho do diálogo do protagonista do romance *The Fixer* (1966), escrito por Bernard Malamud (1914-1986), cujo enredo baseou o filme britânico dirigido por John Frankenheimer (1968), com Alan Arthur Bates no papel principal – traduzido como *O Homem de Kiev*. Trata-se de um trabalhador judeu pobre que é preso e perseguido e se vê obrigado a explicar por que possuía um exemplar da *Ética*, dado que não era um filósofo:

– Diga-me, o que o levou a ler Espinosa? O fato de ele ser judeu?

– Não, Vossa Excelência, eu nem tinha ideia disso quando me deparei com seu livro. Aliás, se o Senhor leu a história de sua vida, pôde ver que não era amado na sinagoga. Encontrei o volume em um antiquário na cidade vizinha; paguei por ele um copeque, lamentando naquele momento gastar um dinheiro tão difícil de ganhar. Mais tarde, li algumas páginas, em seguida continuei como se um vento forte me impulsionasse pelas costas. Não compreendi tudo, como lhe falei, mas quando tocamos em tais ideias é como se segurássemos uma vassoura de feiticeira. Eu não era mais o mesmo homem...

(MALAMUD apud DELEUZE, 2002, p. 7).

políticos da Holanda do seu tempo. Espinosa defende a democracia como a mais natural forma de governo – porque entende que é “natural” o desejo humano de governar e não ser governado – e como o verdadeiro poder absoluto – porque a multidão inteira, ao governar, terá mais potência do que “um” ou “poucos” governantes. Nosso objetivo será, após retomar algumas das principais teorias sobre as formas de governo, apresentar a tipologia que Espinosa elabora no seu *Tratado Político*, visando entender em que medida seu pensamento pode ser considerado “inovador”, mas também em quais aspectos Espinosa não foi capaz de “romper” com sua própria situação política, social, histórica, cultural e religiosa. Trata-se de retomar um importante pensador da teoria política ocidental, cujo pensamento pode iluminar o presente e contribuir de modo significativo para a constituição do nosso futuro.

1 Tipologias Clássicas: Aristóteles, Platão e Políbio

Norberto Bobbio enfatiza que a teoria das formas de governo visa analisar quantos e quais são os modos de organizar a sociedade política: “a forma mais intensa e vinculante de organização da vida coletiva” (BOBBIO, 2001, p. 31). Explica que, geralmente, as tipologias sobre as formas de governo apresentam uma classificação sêxtupla que combina dois critérios: (1) quem governa – um, poucos ou muitos; (2) como governa – de modo que geram três formas de governo avaliadas como “boas” – monarquia, aristocracia e democracia – e três formas “más” – tirania, oligarquia e oclocracia. Além dos dois critérios, trata do tema da estabilidade – “a capacidade que tem qualquer constituição” ou forma de governo “de perdurar, de resistir à corrupção, à degradação, de se transformar na constituição contrária” (BOBBIO, 2001, p. 43); e considera o problema da liberdade e da obediência. Bobbio inicia a reflexão partindo do episódio imaginário narrado por Heródoto no livro III da *História*, em que três persas travam “uma discussão célebre” sobre as formas de governo: democracia, aristocracia e monarquia.

Otanes defende a democracia – “isonomia” ou “governo do povo” – porque “o grande número faz com que tudo seja possível”; os cargos públicos são distribuídos por sorteio; os magistrados prestam contas do exercício do poder; e todas as decisões estão sujeitas ao voto popular. Megabises defende a aristocracia: o poder deve ser entregue a “um grupo de homens escolhidos dentre os melhores” porque “é natural que as melhores decisões sejam tomadas pelos que são melhores”, ao contrário da democracia em que a massa inepta, obtusa, prepotente, a “plebe desatinada”, ou o povo, sequer “sabe o que faz”. Dario defende a monarquia como a forma superior de governo porque nela “um só homem”, sendo “o melhor de todos”, é capaz de “manter seus objetivos políticos a salvo dos adversários”, e governa o povo “com seu discernimento” (BOBBIO, 2001, p. 40). Bobbio lembra que a democracia teve entre os antigos a aceção “negativa” de “mau governo” como na fala de Dario:

Quando é o povo que governa, é impossível não haver corrupção na esfera dos negócios públicos, a qual não provoca inimizades, mas sim sólidas alianças entre os malféitores: os que agem contra o bem comum fazem-no conspirando entre si. É o que acontece, até que alguém assume a defesa do povo e põe fim às suas tramas, tomando-lhes o lugar na admiração popular; admirado mais do que eles, torna-se monarca. Por isso também a monarquia é a melhor forma de governo. Em suma, para dizê-lo em poucas palavras: de onde nos veio a liberdade? Quem a deu? O povo, uma oligarquia, ou um monarca? Sustento que, liberados por obra de um só homem, devemos manter o regime monárquico e, além disso, conservar nossas boas instituições pátrias: não há nada melhor (HERÓDOTO apud BOBBIO, 2001, p. 41).

O segundo capítulo apresenta a tipologia de Platão (428-347 a. C.) para quem todos os Estados reais são corrompidos e apenas as formas más de governo se sucedem historicamente⁴, cada uma pior

⁴ Bobbio explica que o pessimismo de Platão deriva do fato de que vivenciou a decadência da “gloriosa democracia ateniense” e escolheu denunciar “a degradação da pólis” (BOBBIO, 2001, p. 46). Uma visão mais crítica e bem fundamentada a respeito é a de Ellen Meiksins Wood no segundo capítulo do livro *Citizens to lords – A social history of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Ages* (2008), intitulado “The Ancient Greek Polis”, em que explica porque a teoria

do que a precedente: (1) monarquia, (2) aristocracia, (3) democracia – as três formas boas; e (4) democracia, (5) oligarquia, (6) tirania – as três más (BOBBIO, 2001, p. 54). A democracia aparece duas vezes porque é a forma de governo na qual o povo domina os proprietários, ou com seu consentimento e respeitando as leis; ou pelo uso da força e violando as leis. Platão considera que a monarquia e a aristocracia constituem “uma única forma” de governo e a melhor, destinada à República ideal, pois “não importa se são muitos ou um só que governam; nada se altera nas leis fundamentais do Estado, desde que os governantes sejam treinados e educados” (PLATÃO apud BOBBIO, 2001, p. 46) de modo aristocrático. As formas de governo derivam das peculiaridades morais – vícios e virtudes – e da alma – racional, passional ou apetitiva – do governante: o **homem aristocrático** é definido como “bom e justo” e o **homem democrático**, apetitivo, tem como paixão dominante um desejo imoderado de liberdade, cujo excesso se transforma em licenciosidade e leva à anarquia que abre espaço para a tirania (BOBBIO, 2001, p. 50).

O terceiro capítulo explora a tipologia de Aristóteles (384-322 a. C.), cuja exposição na obra *Política* foi considerada clássica. Embora critique Platão, compartilha o viés antidemocrático ao analisar várias formas de democracia e de oligarquia, avaliando qual a melhor forma de governo – ou “constituição” que define como “a estrutura que dá ordem à cidade, determinando o funcionamento de todos os cargos públicos e, sobretudo, da autoridade soberana” (ARISTÓTELES apud BOBBIO, 2001, p. 55). Aristóteles considera o número de governantes – um, poucos ou muitos; e a finalidade – o bem comum ou o interesse particular; para classificar as formas de governo da melhor para a pior: (1) reino; (2) aristocracia; (3) politia – seriam as formas “boas”; e (4) tirania; (5) oligarquia; e (6) democracia – seriam as formas “más”. Bobbio ressalta que, para Aristóteles, o que realmente irá distinguir uma forma de governo da outra não será o número, mas, concretamente, “a condição social dos que governam” – ricos ou pobres – sendo que na pior forma de governo – democracia – “governam os homens livres e os pobres, que constituem a maioria” (ARISTÓTELES apud BOBBIO, 2001, p. 60).

O quarto capítulo é sobre Políbio (viveu no século II a. C.), historiador grego de nascimento que foi deportado para Roma. Partindo da premissa de que “deve-se considerar a constituição de um povo como a causa primordial do êxito ou do insucesso de todas as ações” (POLÍBIO apud BOBBIO, 2001, p. 65), em sua tipologia das formas de governo acrescenta, às seis conhecidas, uma sétima, cujo exemplo é a constituição romana, base para sua teoria do governo misto. Aproxima-se de Platão ao definir os critérios de avaliação das formas de governo, mas usa o termo “democracia” – diferente de Platão e de Aristóteles – “com conotação positiva”, porém, com um “sentido” diferente, designando a boa forma de governo popular, como aquela na qual o povo apenas “obedece” a tradição, os costumes, as leis:

Não se pode chamar de ‘reino’ qualquer governo de uma só pessoa, mas só o que é aceito voluntariamente, exercido de acordo com a razão, mais do que com o terror e a força; também não se deve considerar ‘aristocracia’ todo governo de poucos, mas só o que é dirigido por aqueles que forem eleitos os mais justos e sábios. Da mesma forma, não é um *governo popular* aquele em que a multidão decide o que se deve fazer, mas sim *aquele onde é tradicional e habitual venerar os deuses, horar os pais, respeitar os mais idosos, obedecer às leis...* Podemos considerar assim seis espécies de constituição: três são conhecidas por todos – [reino, aristocracia, democracia] já falamos sobre elas; outras três, derivadas das primeiras, são: a ‘tirania’, a ‘oligarquia’ e a ‘oclocracia’ (POLÍBIO apud BOBBIO, 2001, p. 66, grifos nossos).

O governo popular surge depois da degeneração – “pela força da natureza” – da “aristocracia” em “oligarquia”, ponto em que “o povo se insurge violentamente contra os abusos dos governantes”; assim nasce o “governo popular” que também degenera devido à “arrogância e a ilegalidade dessa forma de governo”, resultando na “oclocracia” – termo escolhido para a pior forma de governo popular: *oclos*, corresponde à acepção pejorativa de “multidão, massa, plebe”, tal como os autores conservadores e reacionários utilizam (POLÍBIO apud BOBBIO, 2001, p. 67). A degeneração é a

política de Platão é profundamente antidemocrática a partir de sua posição aristocrática, explicitando quais questões buscava responder e com quais objetivos.

tendência histórica – como em Platão – mas a sequência das formas de governo não é a platônica – da melhor para a pior – mas uma alternância entre formas boas e ruins; pois, para Políbio, existe um rodízio das constituições – monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia, democracia e oclocracia – sendo que, depois da última e pior forma de governo, existe o retorno “ao ponto de partida” (POLÍBIO apud BOBBIO, 2001, p. 68).

2 Novas abordagens: Maquiavel, Bodin e Hobbes

O sexto capítulo é sobre Maquiavel (1469-1527), cuja teoria das formas de governo apresentada na obra *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* constitui, de acordo com Bobbio, não apenas uma “paráfrase”, mas, praticamente, “uma tradução, do Livro VI da *História* de Políbio”, pois afirma que existem três formas de governo: “o monárquico, o aristocrático e o popular” e repete que existem formas “más” derivadas da degeneração das “boas” em sucessão: (1) monarquia; (2) despotismo; (3) aristocracia; (4) oligarquia; (5) democracia; (6) permissividade (BOBBIO, 2001, p. 90). Também como Políbio, Maquiavel afirma a existência de um “ciclo”, mas, para ele, não é possível retornar ao ponto de partida, pois “duvida que, tendo chegado ao ponto mais baixo da sua decadência, um Estado tenha ainda força própria para retornar ao ponto de partida” de modo que o mais realista é que “uma vez atingido esse ponto, o Estado se torne presa fácil de algum vizinho mais forte – mais forte porque melhor organizado” –, ocorrendo, assim, uma transferência de domínio: além do ciclo, Maquiavel considera que é fundamental ter em mente “não só as forças internas, mas também as externas” (BOBBIO, 2001, p. 91).

Contudo, na obra *O príncipe*, Maquiavel inicia uma nova classificação das formas de governo, substituindo a tripartição clássica por uma bipartição, afirmando que existem apenas dois tipos de Estado: (1) principado, reino ou monarquia: em que “o poder reside na vontade de um só”; ou (2) república: em que o poder reside na vontade coletiva que pode se manifestar (2.1) num colegiado restrito: aristocracia; ou (2.2) numa assembleia popular: democracia (BOBBIO, 2001, p. 83). Distingue os (I) principados *hereditários*, os quais, de acordo como o modo como o poder é “dividido” na titularidade ou exercício, podem ser: (1) uma monarquia despótica, em que um príncipe governa sem intermediários, quer dizer, seu poder é “absoluto” e os súditos são “servos”; e (2) um principado, em que o poder não é absoluto, mas dividido com os “barões” ou uma “nobreza”; dos (II) principados *novos*, os quais se diferenciam pelo modo de “conquista” do poder: (1) pela *virtù* – capacidade pessoal do príncipe “de dominar os eventos, de alcançar um fim objetivado”, seriam os mais “duradouros” –; (2) pela “fortuna” – “o curso dos acontecimentos que não dependem da vontade humana”, seriam os “menos estáveis, destinados a desaparecer em pouco tempo” –; (3) pela violência; (4) pelo consentimento dos cidadãos (BOBBIO, 2001, p. 87). Outra inovação é que Maquiavel não julga as formas de governo por um critério de ordem moral, mas pelo êxito.

O sétimo capítulo é sobre Jean Bodin (1530-1596), principal teórico da soberania, *summa potestas*, um poder que não tem sobre si nenhum outro, poder próprio do “Estado” (BODIN apud BOBBIO, 2001, p. 96). Poder absoluto – “o soberano, detentor do poder de fazer leis válidas em todo o país, não está sujeito a essas mesmas leis”, na medida em que “não pode dar ordens a si mesmo” –, mas não ilimitado – os limites são “impostos pelas leis fundamentais do Estado” e também “pelas leis que regulam as relações privadas entre os súditos, especialmente relativas à propriedade” (BOBBIO, 2001, p. 96). Distingue o título da soberania do seu exercício: teríamos um Estado e um governo democrático se a titularidade da soberania coubesse ao povo que também poderia exercer qualquer cargo no governo:

Se a maioria dos cidadãos é soberana, mas o povo concede cargos honoríficos, privilégios e benefícios só aos nobres – como em Roma, até a lei canuléia –, teremos uma democracia com o governo aristocrático. Se o poder está nas mãos da nobreza, ou dos ricos, que constituem uma minoria, e os cargos, honrarias e benefícios são conferidos pelos senhores indiferentemente aos cidadãos pobres e humildes como aos ricos, sem privilégios especiais a ninguém, temos uma aristocracia de governo democrático. Mais ainda se a soberania incumbe a todo o povo, ou à maioria, e os cargos e benefícios são distribuídos a todos sem

quaisquer privilégios – repartindo-se os cargos por todos os cidadãos mediante sorteio – podemos afirmar que não só o regime desse Estado é democrático, mas também seu governo (BODIN apud BOBBIO, 2001, p. 100).

O oitavo capítulo é sobre Thomas Hobbes (1588-1679), qual afirma que o soberano tem o poder supremo, de modo que não é possível diferenciar as formas de governo medindo a “amplitude” do poder, e, mais do que isso, tanto as formas “boas” de governo – monarquia, aristocracia e democracia – como as formas “más” ou corrompidas – anarquia, oligarquia, tirania – seriam apenas “denominações” diferentes que não obedecem a qualquer “critério racional”, mas são fruto de julgamentos subjetivos daqueles que eram contrários ao Estado, pois “os homens têm o hábito de não só indicar com nomes as coisas, mas de manifestar os sentimentos a seu respeito”, de modo que “o que um chama de aristocracia, o outro denomina oligarquia; um dá o título de tirano àquele a quem um outro chama de rei” e, portanto, não se trata de “diferentes formas de Estado” – como afirmavam os “antigos escritores políticos” –, mas de nomes que expressam “apenas as opiniões que tem os cidadãos a respeito da pessoa do governante” (HOBBS apud BOBBIO, 2001, p. 109). Sequer o “modo de aquisição” do poder permite diferenciar o rei do tirano: o fundamento do poder sempre é o “consentimento de quem se submete” – o Estado surge da “sujeição comum a um único poder” que é soberano, absoluto e indivisível – e o domínio despótico também “só é alcançado pelo vencedor quando o vencido, para evitar a morte, declara – com palavras expressas ou outros sinais suficientes – que, enquanto lhe for concedido viver e ter liberdade de movimentos, o vencedor o utilizará à sua vontade” (HOBBS apud BOBBIO, 2001, p. 111).

Ressaltamos que, entre os antigos, era mais consensual que a pergunta “quem governa” fosse respondida basicamente pelo “número” de governantes: um, poucos ou muitos (nunca todos); enquanto a pergunta “como governa” possibilitava “avaliar” ou julgar moralmente a qualidade do governo de acordo com seus princípios – que poderiam remeter à legalidade ou permitiam identificar quais “interesses” eram prioritários para o governante, os próprios ou os dos governados, ou alguma definição de “bem comum” mais abstrata. Assim, as três formas de governo – monarquia, aristocracia e democracia – e suas versões corrompidas cobriam mais ou menos todas as possibilidades, acrescidas, algumas vezes, de uma versão de governo “misto” ou de constituição “ideal”. A partir de Maquiavel, sobretudo depois da obra *O príncipe*, os termos da discussão se modificam e passam a se encaminhar num sentido mais próximo do atual, em que os julgamentos morais cedem a considerações de eficácia – importa saber se o poder é efetivo, se consegue realizar aquilo a que se propõe – e foi se tornando mais evidente que as formas de governo dos antigos nunca corresponderam à realidade, eram, pois, idealizações ou projetos políticos de grupos específicos que ocultavam o fato básico de que os arranjos de poder exigem sempre mais de “um” para se estabelecerem – embora muitos teóricos se esforçassem para construir uma imagem de soberania absoluta, tornando a resposta para as duas perguntas mais “simples”: quem governa? Um. Como governa? Pela força ou com o “consentimento” dos sujeitados ou “governados”.

3 Espinosa e a Teoria das Formas de Governo

Cronologicamente, o capítulo sobre Espinosa caberia logo depois do capítulo sobre Hobbes, mas, como Bobbio não o incluiu, poderíamos apresentar algumas das análises da teoria política espinosana que possibilitam conhecer seu pensamento, tais como as elaboradas por Marilena Chauí (1995; 2003; 2006); Antonio Negri (1981; 1999; 2000); e Gilles Deleuze (1981); além da crítica de Ellen Wood (2012). Entretanto, é notável que tanto Chauí quanto Negri, e, talvez ainda mais Deleuze, apresentam uma interpretação muito “criativa” de Espinosa, que transcende muito o que é possível encontrar na leitura da sua obra, pois os três tornam a teoria política espinosana profundamente emancipatória, o que não é imediatamente apreensível numa leitura dos escritos deixados efetivamente

por Espinosa⁵. Pelo contrário, Ellen Wood, quando critica Espinosa pelo método de análise definido como história social da teoria política, acaba enfatizando apenas os limites da teoria política espinosana em detrimento dos aspectos emancipatórios que possui. Diante disso, pretendemos apresentar a tipologia das formas de governo de Espinosa levando em consideração os aspectos tratados por Bobbio nos demais autores, a partir de uma leitura mais direta de seus escritos políticos: *sine ira et studio*.

Bento Espinosa nasceu em Amsterdã, na Holanda, em 1632, mesmo ano em que John Locke (1632-1704) e viveu apenas 44 anos, pois morreu em 1677, dois anos antes da morte de Thomas Hobbes (1588-1679). Sua tipologia das formas de governo retoma a tripartição clássica – monarquia, aristocracia e democracia – mas confere significado diferente aos termos, que podemos apreender pela leitura de duas das suas obras, que apresentam um interesse especial para a ciência política: *Tratado Teológico-Político* (1670) e o *Tratado Político* (incompleto, publicado postumamente em 1677). A proposta é apresentar as passagens dos dois tratados em que Espinosa discorre acerca das formas de governo visando um primeiro contato com suas ideias, as quais não são muito exploradas nas ciências sociais. Enfatizamos que o *Tratado Político* é uma obra inacabada de publicação póstuma, o que implica, em alguns “limites”, na exposição da tipologia, mas não impede de considerar a contribuição espinosana para a teoria das formas de governo, pois, ao realizar uma análise minuciosa da monarquia e de dois tipos de aristocracia e iniciar sua exposição sobre a democracia, Espinosa já possibilita perceber quais são suas “inovações” sobre esse tema.

Espinosa, no *Tratado Teológico-Político*, aponta para a existência de três formas de governo – como os antigos –, mas restringe o poder à capacidade de legislar sobre ações, pois entende que, “para se constituir um Estado, é necessário apenas que todo poder de legislar esteja nas mãos, ou de todos, ou de alguns, ou de um só” especificando, porém, que os homens renunciaram apenas ao “direito de agir segundo a sua própria lei, não ao direito de raciocinar e de julgar” (ESPINOSA, 2003, p. 302) e também dizer livremente e publicamente o que pensam, pois:

Dos fundamentos do Estado [...] resulta com toda a evidência que o seu fim último não é dominar nem subjugar os homens pelo medo e submetê-los a um direito alheio; é, pelo contrário, libertar o indivíduo do medo a fim de que ele viva, tanto quanto possível, em segurança, isto é, a fim de que mantenha da melhor maneira, sem prejuízo para si e para os outros, o seu direito natural a existir e a agir. O fim do Estado, repito, não é fazer os homens passar de seres racionais a bestas ou autômatos: é fazer com que a sua mente e seu corpo exerçam em segurança as respectivas funções, que eles possam usar livremente a razão e que não se digladiem por ódio, cólera ou insídia, nem se manifestem intolerantes uns para com os outros. O verdadeiro fim do Estado é, portanto, a liberdade (ESPINOSA, 2003, p. 302).

Aliás, é provável que a palavra mais constante no *Tratado Teológico-Político* seja “liberdade”, e, quando finaliza a obra, Espinosa afirma que conseguiu demonstrar que “é impossível tirar aos homens a liberdade de dizerem o que pensam”; que essa liberdade de expressão “pode ser concedida aos indivíduos sem prejuízo do direito de autoridade dos poderes soberanos”, pois, desde que não seja possível a partir da liberdade de opinião modificar as leis do Estado, “não representa nenhuma ameaça em relação à paz”, mas, ao contrário, a liberdade de opinião é essencial para preservar a paz e o direito dos poderes soberanos – e o mesmo se aplica à liberdade religiosa –, quer dizer, para que as “autoridades soberanas” mantenham intacto o poder, devem “conceder a liberdade de opinião” e governar os homens de modo que, embora professando publicamente “opiniões diversas e até contrárias, vivam apesar disso em concórdia”, e Espinosa reforça que essa é a melhor forma de

⁵ A teoria da democracia que aparece, por exemplo, no livro *Spinoza subversivo* (2000) é claramente uma elaboração de Antonio Negri a partir das indicações de Espinosa. A explicação sobre os “regimes políticos” que Marilena Chauí apresenta no livro *Espinosa: uma filosofia de liberdade* (1995) é claramente uma tradução para os atuais termos do debate de algumas indicações que Espinosa faz nos seus dois *Tratados* e na *Ética* – aliás, em outro livro, *Política em Espinosa* (2003), Chauí afirma que é a “ontologia do necessário”, que Espinosa desenvolve na primeira parte da *Ética*, que constitui o texto mais político do filósofo. Ainda que a interpretação de Deleuze no livro *Espinosa: filosofia prática* (1981) seja uma belíssima prova de que a *Ética* de Espinosa é mais bem compreendida como um fundamento da política, trata-se de uma “criação” mais do que uma interpretação.

governo porque “traz menos inconvenientes” e é a que “mais se ajusta à natureza humana” (ESPINOSA, 2003, p. 309-10). Explica:

Com efeito, num Estado democrático (que é o que mais se aproxima do estado de natureza), todos, como dissemos, se comprometeram pelo pacto⁶ a sujeitar ao que for comumente decidido os seus atos, mas não os seus juízos e raciocínios; quer dizer, como é impossível os homens pensarem todos do mesmo modo, acordaram que teria força de lei a opinião que obtivesse o maior número de votos, reservando -se, entretanto, a autoridade de a revogar quando reconhecessem que havia outra melhor. Sendo assim, quanto menos liberdade de opinião se concede aos homens, mais nos afastamos do estado mais parecido com o de natureza e, por conseguinte, mais violento é o poder (ESPINOSA, 2003, p. 8).

A preferência de Espinosa pela “república livre” como sinônimo de “Estado democrático” aparece já no prefácio do *Tratado Teológico-Político*, em que afirma que teve a “sorte”, ou melhor, a “rara felicidade de viver numa República, onde se concede a cada um inteira liberdade de pensar e de honrar a Deus como lhe aprouver e onde não há nada mais estimado nem mais agradável do que a liberdade”, e enfatiza que essa liberdade não é apenas “compatível com a piedade e paz social” mas constitui sua condição necessária (ESPINOSA, 2003, p. 8). De fato, a liberdade que desfrutava na Holanda, no século XVII, era incomum na Europa daquele período, e isso teve um impacto significativo no seu pensamento político. Sua preferência fica evidente quando compara a “república livre” com a “monarquia”:

Se, efetivamente, o grande segredo do regime monárquico e aquilo que acima de tudo lhe interessa é manter os homens enganados e disfarçar, sob o especioso nome de religião, o medo em que devem ser contidos para que combatam pela servidão como se fosse pela salvação e acreditem que não é vergonhoso, mas sumamente honroso, derramar o sangue e a vida pela vaidade de um só homem, em contrapartida, numa República livre, seria impossível conceber ou tentar algo de mais deplorável, já que repugna absolutamente à liberdade comum sufocar com preconceitos ou coarctar de algum modo o livre discernimento de cada um (ESPINOSA, 2003, p. 8).

No *Tratado Político*, Espinosa critica os filósofos que concebem os homens como “deveriam ser”, e não como de fato são, e os políticos que, ao invés da prudência, utilizam a “astúcia” para melhor dominar, e afirma que não pretende “inovar”, mas apenas “estabelecer, através de razões certas e indubitáveis”, quer dizer, “deduzir do estudo da natureza humana” qual arranjo institucional “melhor concorda com a prática”, ou seja, partindo da história das sociedades humanas como dado inicial, “ajustar ao nível da razão” quais os “gêneros de cidade que se pode conceber e onde os homens vivem em paz” pois “os homens são feitos de tal modo que não podem viver sem uma lei comum” (ESPINOSA, 2004, p. 440). Lembra que já demonstrou na sua *Ética* que todos os homens “estão necessariamente submetidos a emoções”, quer dizer, às paixões, e, embora tenha mostrado que “a Razão pode bem conter e governar as emoções”, trata-se de um caminho muito difícil⁷, de modo que não se pode esperar um comportamento ético exemplar nem dos governantes nem dos governados (ESPINOSA, 2004, p. 441).

Um Estado cuja salvação depende da lealdade de algumas pessoas e cujos negócios, para serem bem dirigidos, exigem que aqueles que os conduzem queiram agir lealmente, não terá qualquer estabilidade. Para poder subsistir será necessário ordenar as coisas de tal modo que os que administram o Estado, quer sejam guiados pela Razão ou movidos por uma paixão, não possam ser levados a agir de forma desleal ou contrária ao interesse geral. E pouco

⁶ Cabe notar que no *Tratado Teológico-Político* ainda aparece essa ideia de “pacto” que Espinosa abandona no *Tratado Político* em que passa a explicar sua noção de “instituição” do campo político num sentido bem diferente do adotado pelos contratualistas (cf. CHAUI, 1995; 2003; 2006; e NEGRI, 1981; 1999; 2000).

⁷ Uma introdução à *Ética* é feita por Marilena Chauí no livro *Desejo, Ação e Paixão na Ética de Espinosa* (2011), em que explica detalhadamente e de modo didático como Espinosa compreende as possibilidades de alcançar a “liberdade de alma”.

importa à segurança do Estado que motivo interior têm os homens para bem administrar os negócios, se de fato os administrarem bem. Com efeito, a liberdade de alma, quer dizer, a coragem, é virtude privada; a virtude necessária ao Estado é a segurança (ESPINOSA, 2004, p. 441).

Espinosa parte da constatação de que “não” decorre da Razão, mas da “natureza dos homens” o fato de que todos os homens “estabelecem em toda parte costumes e se dão um estatuto civil”, e tal Estado civil pode tomar três formas – monarquia, aristocracia e democracia – e seu objetivo é estabelecer que tipo de ordenamento institucional ou como cada uma das três formas de governo teria que ser estruturada para atingir o objetivo que é comum a todos os Estados, ou seja, a “segurança” e a “estabilidade” independente das “flutuações de ânimo” dos governantes e dos governados, que não possuem qualquer diferença “essencial”, sendo todos “mais conduzidos pelas paixões” do que pela Razão, o que o leva a concluir que a política não é instituída “em virtude de uma percepção da Razão”, mas como fruto de uma “paixão comum” que pode ser a esperança, o medo ou o desejo de vingança⁸:

Se a natureza humana estivesse disposta de tal forma que o maior desejo dos homens incidisse sobre o que lhes é mais útil, não haveria necessidade de nenhuma arte para manter a concórdia e a fidelidade. Mas, como é certo que as disposições da natureza humana são inteiramente diferentes, o Estado deve ser dirigido de tal maneira que todos, tanto os que governam como os que são governados, façam, de boa ou de má vontade, o que importa ao bem-estar de todos, isto é, que todos, por vontade própria ou por força, ou por necessidade sejam obrigados a viver segundo os preceitos da Razão (ESPINOSA, 2004, p. 461).

A respeito da monarquia, Espinosa contesta algo que parece ser sugerido pela “experiência”, que no interesse da paz e da concórdia seja mais conveniente que “todo poder pertença a um só” porque, segundo afirma, apenas a “servidão” pode requerer “que todo o poder esteja nas mãos de um só” e não o desejo de “paz”, a qual não é definida como “ausência de guerra”, mas como a existência de uma convivência em relativa “concórdia” que implica na “união das almas” (ESPINOSA, 2004, p. 461). Essa passagem é importante porque o tema da “guerra” aparece como justificativa para a tirania em diversas teorias, porém, Espinosa enfatiza que “é certo que não há ninguém que não goste mais de governar do que ser governado”, de modo que “ninguém cede voluntariamente o comando a outrem” e, mais importante, “a massa da população nunca transferiria o seu direito para um reduzido número de homens, ou para um só, se pudesse concordar consigo mesma, e se as discussões desencadeadas frequentemente nas grandes assembleias não provocassem sedições” (ESPINOSA, 2004, p. 472). E continua:

Assim, a massa da população nunca transferirá livremente para um rei senão o que lhe é absolutamente impossível guardar em seu poder, isto é, o direito de pôr fim às discussões e tomar uma decisão rápida. Se acontece, com efeito, que se elege um rei por causa da guerra, por os reis fazerem a guerra com maior êxito, isto é na realidade errado, visto que, para fazer a guerra com mais felicidade, se consente a servidão na paz, admitindo que a paz reine num Estado onde o poder soberano foi confiado a um só unicamente por causa da guerra e porque o chefe demonstra, principalmente na guerra, o seu valor e o que nele há que a todos aproveita, enquanto que um Estado democrático tem sobretudo de notável que o seu valor é bastante maior em tempo de paz que em tempo de guerra (ESPINOSA, 2004, p. 461).

⁸ Marilena Chauí (1995) explica que a “causa” da monarquia “é o medo da morte durante guerras” que faz com que “o povo, desarmado e apavorado” entregue a direção do Estado para “um” guerreiro que será transformado em rei; a “causa” da aristocracia seria “a desigualdade econômica que leva um grupo de particulares mais ricos a apossar-se do poder político e a persuadir os demais de que têm o direito de exercê-lo justamente por suas riquezas”; e a “causa da tirania é o enfraquecimento do *conatus* coletivo ou do direito-poder do sujeito político coletivo que, fraco e amedrontado, mas também deslumbrado com as exibições militares e a vida luxuosa de um indivíduo, deixa-o tomar o poder e governar segundo seus caprichos” (CHAUÍ, 1995, p. 76-7).

Espinosa destaca que nunca o Estado será governado por “um” – esse critério numérico é enganoso –; então, quando define como deveria ser o ordenamento institucional adequado a um Estado monárquico, o resultado não se parece em nada com o que a tradição chamou de “monarquia”, pois, como deixa claro, “seja qual for a razão pela qual um rei é eleito, ele não pode sozinho [...] saber o que é útil ao Estado” e, por isso, terá que governar tendo “como conselheiros um número bastante grande de cidadãos” (ESPINOSA, 2004, p. 473). Mais do que isso, enfatiza que é impossível a “monarquia” se for entendida como o governo de “um”, porque, como explica, “aqueles que crêem que um único tenha um direito supremo sobre a cidade cometem um grande erro” – e discute diretamente com os defensores da soberania absoluta – porque o direito natural é igual à potência, ou seja, o direito se define pelo poder:

Ora, o poder de um só homem é completamente incapaz de sustentar um tal encargo. Daí provém que se a massa elege um rei, este escolhe homens investidos de poder, conselheiros ou amigos, aos quais entrega o bem-estar comum e o seu próprio; de tal maneira que o Estado que nós cremos ser monárquico absolutamente, é na realidade aristocrático; isto não dum forma aberta, mas oculta e, por isso mesmo, muito má. A isto acresce que um rei-criança, doente, ou dobrado pelos anos, é rei apenas de nome e que têm realmente o poder aqueles que administram os mais altos negócios do Estado, ou que estão mais perto do rei; para não falar de um rei que, abandonando-se à sensualidade, governa segundo a vontade desta ou daquela amante⁹, deste ou daquele favorito (ESPINOSA, 2004, p. 462).

O conselho composto por “cidadãos” terá como função “manter a lei fundamental do Estado e dar a sua opinião sobre os negócios” para que o rei saiba que decisão tomar “no interesse público”; além de “promulgar as leis e os decretos do reino, vigiar a execução das leis e toda a administração do Estado”; então, nunca é apenas “um” que governa (ESPINOSA, 2004, p. 464). Espinosa explica que nenhum Estado teve as instituições que ele prescreve, embora afirme poder “demonstrar, mesmo pela experiência, que esta forma de monarquia é a melhor”, já que foi deduzida das “causas que asseguraram a conservação de um Estado não bárbaro e as que levaram à sua queda” (ESPINOSA, 2004, p. 483). No final do raciocínio, enuncia a sua regra de “proporcionalidade” entre o poder dos governados e o dos governantes, o que vale para todas as formas de governo, pois conclui que “o povo pode conservar sob um rei ampla liberdade, desde que o poder do rei tenha por medida o poder do próprio povo e não tenha outra proteção senão o povo” (ESPINOSA, 2004, p. 462).

Para Espinosa, o Estado aristocrático em que um número “adequado” de pessoas “participa” do poder ou do governo é superior à monarquia – em que “um” está em “confronto” com “muitos” – de acordo com sua regra da proporcionalidade –, sobretudo porque o regime aristocrático é mais próximo do Estado absoluto – democrático, no qual “todos os cidadãos” participam do governo. Para ele, um Estado é aristocrático “porque o poder pertence não a um só, mas a alguns, escolhidos na massa da população” sendo que denomina os “escolhidos” como “patricios”:

Digo expressamente *escolhidos* porque aí reside a principal diferença entre Estado aristocrático e Estado democrático. No Estado aristocrático o direito de tomar parte do governo depende apenas da escolha, enquanto que numa democracia é um direito que se tem de nascença ou que vem da sorte (como, em lugar próprio, diremos). E assim, mesmo quando num Estado o povo inteiro seja admitido ao patriciado, visto que não se trata de um direito hereditário nem de um direito que se transmite a outros em virtude de qualquer lei geral, o Estado permanece

⁹ Desde o *Tratado da Emenda do Intelecto*, Espinosa enfatiza o quando o “desejo sexual” do homem pela mulher atrapalha o discernimento: “Realmente, no que tange à concupiscência, o espírito fica por ela de tal maneira possuído como se repousasse num bem, tornando-se de todo impossibilitado de pensar em outra coisa; mas, após a sua fruição, segue-se a maior das tristezas, a qual, se não suspende a mente, pelo menos a perturba e embota” além do que segue sempre o “arrependimento” (ESPINOSA, 2004, p. 108). Não se trata de um “desvio” do tema do governo porque suas ressalvas com relação ao tema incidem tanto nas possibilidades de “compreender” quanto na possibilidade de agir com “prudência”, o que vai impactar no seu “conselho” de que as mulheres não devem participar do governo, no parágrafo final do inacabado *Tratado Político*.

aristocrático, pois ninguém é admitido no número dos patrícios senão em virtude de uma escolha expressa (ESPINOSA, 2004, p. 485, grifo nosso).

A estabilidade do Estado aristocrático depende do número mínimo de patrícios, que deve ser adequado à grandeza do Estado para evitar que qualquer “um” tenha mais poder do que outro. Ao explicar a proporcionalidade entre o poder dos governantes e dos governados, e ressalta que: “é preciso notar a diferença que há entre o poder transferido para um só e o que é entregue a uma assembleia bastante numerosa”, que é o caso da aristocracia – se é verdade que “o poder de um só é bem incapaz de bastar para a manutenção de todo o Estado”, isso não se aplica ao caso da assembleia, principalmente quando é numerosa o bastante para ser “capaz de manter o Estado” (ESPINOSA, 2004, p. 485). Ao explicar a força da assembleia, confirma a democracia como a melhor forma de governo e o único poder absoluto, como aparece no final do raciocínio, o que sugere que, na democracia, a “multidão” que governa deveria ser constituída pelo “povo inteiro”, conforme segue:

Um rei, portanto, tem uma necessidade absoluta de conselheiros; uma assembleia não tem, de forma nenhuma, essa necessidade. Além disso, os reis são mortais e as assembleias perpetuam-se indefinidamente; portanto o poder de uma assembleia permanece constante. Em quarto lugar, a vontade de um homem é variável e incerta e, por essa razão, numa monarquia, qualquer lei é bem uma vontade expressa do rei [...], mas qualquer vontade do rei não deve ter força de lei; não se pode dizer isso de uma assembleia suficientemente numerosa. Com efeito, visto que a assembleia [...] não tem nenhuma necessidade de conselheiros, é preciso necessariamente que qualquer vontade expressa por ela tenha força de lei. Concluimos, portanto, que o poder conferido a uma assembleia suficientemente numerosa é absoluto, ou aproxima-se muito desta condição. Se existe um poder absoluto, não pode ser senão o que o povo inteiro possui (ESPINOSA, 2004, p. 485).

A democracia começa a ser tratada por Espinosa no capítulo onze do *Tratado Político*, o qual possui apenas os quatro parágrafos iniciais. No primeiro, Espinosa diferencia a democracia da aristocracia, ressaltando que o Estado democrático é o único que pode ser considerado “inteiramente absoluto” porque, nesse caso, todos aqueles “que nasceram de pais no gozo dos seus direitos cívicos, ou no território nacional, ou que souberam merecer a República, ou que, por outras causas ainda, possuem legalmente o direito de cidadania, todos, repito, têm direito de sufrágio e acesso às funções públicas”, e ainda “podem reclamar os seus direitos”, que não poderão ser negados “senão por se terem tornado culpados de um crime, ou marcados de infâmia” (ESPINOSA, 2004, p. 514). Isso é reforçado no terceiro parágrafo, no qual Espinosa admite que “é manifesto que podemos conceber diversos gêneros de democracia” mas explica que só irá falar do “regime em que todos os que são governados unicamente pelas leis do país não estão, de forma alguma sob a dominação de um outro, e vivem honrosamente, possuem o direito de sufrágio na assembleia suprema e tem acesso aos cargos públicos” (ESPINOSA, 2004, p. 514).

No segundo parágrafo, Espinosa evidencia que não é o “número” de cidadãos que define o Estado democrático, pois, pode acontecer que a assembleia suprema de uma democracia tenha menos membros do que a de uma aristocracia, em virtude das regras de acesso ao sufrágio e aos cargos públicos. Aliás, parece mesmo que o que “define” a democracia para Espinosa é o fato de que o direito de participar da assembleia decorre da lei – o que é diferente na aristocracia, em que a assembleia escolhe “os melhores”, e na oligarquia, em que a escolha dos “melhores” coincide com a dos “mais ricos”, conforme explica:

Se, portanto, só os homens de uma certa idade, ou os mais velhos de uma família, que tenham atingido a idade legal, ou os que pagam uma certa contribuição ao Estado, têm o direito de sufrágio na assembleia suprema e o de tratar dos negócios públicos, então, mesmo que acontecesse que a assembleia suprema, em virtude destas disposições, compreendesse menos membros que a do Estado aristocrático, atrás descrito, o Estado nem por isso deveria deixar de ser chamado democrático, pois que os homens chamados para o governo não

seriam escolhidos pela assembleia suprema como sendo os melhores, mas veriam o seu poder decorrer da lei (ESPINOSA, 2004, p. 515).

Considerando que o Estado democrático é a forma de governo em que todos os “cidadãos” têm direito de sufrágio e de acesso às funções públicas – quer dizer, “todos” podem participar das deliberações públicas e também exercer as funções administrativas –, Espinosa é cuidadoso em “excluir” quem não deve ser considerado cidadão: (1) os estrangeiros devem ser excluídos porque não são regidos unicamente pelas leis do país, ou seja, são “súditos de outro Estado”; (2) as mulheres devem ser excluídas porque estão “sob a autoridade dos maridos”; (3) os servidores devem ser excluídos porque estão sob a autoridade dos “senhores”; (4) as crianças devem ser excluídas porque estão sob a autoridade dos pais; (5) os pupilos devem ser excluídos porque estão sob a autoridade dos tutores; (6) os homens, “marcados pela infâmia por causa de um crime”, devem ser excluídos porque estão sob a autoridade dos encarregados da “justiça”; (6) os que vivem “um gênero de vida denso” também não são “senhores de si” – *sui juris* –, pois vivem sob o jugo das “paixões”, e não sob o domínio da Razão. De todas as exclusões – que não são incomuns na teoria política precedente¹⁰ – Espinosa só teve tempo de justificar a exclusão da mulher¹¹, no quarto parágrafo, o último do inacabado *Tratado Político*, que merece ser lido na íntegra:

§4. – Perguntarão, talvez, se as *mulheres* estão por natureza, ou por instituição, *sob a autoridade dos homens*? Se é por instituição, nenhuma razão nos obrigaria a excluir as mulheres do governo. Se, todavia, apelamos para a experiência, veremos que isto provém da sua fraqueza. Em nenhuma parte da terra homens e mulheres reinaram conjuntamente, mas em toda parte, onde se encontram homens e mulheres, vemos que *os homens reinam* e que *as mulheres são governadas*, e que, desta maneira, os dois sexos vivem em boa harmonia; pelo contrário, as amazonas que, segundo uma tradição, outrora reinaram, não admitiam que os homens permanecessem no seu território, não alimentavam senão os indivíduos do sexo feminino e matavam os machos que tinham gerado. Se as mulheres fossem, por natureza, iguais aos homens, se tivessem no mesmo grau a força de alma e as qualidades de espírito que são, na espécie humana, os elementos do poder e, conseqüentemente, do direito, certamente, entre tantas nações diferentes, não se poderia deixar de encontrar umas em que os dois sexos reinassem igualmente, e outras em que os homens seriam governados pelas mulheres e receberiam uma educação própria para restringir as suas qualidades de espírito. Mas isto nunca se viu em parte alguma¹², e pode-se afirmar, por consequência, que *a mulher não é, por*

¹⁰ Embora Bobbio não tenha enfatizado esse ponto, sabemos que todas as tipologias das formas de governo consideram com bastante cuidado quem poderá fazer parte do governo, quem será “cidadão” e quem deve ser excluído. Concretamente, também, em cada Estado, os critérios para se obter a “cidadania” são muito específicos e possuem uma importância significativa. Sabemos que, na democracia ateniense, as mulheres, os estrangeiros e os escravos não eram admitidos. Novamente, para aprofundar a questão, pode-se consultar o livro de Ellen Meiksins Wood, *Democracia contra Capitalismo*, no qual ela analisa as principais diferenças entre a cidadania antiga – na democracia ateniense – e a moderna, mais limitada.

¹¹ Alguns trabalhos acadêmicos relevantes a respeito são: FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. “Spinoza, Hobbes e a condição feminina”. In: _____. *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010, p. 137-164; SALVIANO, Jarlee Oliveira Silva. “O lugar da mulher na ontologia e no pensamento político de Espinosa: encontros e desencontros”.

Kalagatos – Revista de Filosofia, v. 4, n. 8, verão. 2007; NASCIMENTO, Meiry Ellen de Souza. *Spinoza e as mulheres: uma política de paixões*. 2012. 61 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012., sob orientação de Emmanuel Angelo da Rocha Fragoso, o qual está conduzindo sua pesquisa de pós-doutorado sobre o tema “A condição política das mulheres no Tratado Político de Benedictus de Spinoza”, na Universidade de São Paulo, desde 2012.

¹² A temática é explorada no romance *O enigma de Espinosa* (2013), de Irvin D. Yalom, que menciona o problema do modo como Espinosa trata as mulheres em sua obra, na fala do personagem “Franco”, amigo fictício de Espinosa, que o questiona a respeito das suas proposições na *Ética* a respeito das mulheres, “– Pensando melhor, houve uma outra circunstância em que vi as suas paixões aflorarem: quando falávamos do lugar e dos direitos da mulher. Acho que os argumentos que usou para provar a inferioridade da inteligência das mulheres carecem do seu rigor habitual. Por exemplo, você declarou que as mulheres não assumem posições de liderança, desconsiderando inteiramente a existência de rainhas poderosas como Cleópatra, do Egito, Elizabeth, da Inglaterra, Isabel, da Espanha, e...” (YALON, 2013, p. 370-1). É preciso lembrar que é ficção: o autor explora bastante um “fato” biográfico – relativamente contestado –, que é a paixão não correspondida de Espinosa pela filha de um amigo, a qual preferiu casar-se com outro homem.

natureza, igual ao homem e também que é impossível que os dois sexos reinem igualmente e, ainda menos que os homens sejam regidos pelas mulheres. Se, além disso, considerarmos as paixões humanas, se reconhecermos que quase sempre o amor dos homens pelas mulheres não tem outra origem senão o desejo sensual, de tal modo que não apreciam nelas as qualidades de espírito e prudência, mas as da beleza que têm, que não admitem que as mulheres amadas tenham preferência por outros que não eles, ver-se-á, sem esforço, que não se poderia instituir o reinado igual dos homens e das mulheres sem grande prejuízo para a paz. Mas é o bastante sobre este ponto (ESPINOSA, 2004, p. 516, grifos nossos).

A explicação dos motivos que justificariam a exclusão das mulheres do governo democrático mostra que, para Espinosa, não é apenas porque estavam sob o domínio de “outro” que as mulheres não deveriam participar do governo democrático, mas, e talvez principalmente, porque sua presença ameaçaria a concórdia entre os homens e a capacidade deles de pensar de e agir com “prudência”. Como o objetivo de qualquer governo civil, de qualquer Estado, é a segurança gerada por uma convivência pacífica em relativa concórdia, a exclusão das mulheres passa a ser uma “condição” para um governo democrático estável. Aqui reside o maior limite da teoria da democracia de Espinosa, o que, entretanto, não justifica sua ausência dos clássicos da política, pois os autores das demais contribuições da filosofia política que costumamos considerar fundamentais para compreender a teoria política ocidental sofrem do mesmo limite¹³, como bem demonstrou Carole Pateman ao explicar como as mulheres ficaram “fora” do contrato social que gerou o Estado, na visão dos contratualistas, no seu livro *O contrato sexual* (1993), do qual, aliás, Bento Espinosa também está ausente.

Considerações finais

A tipologia das formas de governo apresentada por Espinosa é diferente das anteriores em vários aspectos: a democracia é considerada a mais natural forma de governo e o verdadeiro poder absoluto – características que costumavam ser reservadas para a “monarquia”, governo de “um”, preferencialmente, o “melhor” dentre os homens, que seria um soberano absoluto, acumularia todo o poder. Sua teoria pretende lembrar que a “multidão” – o povo, o maior número – possui uma potência imanente que nunca poderá ser alienada ou transferida. Quando enfatiza a força dos governados ao discutir a proporcionalidade, visa mostrar que apenas quando a multidão toda governa – na democracia – é que existe equilíbrio entre o poder do governante e do governado, e, apenas porque é o mesmo “sujeito político” que cria as leis e normas e a elas se submete é que a obediência é possível e pode ser exigida.

O principal problema da teoria da democracia de Espinosa – até o ponto em que ele formulou em vida, ou seja, sem as interpretações que os diversos comentaristas acrescentaram a partir dos seus escritos – reside nas “exclusões” que impõe para definir quem seriam os cidadãos que, ao compor a multidão, governariam na democracia. Contudo, na teoria política espinosana, ninguém é obrigado a se manter sob o domínio de outro: se as razões que levaram à sujeição não existem mais, aquele que estava submetido recupera sua autonomia, condição para participar do governo democrático. Se no século

¹³ Em sua defesa, podemos lembrar que esse posicionamento em relação às mulheres não justifica a ausência de Espinosa entre os clássicos da política: as posições dos “clássicos” a respeito das mulheres variam da mais profunda misoginia até uma defesa paternalista da “fragilidade” feminina. Maquiavel, por exemplo, no capítulo XXV, da sua obra máxima de referência para os cientistas políticos, *O príncipe*, ao explicar “de quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que maneira se deve resistir-lhe” afirma: “Estou certo de que é melhor ser impetuoso do que prudente, porque a fortuna é *mulher* e, para ter-lhe o domínio, mister se faz *bater nela e contrariá-la*. E costuma-se reconhecer que a *mulher* se deixa *subjuagar* mais por estes do que por aqueles que agem de maneira indiferente. A fortuna, *como mulher*, é sempre amiga dos jovens, pois são menos circunspectos, mais *impetuosos* e com maior audácia a *dominam* (MAQUIAVEL, 2004, p. 146, grifos nossos). Hobbes – considerado uma exceção por Carole Pateman, no seu livro *O contrato sexual* (1988), porque parte de uma igualdade natural entre homens e mulheres, só tornada desigualdade pela maternidade que fragiliza a mulher, que realiza um *pacto de submissão* para que possa sobreviver e cuidar do filho sob a proteção do homem – na obra *Leviatã*, inclui as mulheres entre as “posses” dos homens ao explicar as razões para a “discórdia”, ao lado dos “rebanhos” (HOBBS, 2004, p. 109). Quanto aos antigos, basta reler Aristóteles e Platão para perceber que Espinosa apenas repetiu a respeito das mulheres o que a tradição já tinha estabelecido.

XVII era impensável a autonomia da mulher e o governo conjunto – porque a “experiência” não fornecia exemplos suficientes – podemos concluir que, considerando que tais limites foram ultrapassados, então, a teoria espinosana da democracia – o mais natural dos regimes políticos e o único e verdadeiro poder absoluto – pode ser um bom guia para realizar o desejo humano – compartilhado por todos independente do sexo ou gênero – de governar e não ser governado.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo** (1976). Brasília: Editora da UnB, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Espinoza: poder e liberdade”. In: BORON, Atilio A. **Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Depto. Ciência Política – FFLCH – USP, 2006.

_____. **Espinoza: uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. **Política em Espinoza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza, filosofia prática** (1981). São Paulo: Escuta, 2002.

ESPINOZA, Bento. **Tratado Político**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ESPINOZA, Bento. **Tratado Teológico-Político**. São Paulo: Martins Fontes,

2003. HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

NEGRI, Antonio. **A Anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1981.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade** (1999). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEGRI, Antonio. **Spinoza subversivo**. Madri: Akal, 2000. PATEMAN,

Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **Citizens to lords – a social history of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Ages**. London: Verso, 2008.

_____. **Liberty and Property: a Social History of Western Political Thought from Renaissance to Enlightenment**. London: Verso, 2012.

NAVEGAR É PRECISO¹: UMA RESENHA SOBRE *A HISTÓRIA DE MORA*

Gustavo Biasoli Alves²

MORENO, Jorge B. *A história de Mora: a saga de Ulysses Guimarães*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

Muitos são os livros escritos recentemente que trazem à cena o Golpe Militar e os primeiros anos da redemocratização. Muitos destes, como *A Mulher Que Era o General da Casa*³ (2012), *O Sapo e o Príncipe*⁴ (2004) e *Dossiê Brasília*⁵ (2005), escritos por jornalistas. Com *A História de Mora: a saga de Ulysses Guimarães*, de Jorge Bastos Moreno, publicado pela Editora Rocco (RJ) em 2013 não é diferente. Não se trata da biografia de Dona Ida Magnani de Almeida⁶, a segunda esposa de Ulysses Guimarães, tampouco de uma versão da história política do país que ela tenha escrito. Ao contrário, à semelhança dos livros citados acima, *A História de Mora* insere-se numa revisão feita por jornalistas de dois dos períodos (Regime Militar e Redemocratização) e de alguns personagens mais significativos da história política brasileira contemporânea. A diferença é que Moreno abrange um dos atores mais destacados e pouco estudado do período: o sr. Diretas/Constituinte/Impeachment/Parlamentarismo, Ulysses Guimarães. O livro é também um complemento à abordagem do político paulista feita por jornalistas, sendo que Luis Guttemberg publicou *Moisés: codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*⁷ (1994) e selecionou discursos, comentou e introduziu o perfil parlamentar de Ulysses Guimarães publicado pela Câmara dos Deputados⁸. Por outro lado, Celia Soibelmann Melhem e Sonia Morgenstern Russo também publicaram sua obra⁹.

Já se falou e se escreveu bastante sobre as razões que levaram ao golpe de 1964, à interferência estrangeira no processo, as torturas e todas as características da transição democrática, mas onde estão os indivíduos, os homens e mulheres de carne e osso que estiveram à frente desses processos?

O estudioso da história e da política brasileira ressentido-se do fato de alguns de seus personagens principais não terem deixado escritas suas opiniões, impressões ou memórias sobre o que fizeram ou viveram. Dessa forma, o analista se vê, muitas vezes, obrigado a recorrer exclusivamente às vozes de terceiros para suprir essa lacuna. Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, por exemplo, parecem ter atentado para ela, buscando preenchê-la¹⁰; outros, como o ex-presidente José Sarney ainda poderão fazê-lo. Isto não é possível dizer para os mortos, arbitrariamente ou não, e, por capricho ou ironia do destino, para Ulysses Guimarães.

¹ Frase de marinheiros gregos da antiguidade clássica usada por Camões e Caetano Veloso. Título do discurso inaugural da antecandidatura de Ulysses Guimarães em 1973.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Contato: gbiasoli@uol.com.br

³ LEITE, Paulo M. *A mulher que era o general da casa: histórias da resistência civil à ditadura*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012. 224 p.

⁴ MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004

⁵ NETO, Genetton M. *Dossiê Brasília: os segredos dos presidentes*. Rio de Janeiro: Globo, 2005

⁶ Apelidada “mora” por sua avó materna devido à tez morena da pele. D. Ida se tornou mais conhecida pelo apelido que pelo nome.

⁷ GUTEMBERG, Luis. *Moisés: codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo, Cia das Letras, 1994

⁸ Esta publicação está disponível para acesso e download em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/10331>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

⁹ MELHEM, Celia S; RUSSO, Sônia M. *Dr Ulysses: o homem que pensou o Brasil*.

¹⁰ O primeiro publicou uma série de depoimentos a Miguel Darcy de Oliveira em *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos oitenta anos pela editora Civilização Brasileira em 2011*. Escreveu também *A arte da política: a história que vivi*, que foi lançado pela mesma editora em 2006, e o segundo é personagem de Lula: o filho do Brasil, filme roteirizado por Denise Paraná, Fábio Barreto, Daniel Tandler e Fernando Bonassi e dirigido por Fábio Barreto, sendo que há um livro homônimo, também escrito por Denise Paraná e publicado pela Editora da Fundação Perseu Abramo em 2003.

Assim é que, singrando as páginas do livro de Moreno, percebe-se que o autor funciona como uma espécie de “*apalermado*”¹¹ *ghostwriter*¹² não autorizado de D. Mora, que conta, por meio de crônicas, fatos relevantes da história nacional, usando o artifício de conversas do casal no final do dia de trabalho, na preparação para as viagens, na simples memória e em outras coisas do cotidiano.

Separar o que pode ser ficção e o que é o fato narrado pela voz dos personagens, mostrar as diferentes visões por trás de um mesmo episódio e discutir o impacto deles quando aconteceram e hoje é tarefa investigativa e pedagógica. Por essa razão, o livro é literária, científica e didaticamente interessante ao retomar a figura de Ulysses Guimarães no que seria a visão de uma pessoa que o acompanhou muito de perto e que foi sua parceira e confidente e, dessa forma, dar novas cores, um pano de fundo e um argumento muito densos para discutir os principais fatos do Regime Militar, do governo José Sarney e do início da Nova República de um ponto de vista supostamente feminino e, com certeza, jornalístico/político; além de trazer à tona cenas reais ou inventadas que teriam ocorrido no cotidiano de uma das figuras centrais da política brasileira. Eis aí a tarefa acadêmica e também o interesse maior que o livro pode despertar.

A obra não tem uma estrutura narrativa cronológica e linear e por isto parece mesmo um bom livro de memórias em que o narrador não se prende aos fatos, mas a seu significado, onde a trama da vida corre livremente na cabeça de quem viveu e escreve. Após a leitura, vemos como Ulysses Guimarães – que dentre os políticos brasileiros teve virtú como ninguém – foi bafejado por golpes de fortuna e acima de tudo amou e dedicou-se à política e ao seu país sem se importar muito com os sacrifícios pessoais que isto impõe, aconselhou e deu exemplos aos políticos mais novos¹³, mas que, ao mesmo tempo, teria sido capaz de encher de orgulho e de carinho a companheira, sendo por ela correspondido da mesma forma e na mesma intensidade.

Sobre esse aspecto, de todos os episódios narrados o mais denso e cheio de significados é aquele em que D. Mora teria feito (fez) com que os governadores de Estado e os principais caciques do PMDB em 1989 engolissem suas aspirações presidenciais e bancassem a candidatura de seu marido usando sua autoridade moral, seu olhar, seu silêncio e um colar de pérolas rodando no dedo.

Mas há outros episódios de igual importância para a política nacional, como as conversas com Walter Pires, Thales Ramalho e Golbery do Couto e Silva durante o Regime Militar, que teriam dados os rumos da abertura política e da transição democrática. Se nesses casos, pelo narrado no livro, D. Mora não teve participação ativa, só o fato de trazê-los novamente para o centro de palco e de dar sua interpretação é bastante relevante.

Na obra aparecem também várias cenas da ida oficial que o casal fez ao extremo oriente. A viagem tem tanto o aspecto premonitório (talvez) – de que Ulysses não deveria ou não conseguiria jamais ocupar a principal cadeira do Palácio do Planalto a não ser nos impedimentos de Sarney – como a relação com o mar (a volta a Ítaca, a Presidência, o destino?), a conhecida deselegância do personagem central ao se vestir e a amizade com as famílias de Renato Archer e Severo Gomes¹⁴.

A relação com Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, Lula e outras figuras de também aparece e há também referências a figuras já esmaecidas, porém não menos importantes do período 1.940-2.000, como: Auro de Moura Andrade, Castelo Branco, Costa e Silva, Filinto Muller, Jarbas Vasconcelos, Juscelino Kubistchek, Magalhães Pinto, Pedro Simon, Petrônio Portella, Orestes Quéricia, dentre outros. Ao descrever o que fizeram ou ao abordar a relação de Ulysses com eles, é possível deslindar os bastidores da política num amplo período

¹¹ A expressão está em itálico porque é assim que o jornalista refere-se a si mesmo! Como um *apalermado* repórter que acompanhou muito de perto, ao menos a maioria dos fatos que narra.

¹² A ideia de que Moreno se propõe a este papel é do resenhador.

¹³ Desta forma, o livro pode ser usado também como um paralelo a toda a literatura da Ciência Política que busca guiar os agentes na prática da política e também aquela que discute partidos políticos, burocracia partidária, disputas internas dos partidos, etc., mostrando como tudo isto pode ser cruel com os vocacionados para a política. Ao abordar o MDB/PMDB em seu início e deslindar algumas entranhas e práticas do partido, a obra de Moreno também oferece pontos de contato interessantes com os escritos sobre o partido.

¹⁴ Renato Archer foi militar, diplomata e político. Filho de tradicional família maranhense, ocupou diversos cargos na Esplanada dos Ministérios, além de ter sido deputado pelo Maranhão. Severo Fagundes Gomes foi dono de uma das principais tecelagens do país, a cobertores Parahyba, além de ministro e deputado.

e ter uma ideia mais acurada do que ocorreu durante a anticandidatura em 1973¹⁵, da atuação dos civis durante o Regime Militar, da extinção do bipartidarismo, da Assembleia Nacional Constituinte e das primeiras eleições da Nova República.

Pela importância política que tiveram e pelas batalhas que travaram, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves merecem destaque. A relação entre ambos foi conturbada, beirando o amor e ódio com desconfianças de traições mútuas, sendo que muitas vezes pretenderam que a transição democrática caminhasse por rumos diferentes. É de se supor que isso causasse uma admiração e um estresse tamanho a ambos. Segundo o relato de D. Mora/Jorge Moreno, sempre que Ulysses se via fatigado, surpreso ou irritado com as ações do político mineiro referia-se a ele pelo nome completo antecedido de um “doutor”, o que indicaria aos mais próximos a frontal discordância ou a concordância forçada com o fato ou com a atitude.

A relação entre os dois era tão profunda que D. Mora, supostamente enciumada e de brincadeira, questiona se seria merecedora de tão profundo sentimento quando morresse.

No texto de Moreno ela enfatiza ser viúva de marido vivo, tamanho o envolvimento do marido com a política, ou, ainda, ser a amante do deputado Ulysses Guimarães, cabendo a Tancredo, obviamente, o papel de esposa. A resposta do deputado teria sido profunda e profética: “Você merecerá a maior homenagem que um homem pode prestar à amada: morrer com ela.” (p. 32), não sem antes dizer que o amor por D. Mora era tanto que, caso reencarnasse, desejaria já nascer casado com ela.

Já a relação com José Sarney envolveu respeito, inveja pela ocupação da Presidência da República, autoridade, repulsa e, ao mesmo tempo, admiração pela primeira-dama, Marly Sarney, tanto pela parte de Ulysses Guimarães como da parte de D. Mora.

Deputado constituinte acometido por uma apendicite, o futuro presidente Luís Inácio Lula da Silva teve contato com um lado extremamente humano do presidente da Assembleia Constituinte que não apenas mobiliza céus e terras por seu atendimento, como fica a seu lado até que volte da anestesia¹⁶.

Cabe um parágrafo especial à relação entre Lula-Fernando Henrique Cardoso e ao papel de Ulysses na transição do bipartidarismo ao multipartidarismo. O tema tem destaque na crônica *Os filhos da (rua) Maria Antônia*, em que se pode ver o quão próximos os dois ex-presidentes estiveram e o quanto pode ser significativa a atual distância entre eles. Por terem pertencido ao mesmo partido, a relação Ulysses-FHC é tratada de maneira mais intensa e frequente e o livro de Moreno retrata bem o papel que o primeiro teve na aceitação do segundo dentro das hostes medebistas, como foi seu tutor no Senado Federal e como foram gradativamente se separando até a cisão do PMDB e o surgimento do PSDB.

A disputa pelo espólio medebista é outro tema recorrente no livro, aparecem diversas vezes as querelas entre Ulysses Guimarães, Orestes Quécia e outros políticos de destaque à época pelo legado do partido. Se de início tem importância apenas a pendenga com Tancredo Neves, que resultou na criação do PP e em seu posterior retorno ao PMDB, depois vêm todas as questões que afastaram progressivamente Ulysses Guimarães de seu partido, a dramática escolha para a disputa das eleições de 1989, sobrando ao final certo tom de mágoa pela maneira como o deputado foi tratado.

Com Fernando Collor de Mello, a relação foi de desprezo. Ulysses, a princípio, foi contrário ao Impeachment, chegando a sugerir a Antônio Carlos Magalhães que o ex-presidente fosse tratado como um mau aluno do qual se devia “cobrar o boletim” para que apenas ao final do processo e caso merecesse fosse reprovado. Como as coisas tomaram outro rumo, D. Mora vê seu marido, à época um simples deputado federal, ressurgir como uma Fênix para a política, sendo que para isto foi necessário

¹⁵Com o intuito de expor as farsas e limites da eleição indireta para Presidente da República, Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, jornalista e então presidente da Associação Brasileira de Imprensa, lançam-se numa campanha eleitoral que percorre e eletriza o país, sendo fundamental para a derrota eleitoral que o MDB imporia à ARENA no ano seguinte e constituindo-se num marco da derrocada do Regime Militar pelas vias institucionais de representação e participação política que este permitia.

¹⁶O fato também é descrito no livro do jornalista Paulo Markun.

convencer a Antônio Carlos Magalhães, antológico político baiano e algoz do então vice-presidente Itamar Franco, de que ambos, Ulysses e Antônio Carlos Magalhães, haviam sido tragados pelos fatos¹⁷.

Mal sabia ela e mal sabiam todos que este seria o último ato da carreira política e da vida de Ulysses Guimarães, quando o helicóptero em que ele, D. Mora, o casal Gomes e o piloto mergulhou triste, e de maneira até hoje não explicada, no Atlântico próximo a Angra dos Reis.

¹⁷ “O fato. Sua excelência o fato”. É uma frase de Charles de Gaulle, estadista francês em quem Ulysses se inspira que é repetida *ad nauseam* no livro para justificar muitas coisas.

Padrões Editoriais

1. Os artigos ou ensaios devem ter no máximo 10.000 palavras e seguir a seguinte estrutura: Título, Resumo (máximo 15 linhas), palavras-chave (04 palavras-clave), Título traduzido para a Língua Inglesa, Abstract, Keywords (04 palavras), Corpo do Texto, Referências.

2. As resenhas, de publicações recentes (3 anos), devem ter no máximo 3.000 palavras e apresentar a seguinte estrutura: Título da Resenha, Referência bibliográfica da obra resenhada e Corpo do texto.

3. Padrões utilizados ao longo do texto:

3.1. Páginas tamanho A4, com margem superior 2,5cm; inferior 2,5cm; direita e esquerda 2cm.

3.2. Letra do texto: Fonte Garamond 12.

3.2. Títulos:

2.3.1 Título do Artigo (deve ser inserido na segunda página, após a capa): com alinhamento à esquerda, em negrito e com fonte 20;

2.3.2 Título da Primeira seção: em negrito e fonte 14;

2.3.3 Título da Segunda seção: sem negrito e fonte 14.

3.3 O texto deve ser corrido, sem a utilização de espaços entre os parágrafos, a tabulação (tecla Tab) no início dos parágrafos deve ser de 1,25 cm, o espaço entre as linhas deve ser o simples.

3.4 As citações textuais no corpo do texto devem seguir o padrão NOME, DATA, PÁGINA, ex.: De acordo com Fernandes (2005, p. 149) “.....” ou “.....”(FERNANDES, 2005, p. 149), estas citações textuais deverão obrigatoriamente vir entre aspas. Para as citações indiretas o padrão é NOME DATA, ex.: De acordo com Fernandes (2005) ou (FERNANDES, 2005).

3.5 Caso seja necessária a utilização de notas explicativas, as notas devem ser apresentadas no rodapé da mesma página. As notas devem ser digitadas com fonte 10 garamond.

As notas de referência devem conter: o SOBRENOME DO AUTOR, data da publicação e outros dados para localização da parte citada. Ex:

1 NÓBREGA, 1962, p. 365.

2 MELLO, 1982, v. 3, cap. 2, p. 117-

120. 3 AMORIM; COSTA, 1999, p. 237.

4 COSTA; ALENCAR; FERREIRA, 2008, p.98.

5 FIGUEIREDO et al., 2002, p. 38, nota 2.

6 Título original em grego.

- 3.6 As citações maiores de 5 linhas devem estar separadas do corpo do texto por um espaço simples, com recuo de 3 cm e com fonte Garamond tamanho 11.
- 3.7 O nome dos livros, revistas, teses, dissertações citados no corpo do texto devem estar em Itálico. Já os títulos de Artigos, Ensaios e Capítulos de Livros devem estar entre aspas.
- 3.8 As palavras em outra língua devem estar em itálico.
- 3.9 Não use sublinhado.
4. Padrões utilizados para Referências ao final do texto. (Atenção: inserir nas Referências APENAS as obras citadas no corpo no texto).

4.1 Livros

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed., Campinas: Papirus,

2007. 4.2 Capítulos de livros

MARTINEZ, H. L. Função e conteúdo na filosofia do primeiro Wittgenstein. In. PEREZ, D. O. **Ensaio de filosofia moderna e contemporânea**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

4.3 Artigos de Revista

PORTELA, L. C. Y. Conhecimento e interesse. O problema da emancipação. **Revista Tempo da Ciência**, n.2 v.1, p. 73-83, 1994.

Demais documentos referenciados, tais como Monografias, Periódicos, Anais, Documentos Eletrônicos, Documentos Jurídicos etc. devem seguir as Normas estabelecidas pela **NBR 6023/2002**.

Apoio Técnico

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste

Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP

**Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Planejamento, Gestão e
Avaliação de Políticas Públicas.**

**Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Planejamento Municipal e Políticas
Públicas.**